

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
HISTÓRIA**

DENINSON ALESSANDRO FERNANDES AGUIRRE

**ANÁLISE HISTÓRICA DA DEMOCRACIA NA VENEZUELA: DE PUNTO FIJO AO
BOLIVARIANISMO**

**GOIÂNIA
2020**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
HISTÓRIA**

**ANÁLISE HISTÓRICA DA DEMOCRACIA NA VENEZUELA: DE PUNTO FIJO AO
BOLIVARIANISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação e Pesquisa *Stricto Sensu* do Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo aluno Deninson Alessandro Fernandes Aguirre, como requisito para obtenção de grau de mestre.
Linha de pesquisa: Poder e Representações.
Orientadora: Dr^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto.

GOIÂNIA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA
PUC GOIÁS COM DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR.

Bibliotecária: Arielle Lopes de Almeida

A284a Aguirre, Deninson Alessandro Fernandes

Análise histórica da democracia na Venezuela: de Punto
Fijo ao bolivarianismo / Deninson Alessandro Fernandes
Aguirre.-- 2020.

161 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês. Dissertação
(mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e
Humanidades, Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 118-137

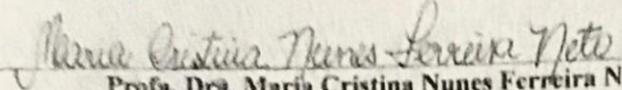
1. Democracia. 2. Venezuela. I. Ferreira Neto, Maria Cristina
Nunes. II. Pontifícia Universidade Católica
de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História - 2020.
III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 94(87)(043)

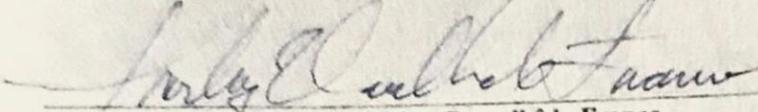
**ANALISE HISTÓRICA DA DEMOCRACIA NA VENEZUELA: DE PUNTO FIJO
AO BOLIVARIANISMO"**

Dissertação aprovada em 31 de março de 2020, no curso de Mestrado em História da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

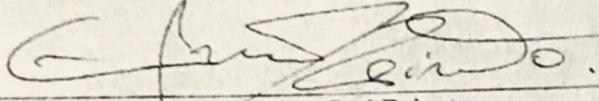
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Presidenta



Profa. Dra. Shirley Carvalhêdo Franco
UnB / Examinadora Externa



Prof. Dr. Eduardo José Reinato
PUC Goiás / Examinador Interno

Profa. Dra. Thaís Alves Marinho
PUC Goiás / Suplente

Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos
UEG / Suplente

DEDICATÓRIA

A mi Madre y Padre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, ao universo, ou como queiram chama-lo, pelas oportunidades e ajudas. Grato por tudo!

À minha mãe, que me ajudou e incentivou na minha qualificação com todo o seu amor e carinho.

À minha orientadora Dr^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, pelas orientações, conselhos, disposição, e mais ainda pela confiança em aceitar o meu tema, e a mim como orientando; além de contribuir e muito em meu crescimento científico, intelectual e profissional. Graças à Senhora eu pude conhecer um mundo novo.

À Dr^a. Thais Alves Marinho e ao Dr. Eduardo José Reinato, por contribuírem na produção deste trabalho com artigos, dicas e “chaves”. Foram de grande valor para mim.

Gostaria de agradecer à instituição Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO), bem como ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Poder. Sem sombra alguma de dúvidas eu me deparei com uma equipe de profissionais que contribuíram e muito em todos os aspectos nessa minha jornada científico-acadêmica. Seja com palavras, conselhos, dicas, sorrisos... Nomeá-los seria quase que impossível. Mas, aos Professores (as), Dr^a. Renata Cristina Sousa Nascimento, Dr^a. Ivoni Richter Reimer, Dr. Eduardo Gusmão de Quadros, Dr. Eduardo Sugizaki, Dr^a. Rosinalda Corrêa da Silva Simoni, Coordenadores, alunos, colegas, equipe de limpeza, equipe da portaria, secretários, todos os que estão ainda presentes nesta instituição e aos que já se foram, meu muito obrigado!

Agradeço também ao professor Dr. Adriano Pires de Almeida por me incentivar com leituras, conselhos e produções acadêmicas, e à equipe do Grupo de Estudos da América Latina (GEAL).

À professora Dr^a. Shirley Carvalhêdo Franco, por aceitar fazer parte da banca de defesa, bem como me dar dicas durante a pesquisa.

A José Humberto Blanco Trejo, por haberme ayudado con libros y artículos sobre nuestra patria, Venezuela.

Ao professor Max André Araújo Ferreira, que me ajudou contribuindo com dicas de livros e artigos.

Aos amigos visíveis e invisíveis, meu muito obrigado! Gratidão!

EPÍGRAFE

Escribo como pienso y como siento. Llevo a Venezuela en la sangre y en los huesos; me duelen sus dolores colectivos, y cuando se trata de hablar de ellos sería un farsante si jugara a la comedia de la imparcialidad. De allí la pasión confesa con que analizo los problemas de mi país. Dirán algunos que con esa actitud nada se “saca”: Y podría contestarles con palabras de otro gran apasionado, don Miguel de Unamuno, a quien también le dolía su España: "Pero es que no vamos a sacar, sino a meter; a meter, a enfresar nuestra alma en la de los que la tienen dormida, o acaso muerta, y que viva allí, y allí, hecha como óleo, arda y alumbre. Que no hay luz sin fuego". (Rómulo Betancourt).

RESUMO

AGUIRRE, Deninson Alessandro Fernandes. *Análise Histórica da Democracia venezuelana: do Pacto de Punto Fijo ao Bolivarianismo*. Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Escola de Formação de Professores e Humanidades: PUC GOIAS, 2020.

O presente trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica e pesquisa em fontes jornalísticas e midiáticas, se propõe a analisar a história democrática na Venezuela tendo como ponto de partida o *Pacto de Punto Fijo* (1958). Porém, para melhor compreensão desse processo, retoma-se a sua construção a partir de 1900, mais especificamente, 1908, ano em que a Venezuela começou a tomar proporções de um Estado moderno com uma economia voltada para o setor petrolífero de exportação. Ao buscar esse período da história política e econômica venezuelana, foi possível alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa, quais sejam, perceber e analisar o surgimento de partidos políticos e seus atores políticos, bem como a luta destes com as forças político-militares na busca da implantação de uma democracia ampla, com sufrágio universal, que culminou na elaboração e manutenção do *Pacto de Punto Fijo*. Foi possível compreender que durante os anos 80 do século XX, ocorreu o esgotamento dessas conquistas democráticas que haviam sido compactuadas no pacto, devido as crises econômicas e a corrupção que grassava no país, além da falta de se repensar o pacto, que gerou um enorme desânimo na sociedade, implicando em protestos violentos, como o *Caracazo* em 1989, e duas tentativas de golpes em 1992, durante o governo de Carlos Andrés Pérez, sendo a primeira comandada pelo militar, Tenente Hugo Chávez Frías. Em 1998, após eleições presidenciais, o candidato Hugo Chávez, teve a seu favor a porcentagem de votos necessária que o tornou presidente do país. A sua vitória representou não apenas a ruptura de um pacto democrático - *Pacto de Punto Fijo* - que perdurou durante 40 anos, mas também o início de um estilo democrático participativo. No entanto, durante seu governo, Chávez enfrentou críticas e desconfianças de opositores, principalmente à censura imposta a liberdade de expressão das mídias, às crises econômicas recorrentes e ao Golpe de Estado. Entretanto, este estudo demonstra que o governo Chaves também ficou marcado pela integração que este realizou na América Latina, pela política exterior e pelas obras sociais implementadas no país, com o apoio dos militares. É neste processo que este trabalho busca compreender e analisar a construção da democracia na Venezuela.

Palavras Chave: Venezuela, Democracia, Punto Fijo, Bolivarianismo

ABSTRACT

The present work, through a bibliographic review and research in journalistic and media sources, proposes to analyze the democratic history in Venezuela having as a starting point the Punto Fijo Pact (1958), however, for a better understanding of this process, if its construction from 1900, more specifically, 1908, the year in which Venezuela began to take on proportions of a modern state with an economy turned to the export oil sector. By looking for this period of Venezuelan political and economic history, it was possible to achieve the objectives proposed in this research, namely, to perceive and analyze the emergence of political parties, their political actors, as well as their struggle with political-military forces in the search for implantation of a broad democracy, with universal suffrage, which culminated in the elaboration and maintenance of the Punto Fijo Pact. It was possible to understand that during the 1980s of the twentieth century, these democratic conquests that had been consolidated in the pact were exhausted due to the economic crises and the corruption that was raging in the country, in addition to the lack of rethinking the pact, generated a huge discouragement in society, resulting in strong protests, such as the snail in 1989, and two attempts at coups in 1992, during the Carlos government Andrés Pérez, being the first commanded by the military, Lieutenant Hugo Chávez Frías. In 1998, after presidential elections, candidate Hugo Chávez had the necessary percentage of votes in his favor that made him president of the country. His victory represented not only the rupture of a democratic pact - Punto Fijo Pact - that lasted for 40 years, but also the beginning of a participatory and protagonist democratic style. However, during his government, Chávez faced criticism and mistrust from opponents, mainly the censorship imposed on the media's freedom of expression, the recurring economic crises and the coup d'état. However, this study shows that the Chaves government was also marked by the integration it carried out in Latin America, by foreign policy and by the social works implemented in the country, with the support of the military. It is in this process that this work seeks to understand and analyze the construction of democracy in Venezuela.

Keywords: Venezuela, Democracy, Punto Fijo Pact, Bolivarianism

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Charge da Doutrina Monroe durante bloqueio em 1902	23
Figura 2- Geração de 1928	35
Figura 3- Junta Revolucionária de Gobierno	52
Figura 4- A Revolta popular venezuelana	55
Figura 5- Chávez após seu retorno discursando.....	76
Figura 6- Capa da manchete do jornal censurado	80
Figura 7- Capa de El Nacional, um dia após o Golpe	102

LISTA DE TABELA

Tabela 1	93
Tabela 2	94
Tabela 3	99

LISTA DE ABREVIACIONES

AA - Acción Agropecuaria
AD - Acción democrática
BND - Bloco Nacional Democrático
CNE - Consejo Nacional Electoral de Venezuela
COPEI - Comité de Organización Política Electoral Independiente
FD - Factor Democrático
FEDECAMERAS - Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela
FEV - Federación de Estudiantes de Venezuela
FIN - Frente Independiente Nacional
FMI – Fondo Monetario Internacional
GE - Gente Emergente
GPL - Gran Partido Liberal de Venezuela
ICC - Independientes con el Cambio
INCVF - Independientes con Visión de Futuro
IPCN - Independientes por la Comunidad Nacional
LA LLAVE - La Llama de Venezuela
LCR - La Causa Radical
MAS - Movimiento al Socialismo
MEP - Movimiento Electoral de Pueblo
MVR - Movimiento Quinta República
ONDA - Organización Nacionalista Democrática Activa
ORVE - Organización Venezolana
PCV - Partido Comunista de Venezuela
PIB - Producto Interno Bruto
PDN - Partido Democrático Nacional
PDV - Partido Democrático Venezolano
PDVSA – Petróleos de Venezuela, S.A
PPT - Pátria Para Todos
PQAC - Por Querer a la Ciudad
PRP- Partido Republicano Progresista
RCTV - Radio Caracas Televisión

RENACE - Rescate Nacional Electoral

SI - Solidariedad Independiente

URD - Unión Republicana Democrática

VU - Venezuela Unida

WB - World Bank

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. “GLORIA AL BRAVO PUEBLO”	16
1.1 - Revolução Liberal Restauradora de 1889	16
1.1.1 – Cipriano Castro: governo da “restauração” (1889-1908)	19
1.1.2 – Juan Vicente Gómez: o governo da “reabilitação” (1908-1935).	25
1.2 - O Movimento Estudantil Venezuelano e a Geração de 1928	32
1.3 A Esperança Democrática – Entre a Ditadura e a Democracia	39
1.3.1- O Governo de Eleazar López Contreras (1936-1941)	40
1.3.2- O Governo de Isaías Medina Angarita (1941-1945)	45
1.4-O Golpe Revolucionário de Outubro e <i>El Trienio Adecó</i>	50
1.4.1 -O governo de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958)	54
2 ASCENSÃO E QUEDA DO PACTO DE PUNTO FIJO	56
2.1- <i>Punto Fijo</i>: o pacto pela democracia	57
2.1.1- A Crise interna	59
2.1.2 - O fio democrático da liberdade	62
2.1.3 - O compasso político venezuelano	63
2.2 - O Governo Bolivarianista de Hugo Chávez (1998-2013)	68
2.1.1 Golpe e Contragolpe	73
2.1.2 Democracia e Censura?	77
3 SOBRE A DEMOCRACIA VENEZUELANA	81
3.1 Teoria e Democracia	83
3.2 Democracia na Era Chavista	91
3.2.1 O paradigma bolivariano: políticos caudilhos ou militares no poder?	105
3.2.1.1 “ <i>Viva el Pueblo</i> ” – (neo)populismo chavista?	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXOS	138
ANEXO A - DISCURSO DE JOSÉ CIPRIANO CASTRO RUIZ	138

ANEXO B - COMUNICADO DA JUNTA REVOLUCIONÁRIO DE GOVERNO	140
ANEXO C- A CONFERÊNCIA ANTICOMUNISTA	142
ANEXO D - CARTA ABERTA AO PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ	145

INTRODUÇÃO

O *Pacto de Punto Fijo*, concluído na Venezuela em 1958, se deu através do acordo político de governabilidade entre os partidos signatários *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e a *Unión Republicana Democrática* (URD), marcou o início de uma vida democrática realizada por meio da articulação de assuntos de “interesses e demandas como forma de obter a estabilidade democrática¹” (GIANFORCHETTA, 2011, p. 2. Tradução nossa). Este pacto, em sua síntese, possuía alguns princípios como: defesa da constituição, o direito de governar, formação de uma unidade nacional e programa mínimo comum de governo, “cuja eleição seja o ponto de partida de um administração nacional patriótica e de garantia do sistema democrático²” (PACTO DE PUNTO FIJO, 2005, p. 238-239) . Todos esses pontos serviam para impedir que o país voltasse a ter que enfrentar episódios de governos ditatoriais que foram recorrentes a partir de 1830, ano em que a Venezuela deixou de fazer parte da Grã-Colômbia³.

Durante 40 anos o país esteve sob o modelo político *puntofijista* que possibilitou um governo democrático no país, marcado pelo bipartidarismo entre a *Acción Democrática* (AD) e a *Comité Organizacional Político Electoral Independiente* (COPEI), e pela estreita dependência econômica com a exploração petrolífera. No entanto, a partir dos anos 1980, a democracia venezuelana começou a entrar em um processo de esgotamento do seu modelo político, consequência da recessão econômica doméstica e mundial que esta vinha enfrentando. O Produto Interno Bruto (PIB) anual do país chegou à margem de -3,76% em 1983, com uma inflação anual de 3,63%, e alcançou no ano seguinte a margem de índice da inflação de 42,55%⁴, período que corresponderia ao governo de Jaime Lusinschi (1984-1989).

¹ Do original: “intereses y demandas como forma de lograr la estabilidad democrática” (GIANFORCHETTA, 2011, p. 2).

² Do original: “cuya ejecución sea el punto de partida de una administración nacional patriótica y del afianzamiento de la democracia como sistema” (PACTO DE PUNTO FIJO, 2005, p. 238-239).

³ *Gran Colómbia* em espanhol ou também República da Colômbia, no qual a historiografia trata de chama-la de *Gran Colómbia* com o intuito de diferencia-la do atual país Colômbia. Este país foi formado em 1919 e ratificado em 1921 por meio da integração entre os países que foram libertados da dominação espanhola.

⁴ Fonte: World Bank (WB).

A crise econômica originou uma forte manifestação em 1989, conhecida como *Caracazo* e, ainda, duas tentativas de golpe de Estado em 1992, sendo a primeira em 4 de fevereiro sob o comando do então Tenente Coronel Hugo Chávez Frías, e a segunda tentativa ocorreu no dia 27 do mesmo mês e ano.

Tentar compreender os processos democráticos contemporâneos na Venezuela sem analisar alguns aspectos de sua política progressista torna-se quase inconcebível. Embora nos fosse possível iniciarmos a pesquisa a partir da formulação do *Punto Fijo* (1958) aqui apresentado sucintamente e tratar da ascensão e qualidade democrática⁵ dos governos de Hugo Rafael Chávez Frías ficariam certas lacunas que nos impossibilitariam entender os processos históricos que culminaram na formulação do pacto. Até mesmo a atuação dos atores políticos envolvidos nesta configuração democrática proporcionada pelo *Punto Fijo*, bem como a sua desestruturação e queda em 1998, ficariam sem uma explicação plausível.

Há que se ressaltar que a Venezuela, ao longo de sua história republicana, ficou conhecida como um país marcado tanto por conflitos e disputas de poder de sucessivos governos civis quanto por ditaduras militares, partilhando vivências históricas similares com os demais países da América Latina. Venezuela, palco de experiências em organizar uma república sob o sistema democrático constitucional e representativo, lhe concerne uma democracia recente. Em meio a crises políticas, econômicas e sociais, além de uma acentuada característica histórica revolucionária entre 1989 e 1992, tornou-se a abalar a linha tênue do equilíbrio democrático que fora instaurado no final de 1950. Na época, presenciava-se a cada dia, movimentos sociais contra ou a favor do governo bolivariano,⁶ que se enfrentavam nas ruas venezuelanas, deixando mortos e feridos.

⁵ Entende-se por “qualidade da democracia” uma série de critérios empíricos a serem seguidos que contribuirão para o desenvolvimento de um país, bem como buscarão definir o regime em que se encontra. Robert Dahl (DAHL, 2001) compreende que em uma democracia deve apresentar alguns critérios necessários para sua estabilidade, sendo estas: a participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido, inclusão dos adultos. Entretanto, como observa Tábata Moreira (2017), há uma série de outros fatores que incidem na qualidade democrática.

⁶ O termo “bolivariano” ou “bolivarianismo” provém de uma ideologia que tem como um dos fundadores o próprio Hugo Chávez que, ainda durante a década de 1980, forma o *Movimiento Revolucionario Venezolano 200* (MBR-200); que tem como uma das bases filosóficas a chamada “*árbol de las tres raíces*” ou “árvore das três raízes”, que se baseia nos pensamentos de Simón Bolívar (1783-1830), Simón Rodríguez (1769-1854) e Ezequiel Zamora (1917-1860). Com a ascensão de Hugo Chávez a Presidência, o discurso “antipolítico” outrora realizado, de oposição ao modelo elitista ainda quando era candidato, se desdobra em uma “Revolução Bolivariana, [...] que anos mais

De forma que, considerando a complexidade do tema proposto, ficou-nos evidente a necessidade de recorrer ao ano de 1899, quando a Venezuela vivenciou o fim do caudilhismo⁷ com os governos de José Cipriano Castro Ruiz (1889-1908) e de Juan Vicente Gómez (1908-1935), buscando, assim, compreender alguns fatores decorrentes desses governos na vida política nos seus respectivos períodos, que influenciaram o país a partir de 1958, ano que ficou marcado pela criação do *Pacto de Punto Fijo*.

Na historiografia venezuelana, o *Pacto de Punto Fijo*, assinado em 1958, de fato, se tornou um marco histórico, um paradigma e o referencial para todos os demais processos históricos e políticos que vieram acontecer nos anos seguintes. Foi neste mesmo ano que, após manifestações e pressões, que o então presidente Marcos Pérez Jiménez, considerado um ditador, foi deposto com a ajuda da ala descontente das Forças Armadas, dando assim início a Quarta República venezuelana, que findou com a Assembleia Constituinte de 1999.

Na teoria, como já descrito, o pacto consistia na busca de um equilíbrio do sistema político e democrático até então inexistente, devido a ligação estreita da política venezuelana com a ala militar, que teve como consequência a institucionalização de governos militares e ditatoriais. Na prática, tal acordo ficou

tarde Chávez a incluiria dentro da tese do Socialismo do Século XXI” (CHOURIO, 2011, p. 10. Tradução nossa). Conforme Margarita L. Maya (2008), esse movimento cívico-militar (Bolivarianismo ou Chavista) e o próprio Chávez, são partes de uma nova conjuntura dos movimentos políticos de esquerda, com características populistas e nacionalistas. Dentre o projeto político defendido por Hugo Chávez, destaca-se a defesa da democracia participativa e protagonista, que se plasmou na Constituição Bolivariana de 1999. Embora o bolivarianismo possua uma estrutura política e filosófica nas ideias e imagem de Simón Bolívar, alguns críticos e obras passaram a denunciar o culto à imagem de Bolívar, e também à de Hugo Chávez. Dentre eles, destaca-se o historiador Germán Carrera Damas (2015) que diz que o culto a Bolívar alcançou níveis exorbitantes. Dentre as discussões destacamos a versão chavista do Pai Nosso, aonde se “glorifica” a imagem de Chávez. Para ver a oração na íntegra, ver: <https://www.elmundo.es/america/2014/09/02/540581cfca4741b9098b4571.html>.

⁷ De acordo com Norberto Bobbio: “O caudilhismo é caracterizado pela divisão do poder entre chefes de tendência local: os *caudillos*. Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da des-mobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros).” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1983, p. 156). No que diz respeito à palavra caudilho, o dicionário de língua espanhola a entende como sendo o chefe de exército, ditador (DICCIONÁRIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2019). Max Weber (1979) entende que o caudilho é um soberano que possui a sua legitimação por meio do que ele chama de “autoridade do dom da graça”, ou “carisma”; mesma força legitimadora utilizada pelos profetas, chefes políticos e demagogos.

marcado pelo bipartidarismo, pois hora ou outra a governabilidade venezuelana era administrada entre a *Comité Político Electoral Independiente* (COPEI) e a *Acción Democrática* (AD), visto que a nome completo (URD) abandonou o pacto por discordâncias quanto à política externa venezuelana, além da exclusão do Partido Comunista de Venezuela (PCV) do pacto.

Foi em 1988 que, em meio ao agravamento das crises econômicas durante a presidência de Jaime Lusinchi (1984-1989), que Carlos Andrés Pérez conseguiu se reeleger pela segunda vez pela AD. Logo em seguida, Pérez implementou uma série de pacotes⁸ neoliberais “em conformidade com as exigências do Fundo Monetário Internacional e do governo dos Estados Unidos” (AZEREDO, 2001, p. 116-117).

A população venezuelana, descontente com estas medidas governamentais adotadas por Pérez, saiu às ruas em protesto. Manifestantes, tanto civis quanto políticos, divulgavam suas ideias críticas contra o modelo político adotado por Pérez. Tal manifestação ficou conhecida como Caracazo de 1989, porém as críticas perduraram meses após as manifestações.

Mais tarde, em 4 de fevereiro de 1992, ocorreu uma tentativa de golpe de Estado comandada por vários militares das Forças Armadas venezuelanas, estando entre eles o então Tenente Coronel Hugo Chávez. A situação, aparentemente, apresentava-se controlada. Entretanto, na realidade, vários dos opositores foram mortos a mando do Presidente Carlos Andrés Pérez, além da detenção de militares opositores, dentre eles Hugo Chávez, que logo após a sua rendição pediu licença para que pudesse se expressar de forma breve ante a nação. Transcrevemos abaixo o seu pronunciamento:

Antes de mais nada quero desejar bom dia a todo o povo da Venezuela, e esta mensagem Bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de paraquedistas Aragua e à brigada blindada de Valência. Companheiros! Lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que planejamos não tiveram sucesso na capital. Ou seja, nós aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês fizeram muito bem aí, mas já é tempo de evitar mais derramamento de sangue, já é tempo de reflexionar, e virão novas

⁸ Algumas das medidas econômicas consistia em liberar a taxa de câmbio, liberar os preços, aumento de salários nos setores públicos e privados, aumento de tarifas dos serviços públicos, aumento do preço da gasolina, restrição de crédito, dentre outros pacotes exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para mais detalhes, ver: https://elpais.com/diario/1989/01/16/economia/600908408_850215.html; e a texto de M. Ignacio Purroy (1989) em: http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/SIC1989513_122-130.pdf.

situações e o país tem que rumar definitivamente a um melhor destino. Assim que, ouçam as minhas palavras, ouçam o Comandante Chávez que lhes envia esta mensagem para que por favor reflexionem e larguem as armas porque é impossível que consigamos alcançar os objetivos planejados a nível nacional. Companheiros, ouçam esta solidária mensagem: lhes agradeço pela lealdade, lhes agradeço pela valentia, seu desprendimento, e eu, diante deste país, e diante de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano⁹ (CHÁVEZ, 2019, p. online. Tradução nossa).

De acordo com Mellado (2004), o breve discurso devolveu as esperanças à população venezuelana que buscava melhorias sociais, que passou a personificar tais esperanças em Chávez. Neste cenário, destaca-se dois aspectos¹⁰ vivenciados pela sociedade venezuelana com a aparição de Hugo Chávez como o líder capaz de levar o país à democracia, o que permitiu sua ascensão ao poder. Em um primeiro momento podemos inferir que ocorreu uma idealização por parte da população com Chávez, mais especificamente, com o golpe como solução para os problemas políticos, econômicos e sociais que vivenciava. Em um segundo momento, ocorre a identificação com o personagem, a pessoa. Nesta situação, pode-se correlacionar esses dois aspectos – idealização e identificação - vividos pela sociedade à imagem, talvez criada, a Hugo Chávez.

Torna-se necessário então inquirir o significado de idealização e identificação neste contexto político, apesar de se encontram mutuamente relacionados, mas cabe distingui-los para podermos compreender essa realidade.

⁹ Do original: “Primero que nada le quiero dar los buenos días a todo el pueblo de Venezuela, y este mensaje Bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el regimiento de paracaidista Aragua y en la brigada blindada de Valencia. Compañeros, lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital, es decir, nosotros acá en Caracas, no logramos controlar el Poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de evitar más derramamiento de sangre, ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra, oigan al Comandante Chávez que les lanza este mensaje para que por favor reflexionen y depongan las armas porque ya en verdad los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional, es imposible que los logremos. Compañeros, oigan este mensaje solidario, les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano” (CHÁVEZ, 2019, p. online).

¹⁰ Tais aspectos tiveram seus conceitos abordados no campo da psicologia e psicanálise, destacamos Sigmund Freud (1856-1939) com a sua obra “Psicologia das Massas e análise do Eu e outros textos” (2011) e Carl Jung (1875-1961), “Psicologia do Inconsciente” (1980) para esta análise.

Conforme o Dicionário de Psicanálise, a idealização é um “Processo psíquico em virtude do qual se leva à perfeição as qualidades e valores do objeto. A identificação com o objeto idealizado contribui para a formação e o enriquecimento das instancias chamadas ideais da pessoa¹¹” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004, p. 206. Tradução nossa). A valoração do objeto, que é o sujeito em si, devido a sua identificação, nos direciona ao pensamento de Sigmund Freud, conhecido como o “pai da psicanálise”, à seguinte observação:

[...] primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetual libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação. [...] Já suspeitamos que a ligação recíproca dos indivíduos da massa é da natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum, e podemos conjecturar que esse algo em comum esteja no tipo de ligação com o líder (FREUD, 2011, p. 49-50).

Nas palavras de Freud acima destacamos as palavras “massa” e “líder”. Não são estas palavras que estiveram e ainda estão presentes na Venezuela? Chávez se apresenta à Venezuela como um Tenente Coronel rebelde que, buscando usurpar o poder, fundamentava o seu discurso na busca inexorável de uma mudança. Discursos que tinham como âncora as frases bíblicas e o arquétipo do mito do “Libertador”, Simón Bolívar.

A expressão “por enquanto” proferida por Chávez em seus discursos já ecoava na mente da “massa”, entendida esta como a coletividade. Poderemos a princípio nos basear no fato de que a forma que a imagem de Chávez fora trabalhada no inconsciente coletivo gerou resultados que romperam com o sistema político-democrático que até 1998 era vigente; o *puntofijismo*. Ou seja, ocorreu a identificação entre o líder e a massa, pois, como relata Jung em suas análises do inconsciente: “Uma identificação só pode produzir-se quando for baseada numa semelhança inconsciente, não realizada” (JUNG, 1980, p. 78). Vale ressaltar aqui o

¹¹ Do original: “Proceso psíquico en virtud del cual se llevan a la perfección las cualidades y el valor del objeto. La identificación con el objeto idealizado contribuye a la formación y al enriquecimiento de las instancias llamadas ideales de la persona” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004, p. 206).

que não havia sido “realizado” entre as décadas de 1980 e 1990 na Venezuela: as profundas reformas constitucionais prometidas, a busca de meios alternativos que possibilitasse o país sair do “rito” de dependência da exploração do petróleo, as transformações da sociedade democrática, dentre outros.

Torna-se valido recordar o juramento de posse de Hugo Chávez em 1999, que destaca a promessa diante do anseio da população por mudanças:

Juro diante de Deus, juro diante da Pátria, juro diante do meu povo que sobre esta moribunda Constituição farei cumprir, impulsionei as transformações democráticas necessárias para que a nova República tenha uma Carta Magna adequada aos novos tempos; Juro!¹² (MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN, 2017, p. online).

Neste contexto acima apresentado, bem como diante da crise da político-democracia venezuelana, é que Chávez, em seus discursos, retoma o mito de Simón Bolívar para representar e garantir as promessas de mudanças, as tão desejadas transformações no ambiente político doméstico. Desta feita, Chávez encarna a figura do “Bolívar mito”. Nos tempos atuais, falar de Hugo Chávez, Revolução bolivariana, bolivarianismo, nos remete à imagem “pós-construída¹³” de Simón Bolívar.

Simón Bolívar, que teve um papel fundamental na luta pelas independências dos Estados coloniais que se encontravam sob o jugo da Coroa espanhola, teve sua imagem de herói construída como líder e revolucionário. Após a sua morte em 1830 seus ideais e imagem continuaram a ser apropriados, adaptados, difundidos e utilizados como “Pai da Pátria”, “Libertador”, porém, nos discursos de Hugo Chávez ganhou um excepcional apelo sentimental, cívico e revolucionário. Conforme o cientista social Rúben Aguilar Valenzuela (2013), com a ascensão de Chávez em

¹² Do original: “Juro delante de Dios, juro delante de la Patria, juro delante de mi pueblo que sobre esta moribunda Constitución haré cumplir, impulsaré las transformaciones democráticas necesarias para que la República nueva tenga una Carta Magna adecuada a los nuevos tiempos. ¡Lo Juro!” (MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN, 2017, p. online).

¹³ Compreendo por “pós-construída” a imagem que foi apropriada e reorientada ou reorganizada posteriormente para um determinado fim. Neste caso, faz referência à utilização da imagem do “Libertador” como campanha publicitária no governo chavista, bem como de sua inserção nos discursos de Hugo Chávez.

1999 à presidência teve-se início a “construção do que ele chama de “liturgia cívica”. Ainda com o mesmo autor, “O cerimonial bolivariano tem símbolos [...] e também discurso no qual se “mistura” a mensagem de Bolívar, determinando pelo “historiador” Chávez, e a do cristianismo, interpretado pelo “teólogo” Chávez¹⁴” (AGUILAR, 2013, p. online).

A forte ligação de Chávez com o “mito bolivariano” torna-se evidente na construção do discurso chavista. Carl Jung entende o mito como uma expressão do arquétipo, que “representa essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta” (JUNG, 2000, p. 16). Para Mircea Eliade, “O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares” (ELIADE, 1972, p. 9). Everardo Rocha compartilha desta ideia de complexidade, no entanto, compreende que:

O mito é uma narrativa. É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de "estar no mundo" ou as relações sociais. [...] Mas, o mito é também um fenômeno de difícil definição. Por trás dessa palavra pode estar contida toda uma constelação, uma gama versificada de idéias. O mito faz parte daquele conjunto de fenômenos cujo sentido é difuso, pouco nítido múltiplo. Serve para significar muitas coisas, representar várias idéias, ser usado em diversos contextos (ROCHA, 2006, p. 3).

Raoul Girardet (1987), na sua obra “Mitos e Mitologias Políticas” (1987), afirma que o mito político é “fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real” (GIRARDET, 1987, p. 13). Explica-nos o mito político através de quatro categorias: o mito da conspiração, ilustrando-o com três narrativas que desenvolve a ideia de complô atribuído as sociedades judaica, jesuíta e maçônica; o mito salvador, exemplificando-o com o Sr. Pinay, que era visto como o político “salvador” para os franceses que, de um homem comum, passou a ser um

¹⁴ Do original: “El ceremonial bolivariano tiene símbolos [...] y también discurso en el que se “mezcla” el mensaje de Bolívar, determinado por el “historiador” Chávez, el del cristianismo, interpretado por el “teólogo” Chávez” (AGUILAR, 2013, p. online).

“personagem no legendário nacional”; o mito da idade de ouro, em que se evoca os bons tempos com uma certa nostalgia e, por fim, o mito da unidade como signatário da propagação de ideias políticos.

Neste sentido, conforme o acima apresentado, podemos articular que, com o surgimento de Chávez na vida política venezuelana, ocorreu a reformulação do mito bolivariano no espectro político. Em sua tentativa de golpe de Estado em 1992, Chávez se tornou um herói, e a sua candidatura e vitória nas eleições presidenciais de 1999 o consagrou, foi quando se estabeleceu como um “Herói que capta [...] todos os fervores da esperança coletiva” (GIRARDET, 1987, p. 66). Isso reflete a catástrofe política, econômica e social em que o país se encontrava ao aderir a ideia de necessidade de um herói para a nação. Esta observação condiz com a análise de mitos políticos na obra de autores como Ernst Cassirer (2003) e Raoul Girardet (1987), que afirmam que a crise de um país contribui intrinsecamente para o surgimento do mito político ou para um campo propício para seu engendramento.

Diante de uma Alemanha destruída pela Primeira Guerra Mundial, Ernst Cassirer, em sua obra “O mito do Estado”, relata que:

Nessa época, todas as nações que se tinham envolvido na guerra encontravam as mesmas dificuldades fundamentais. Começavam a compreender que, mesmo para as nações vitoriosas, a guerra não tinha trazido qualquer solução real em qualquer campo. Por todos os lados levantavam-se novos problemas. Os conflitos internacionais, sociais e humanos tornavam-se cada vez mais intensos, eram sentidos em todos os lugares. [...] De um dia para o outro o problema tornou-se mais agudo e mais complicado. Os dirigentes da República de Weimar fizeram o possível para resolver esses problemas por meio de transações diplomáticas e medidas legislativas. Mas todos os seus esforços pareciam ter sido feitos em vão. Nos tempos da inflação e do desemprego, todo o sistema social e econômico da Alemanha viu-se ameaçado de um colapso completo. Os recursos normais pareciam exaustos. Era esse o solo natural para o desenvolvimento dos mitos políticos e onde eles podiam encontrar alimento abundante” (CASSIRER, 2003, p. 315).

Na obra “Mitos e Mitologias Políticas”, Raoul Girardet destaca que o desenvolvimento dos mitos políticos se desenvolve em meio:

[...] a existências de tempos fortes e de tempos fracos, de momentos de efervescência e de períodos de remissão. Evidente também a concordância que não pode deixar de ser estabelecida com as

vicissitudes da história política nacional. Essas vicissitudes podem depender de origens múltiplas, ter-se manifestado sob as formas mais diversas: bloqueio institucional, rejeição global de uma equipe governamental justa ou injustamente desacreditada, ruína financeira, desordem interna, ameaça estrangeira, desastre militar” (GIRARDET, 1987, p. 86-87).

No que tange ao mito na Venezuela, Morella Miquilena observa que “em momentos de crises se recorre à figura do herói que, como pai salvador, sirva de guia e oriente as ações próprias à resolução do conflito e promova o processo de mudança, graças à ação exemplar de suas ações¹⁵” (MIQUILENA, 2017, p. 153). Ou seja, o mito e herói surgem em momento em que a nação se encontra em crise política, econômica ou social.

Foi neste cenário de crise que o tenente coronel Chávez se candidatou a presidente da República. Nas eleições do mesmo ano se elegeu ao cargo pelo partido *Movimiento Quinta República*¹⁶ (MVR), apresentando uma nova forma de governar, qual seja, uma política votada para a população formada pelas camadas populares, conseguindo assim retomar, recriar e reforçar o caráter ideológico político nacionalista em defesa de um país independente. Com essa estratégia, tornou-se um novo marco na vida política da Venezuela. Neste sentido, poder-se-ia afirmar que “O mito político jamais deixa [...] de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica” (GIRARDET, 1987, p. 81), e tratando-se de conhecer a história deste mito pode-se manipular conforme a livre vontade (ELIADE, 1972).

A existência de certas incógnitas no Governo venezuelano no que tange à qualidade democrática, despertou-nos inquietações e interesse em compreender melhor a história política recente da Venezuela. Tais incógnitas colocaram-nos a necessidade de buscar e de analisar o surgimento da democracia na Venezuela, perscrutando a sua trajetória, as demandas e os empecilhos para o seu estabelecimento e desenvolvimento, como também as suas crises, que ganharam mais força no momento em que nos deparamos com três momentos marcantes no cenário político e social venezuelano a partir de 1980: o *Caracazo*, as duas

¹⁵ “en momentos de crisis se recurre a la figura del héroe que, como padre salvador, sirva de guía y oriente las acciones propias a la resolución del conflicto y promueva el proceso de cambio, gracias a la acción ejemplarizante de sus acciones” (MIQUILENA, 2017, p. 153).

¹⁶ Movimiento Quinta República.

tentativas de golpes em 1992 e a ascensão de Hugo Chávez em 1999, com o seu projeto bolivariano. Acompanhamos o seu discurso neopopulista e nacionalista ancorado na imagem reformulada do “Libertador” a ponto de não se distinguir o mito bolivariano com a revolução bolivariana, tornando os ideais de Simón Bolívar um discurso político chavista.

Embora esteja há 22 anos fora da Venezuela, este pesquisador venezuelano, na atualidade, tem acompanhado de perto e se sensibilizado com a vinda de *paisanos*¹⁷ para o Brasil em busca de melhores condições de vida¹⁸. Porém, entre os anos de 2000 e 2013, o número de migrantes venezuelanos aumentou de forma estrondosa¹⁹.

Além da saída constante de venezuelanos, acompanhamos os estudos, críticas e preocupações a respeito da democracia venezuelana, censuras, centralização do Estado nas mãos de partidos chavistas.

Embora a ascensão de Hugo Chávez à presidência tenha direcionado o país à busca de uma posição de liderança, tanto no âmbito interno como no externo, que raramente era presenciado em países da América Latina, há, entretanto, inúmeras divergências no campo político e teórico sobre as políticas adotadas por Chávez, tendo muitos opositores e apoiadores do governo chavista.

Tendo em vista as informações anteriormente apresentadas, este estudo busca compreender os aspectos históricos da construção de um Estado Nacional na Venezuela, bem como a instauração e lutas do processo democrático no país, que tiveram como norte as experiências democráticas consensuadas na assinatura do *Pacto de Punto Fijo*.

Buscamos, também, compreender o imaginário da nação defendido por Hugo Chávez, o caráter populista e anti-imperialista do seu governo, bem como da

¹⁷ Conterrâneos; nascidos no mesmo país.

¹⁸ Embora não faça parte da análise deste estudo, durante o governo de Nicolás Maduro (2013-atual), a quantidade de venezuelanos em território brasileiro aumentou de forma avassaladora. Estima-se que entre 2017 a 2019 tenha entrado aproximadamente 350.000 venezuelanos no Brasil. Para mais informações ver: <http://www.bancaynegocios.com/mas-de-60-000-venezolanos-ingresaron-a-brasil-en-2019/>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/internacional/noticia/2019-04/onu-acogida-de-venezolanos-en-brasil-completa-un-ano>.

¹⁹ Conforme dados da *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR), no ano de 2000, a soma entre refugiados, asilo e outros, somava o total de 211 pessoas. Em 2002 o total era de 51.077 pessoas. Em 2009 o total era de 215.685 pessoas. Já no ano de 2011, alcança o maior pico de saída de venezuelano, chegando à marca de 219.391 pessoas. Fonte: UNHCR (2020).

natureza democrática do país, a fim de elucidar alguns aspectos históricos que culminaram na própria extinção do *Pacto de Punto Fijo* e no surgimento da V República implantada por Chávez.

Vale ressaltar que a Venezuela, ao longo de sua experiência republicana mais recente, tem sido governada por governos militares através de eleições indiretas ou por meio de Golpes de Estado. A assinatura do *Pacto de Punto Fijo* em 1958 proporcionou no país uma relativa estabilidade política e democrática, que fora dividida entre dois partidos: *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e a *Acción Democrática* (AD). Contudo, a ascensão de Hugo Chávez no governo venezuelano, em 1999, significou uma ruptura com os governos anteriores que tinha um caráter bipartidarista. O seu governo teve como destaque a criação da nova Constituição venezuelana e a mudança do nome de República da Venezuela para República Bolivariana de Venezuela.

Chávez governou a Venezuela de 1999 a 2013 e, durante esse período, de forma peremptória, se colocou contra aos interesses de Washington. Relacionou-se autoritariamente com os meios de comunicação, criando atritos com jornais e canais de televisão, entre eles a *Radio Caracas Televisión* (RCTV), que não teve a sua concessão renovada em 2006. Tais posturas do presidente demonstraram o seu pouco apreço pela democracia e o impacto de tais medidas antidemocráticas gerou um mal-estar no cenário internacional além de criar uma visão negativa do seu governo.

Tendo como base algumas dessas premissas, neste estudo, partimos da hipótese de que houve uma ruptura na ordem democrática venezuelana, o que procuramos analisar à luz de alguns teóricos, a exemplo do cientista político Robert Dahl (1915-2014), com suas contribuições para o estudo e compreensão do processo democrático venezuelano.

Dahl (2005) defende o pressuposto de que as democracias atuais se encontram em um processo de Poliarquia, e que em um governo responsivo todos os cidadãos tem suas oportunidades plenas. Desta forma, ainda de acordo com o mesmo autor:

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente

popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 2005, p. 25).

No entanto, urge necessário acrescentar que o autor trabalha com 8 garantias/critérios que contribuem para uma análise da qualidade do regime democrático, que são: 1- Liberdade de formar e aderir a organizações; 2- Liberdade de expressão; 3- Direito de voto; 4- Elegibilidade para cargos públicos; 5- Direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; 6- Garantia de acesso a fontes alternativas de informação; 7- Eleições livres e idôneas; 8- Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. Tais garantias serão trabalhadas, em sua maioria, no Terceiro Capítulo desta dissertação.

A respeito da qualidade democrática, conforme Mónica Duhem analisa, se dá por meio dos índices da qualidade democrática que permitem classificar os sistemas políticos de cada país (DUHEM, 2006). Desta forma, suas observações nos proporcionam uma análise criteriosa sobre o nível de qualidade democrática do governo chavista.

Além dos autores supracitados, nos apropriamos de outros teóricos que contribuem para uma visão mais ampla sobre os critérios e/ou abordagens do estudo democrático. Alexis de Tocqueville (1805-1859), conjuntamente com outros estudiosos, nos proporcionaram observações complementares para compreender os processos democráticos e a sua qualidade no governo de Hugo Chávez.

Alexis de Tocqueville, historiador francês que, durante a sua viagem aos Estados Unidos observou e analisou o surgimento e desenvolvimento da democracia neste país, nos proporciona questionamentos a respeito da liberdade, chamando a atenção para o problema democrático, assim como o surgimento de seu algoz, que é a tirania legalizada institucionalmente. Conforme a cientista política Célia Galvão Quirino, a respeito da obra “Democracia na América” de Tocqueville, afirma que os seus estudos: [...] dizem respeito a realidades concretas e abrangem desde a criação de hábitos e costumes de um povo e sua organização social até a sua explicação de estrutura de dominação de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil (QUIRINO, 2001, p. 80).

Tocqueville alerta em sua obra que as “Relações do Estado com a sociedade” podem ter profundas consequências quando o Estado, parte para um regime totalitário, o que pode vir a surgir por meio da tirania dos muitos Claude Lefort (1924-2010) entende que o totalitarismo surge através de uma mutação política e simbólica que resulta na mudança de poderes (LEFORT, 1985). Desta forma o autor complementa dizendo que quando:

[...] surge um partido que se apresenta pertencente a uma natureza distinta a dos partidos tradicionais, como portador das aspirações de todo um povo, detentor de uma legitimidade que o põe acima da lei; se apodera do poder destruindo toda a oposição; o novo poder não tem que prestar contas a ninguém, se afasta de todo controle legal²⁰ (LEFORT, 1985, p. 77).

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho pautaram-se em uma pesquisa qualitativa, visto que “possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31). A pesquisa qualitativa nos proporciona uma análise por meio da coleta de dados que nos permite entender os fatos e as problematizações elaborados por esta pesquisa.

O método histórico também nos proporcionou a compreensão dos processos de construção da democracia na Venezuela. Conforme Marconi e Lakatos observam:

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 107).

²⁰ Do original: “[...] se levanta un partido que se presenta como perteneciendo a otra naturaleza que la de los partidos tradicionales, como portador de las aspiraciones del pueblo entero, detentador de una legitimidad que lo pone por encima de la ley; se apodera del poder destruyendo toda oposición; el nuevo poder no tiene que rendir cuentas a nadie, se sustrae a todo control legal” (LEFORT, 1985, p. 77).

No que se refere aos procedimentos técnicos, a presente dissertação realizou uma pesquisa de cunho bibliográfico (fontes secundárias): livros, artigos científicos, jornais, sites, vídeos e outras fontes de pesquisa.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda as lutas de formação de um Estado nacional moderno, bem como do estabelecimento de modelos democrático na Venezuela. Neste sentido, busca apresentar com maior ênfase a história política o país a partir de 1900, ano em que José Cirpiano Castro Ruiz ascendeu à presidência e se iniciou a centralização do Estado.

O segundo capítulo apresenta o surgimento do *Pacto de Punto Fijo*, a sua estrutura, manutenção e a crise do sistema político e democrático no país. Também apresenta o governo de Hugo Chávez, bem como sua política adotada na Venezuela.

Por fim, no terceiro capítulo apresenta uma descrição da democracia, Poliarquia, dos modelos representativo e participativo, apresentando uma análise interdisciplinar, através dos teóricos da áreas de ciência política, sociologia, história, psicologia, dentre outras áreas, com o objetivo de compreender a situação democrática na Venezuela bem como do seu contexto histórico, concluindo no mesmo capítulo, com as considerações finais, apresentando as observações realizadas durante o desenvolvimento desta dissertação.

1. “GLORIA AL BRAVO PUEBLO”

A análise do contexto histórico venezuelano que este capítulo busca compreender requer uma regressão ao passado não muito recente do país; isto se deve ao fato de que, embora pudéssemos iniciar os estudos e a análise do processo democrático na Venezuela a partir de 1900, ano que ficou marcado pelo “fim” das lutas “caudilhescas”, por assim chamar todas as lutas de poder e de manutenção desta pelos caudilhos, ficaria incompleto o entendimento das lutas pela busca da democracia no país.

Busca-se neste capítulo apresentar um breve apanhado histórico nas últimas décadas do século XIX para situarmos o momento histórico em que a Venezuela vivia uma fase de transição para um governo caudilhista que durou 35 anos, com Juan Vicente Gómez, que governou o país de 1908 a 1927. Em seguida apresenta o surgimento de movimentos sociais, de lutas políticas em prol da democracia, bem como da formação de partidos políticos modernos, que diferenciavam do contexto de partidos existentes antes de 1900 na Venezuela.

A hipótese norteadora deste capítulo configura no entendimento de que as forças políticas e sociais que vieram a se formar durante e após o governo caudilhista de Vicente Gómez proporcionaram o surgimento de um Estado nacional moderno que se respaldou na democracia como modelo necessário para a defesa dos direitos humanos, sufrágio universal pleno, voto livre e secreto dentre outros.

1.1 - Revolução Liberal Restauradora de 1889

Recuando no tempo²¹ e atentando-nos ao cenário histórico político venezuelano, após as lutas de independência comandadas por Simón Bolívar²² e a integração dos países na *Gran Colómbia* - que veio a se desfazer em 1830 - sob o comando de José António Paez, observa-se que o país durante uma década esteve a mercê apenas de um único partido político centralizador e estritamente oligárquico, formado por *caudillos*²³. Entretanto, com António Leocadio Guzmán²⁴, no dia 24 de agosto de 1840, nascia o Partido Liberal de Venezuela.

Entretanto, com António Leocadio Guzmán²⁵, no dia 24 de agosto de 1840, nascia o *Gran Partido Liberal de Venezuela*²⁶ (GPL). O Partido Liberal, defendendo a bandeira federalista e libertária, colocou-se como signatário para responder os anseios da população, e contra o Partido Conservador venezuelano, que visava proteger os interesses das oligarquias.

As disputas governamentais e políticas empurraram o país para uma guerra federal que iniciou em 1859, perdurando por 5 anos. Durante este período, Antonio Guzmán Blanco, filho de António Leocadio Guzmán, começou a ganhar relativo destaque durante essa guerra, alcançando, pouco tempo depois, o posto de presidente dos então Estados Unidos da Venezuela²⁷.

²¹ Para melhor compreensão da história política republicana na Venezuela e seus desdobramentos tornou-se importante fazer este recuo temporal, pois acontecimentos se desdobraram e foram repercutindo ao longo dos séculos XIX, XX e nestas duas décadas do século XXI na vida política, econômica e social do país, levando à eclosão de mudanças políticas durante o segundo milênio fruto de toda conservação política “emascarada” que trará possíveis similitudes com forças políticas atuantes durante e após a independência do país.

²² Conhecido como “El Libertador”, foi um militar e político venezuelano que fundou as Repúblicas venezuelanas, bem como a Grã-Colômbia.

²³ O caudillo se refere ao homem detentor de relativo poder político e militar da região.

²⁴ Político e militar, pai de Antonio Guzman Blanco, conhecido como fundador do Partido Liberal venezuelano em 1840, foi também um dos apoiadores da desanexação da Venezuela da Gran Colómbia.

²⁵ Político e militar, pai de Antonio Guzman Blanco (futuro presidente da Venezuela), conhecido como fundador do Partido Liberal venezuelano em 1840, foi também um dos apoiadores da desanexação da Venezuela da Gran Colómbia.

²⁶ Também conhecido como Partido Liberal de Venezuela.

²⁷ O país adquire este nome logo após a Guerra Federal em 1864, quando se formula uma nova constituição seguindo elementos Federais.

O “ilustre americano”, assim era chamado Guzmán Blanco, deu início ao governo dos *liberales amarillos*²⁸ que terá a sua queda em 1889 com a ascensão de Cipriano Castro ao poder. Como Terán Mantován aponta, “o liberalismo liderado por Guzmán Blanco era uma autocracia civilizadora que combinava uma liberdade formal e nominal com uma dominação de classes poderosas centrada em um único homem”²⁹ (MANTOVANI, 2014, p. 94. Tradução nossa). Ou seja, embora o governo de Blanco sustentasse uma bandeira liberal, este era de fato um governo idêntico aos anteriores.

Segundo alguns estudiosos como Guillermo Morón (1964), a ascensão de José Cipriano Castro em 1889 trouxe um caráter modernizador ao país. No entanto, este processo só viria a ser aprofundado durante o governo de Juan Vicente Gómez (1908-1935), por meio de um modelo centralizador de Estado e da utilização dos recursos financeiros provenientes da exploração petrolífera.

Torna-se importante lembrar que a Venezuela em 1899 era um país que vivenciava profundas crises econômicas e sociais provenientes das guerras federalistas e civis entre os partidos políticos. Neste mesmo ano, após uma revolução denominada de Revolução Liberal Restauradora³⁰, a vitória de José Cipriano Castro Ruiz no poder deu passos para uma Venezuela que viria romper com o caudilhismo. Esta revolução que teve participação de venezuelanos que se encontravam exilados na Colômbia, teve o intuito de tirar do poder Ignacio Andrade.

Neste cenário, destacamos dois personagens, ditos colegas e “amigos”, que mudaram a vida política, social e econômica da Venezuela a partir de 1899; sendo estes, Juan Vicente Gómez e Jose Cipriano Castro Ruiz (MORÓN, 1964).

José Cipriano Castro Ruiz, proveniente da região de Táchira, localizada nos Andes venezuelanos, foi um militar e político que se tornou presidente após a guerra civil restauradora em 1889. Juan Vicente Gómez era fazendeiro, político e militar, proveniente também da região de Táchira.

Segundo Morón (1964, p. 183), “O governo de Castro era chamado de Restauração, e o de Gomez era chamado de Reabilitação”.

²⁸ Chamados de Liberales Amarillos por conta de a cor da bandeira do partido ser amarela.

²⁹ Do original: “el liberalismo abanderado por Guzmán Blanco era más bien una autocracia civilizadora que combinaba una libertad formal y nominal con una dominación de las clases poderosas centrada en un sólo hombre [...]” (MANTOVANI, 2014, p. 94)”

³⁰ Do original: “Revolución Liberal Restauradora”.

A Revolução Liberal Restauradora que trouxe estas duas personalidades ao poder começou com apenas 60 homens, e foi ganhando seguidores a cada cidade que invadiam; no final possuíam cerca de dois mil homens no seu exército (MORÓN, 1964).

Embora tratemos de personalidades que atuaram durante suas administrações de formas ditatoriais, há que se destacar os seus papéis desempenhados na política e história venezuelana.

1.1.1 – Cipriano Castro: governo da “restauração” (1889-1908)

A Venezuela em 1889 se encontrava regida por grupos de políticos compostos por generais, *caudillos* e com uma população composta em sua maioria por pessoas com baixa renda e escolaridade, que não tiveram a mesma oportunidade dos letrados, o que dificultava o desenvolvimento da população.

O país se encontrava em mãos de andinos³¹. E, após a Revolução Liberal Restauradora em 23 de outubro de 1889, Cipriano Castro assumiu a presidência, resultando na bancarrota “da tradição e o poder político dos caudilhos regionais, vencendo-os com um Estado coordenado e centralizado: é a vitória do centralismo contra o caudilhismo” (MANTOVANI, 2014).³²

Na historiografia venezuelana, a ascensão de Cipriano Castro ao poder ficou conhecida como a *Revolución Liberal Restauradora*, que teve como objetivo principal tirar do governo o então presidente Ignacio Andrade (1898-1899) pelo seu ineficiente desempenho político e pela situação econômica em que havia deixado o país.

A Venezuela se encontrava com sérios problemas, tanto no âmbito financeiro quanto no político, visto que as lutas pelo controle e permanência no poder eram evidentes na maior parte de toda a história política e constitucional venezuelana,

³¹ Relembrando ao leitor, os andinos são aqueles provenientes dos Andes venezuelanos, como a população de Táchira, por exemplo.

³² Do original: “de la tradición y el poder político de los caudillos regionales, vencéndolos con un Estado coordinado y central: es la victoria del centralismo contra el caudillismo”

tanto que, nas palavras de Leonardo Nazao Bolívar era “um país afundado no caos político e na bancarrota (2008, p. 32)³³.

Durante o governo de Ignacio Andrade, que era visto como mais um dos fantoches políticos que servia para consumir os interesses de Joaquín Crespo (1892-1898), o seu antecessor; que o escolheu como candidato e fora vitorioso em meio a críticas de fraudes eleitorais.

Andrade, que fazia parte dos *liberales amarillos*³⁴, estando sob a “tutela” de Crespo, era visto como uma fraude. Como especifica Neves: “Durante seu período no governo, teve que enfrentar uma permanente desordem civil, que culminou com a revolta contra a eleição do candidato de Crespo, Ignacio Andrade, nas eleições presidenciais sob acusação de fraude eleitoral.” (2010, p. 40). Conforme destaca Guillermo Morón:

Essas eleições eram controladas pelo governo de Crespo – e foram naturalmente vencidas pelo candidato oficial, General Ignacio Andrade. Ele ocupou a cadeira presidencial de fevereiro de 1898 a outubro de 1899, quando o revolucionário e ditador, General Cipriano Castro entra vitorioso em Caracas (MORÓN, 1964, p. 182. Tradução nossa).³⁵

Articulando com Bolívar (2008), este nos relata o seguinte:

No dia 19 de outubro, o presidente Andrade faz as suas malas e sai do país, rumo às Antilhas, deixando encarregado da sua presidência o general Vítor Rodríguez. A banana madura já tinha caído. O resto do percorrido por Castro e seu exército de valentes montanheses, de Valência até Caracas, se faz por um caminho de flores, aclamações e arcos triunfais, e, ademais, no conforto da flamejante ferrovia de Venezuela, a “dos alemães”. Enquanto subiam até Caracas pela serpentina ferrovia, o compadre proveniente da *La Mulera* sussurra

³³ Do original: “un país hundido en el caos político y en la bancarrota” (NAZOA BOLÍVAR, 2008, p. 32).

³⁴ Seguidores do gumancismo, que por sua vez eram compostas por caudilhistas, que por durante muitos anos estiveram à frente do Governo Guzmán Blanco e os seus avatares políticos na presidência.

³⁵ Do original: “These elections was controlled by Crespo’s government – and were naturally won by the official candidate, General Ignacio Andrade. He occupied he presidential chair from February 1898 to October 22, 1899, when the revolutionary and dictator, General Cipriano Castro, entered Caracas victorious” (MORÓN, 1964, p.182).

ao ouvido do Grande Restaurador: “Veja, Cipriano, como tudo saiu bem (NAZOA BOLÍVAR, 2008, p. 35. Tradução nossa)³⁶.

A entrada triunfante de Castro em Caracas através do golpe de Estado, veio acompanhada do lema “novos homens, novos ideais, novos procedimentos”. Junto com Gómez, pôs fim ao liberalismo amarelo e trouxe ao poder o político proveniente da região dos Andes venezuelanos. Conforme Neves (NEVES, 2010), Castro inaugura uma nova fase da política venezuelana que viria repercutir na vida política e econômica da Venezuela. Fase que seria caracterizada por um governo nacionalista, de embate com as empresas estrangeiras e com os caudilhos.

A bandeira da revolução liberal restauradora iria trazer a centralização do poder às mãos do governo, através da modernização do Exército e da Marinha e, por sua vez, a extinção do caudilhismo; objetivo que só seria cumprido totalmente durante os 27 anos de governos ditatoriais, porém constitucional, muito embora se beneficiasse, com frequência, de mecanismos legais que proporcionavam as reformas constitucionais. No entanto, a invasão de Caracas e a tomada do poder veio acompanhada de uma série de “Contradições políticas, econômicas e sociais que foram geradas no momento da sua independência³⁷” (HERNÁNDEZ, 2015, p. 476) e, somado a isso, os problemas políticos, econômicos e sociais advindos de governos anteriores, como o de Crespo, que embora possuísse “[...] uma grande desenvoltura política, também teve uma péssima administração fiscal. Seu governo aumentou a dívida pública em noventa e dois milhões de bolívares e o déficit fiscal era crônico (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 247)”³⁸.

³⁶ Do original: “El 19 de octubre, finalmente, el presidente Andrade hace sus maletas y se va del país, rumbo a las Antillas, dejando encargado de la presidencia al general Víctor Rodríguez. El cambur maduro ya estaba caído. El resto del recorrido de Castro y su ejército de valientes montañeses, desde Valencia hasta Caracas, se hace por un camino de flores, aclamaciones y arcos triunfales, y, además, en el confort del flamante Gran Ferrocarril de Venezuela, el “de los alemanes”. Mientras ascendían hacia Caracas por la serpenteante vía férrea, el compadre de La Mulera susurra al oído del Gran Restaurador: “Ya ve, don Cipriano, cómo todo salió ‘con bien” (NAZOA BOLÍVAR, 2008, p. 35).

³⁷ Do original: “contradicciones políticas, económicas y sociales que se habían generado desde el mismo momento de su independencia” (HERNÁNDEZ, 2015, p. 476).

³⁸ Do original: “[...] un gran tacto político, tuvo también una pésima administración fiscal. Su gobierno aumentó la deuda pública en noventa y dos millones de bolívares y el déficit fiscal era crónico.” (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 247).

Como abordado anteriormente, o país se encontrava mergulhado em serias crises econômicas, dívidas internas com credores bancários, dívidas externas e, ainda, enfrentava crises diplomáticas provenientes da dívida que o país possuía com o estrangeiro.

De 1901 a 1903, Cipriano Castro veio a enfrentar uma guerra civil chamada de *Revolución Libertadora*. Esta revolução foi articulada pelo banqueiro Manuel Antonio Matos e os caudilhos da região, com o financiamento de parte de empresas como a *New York & Bermúdez Company*, que se dedicava à exploração do lago de asfalto no Lago de Guanoco, conhecida por ser a maior do mundo, e a empresa francesa de telégrafos *Compagnie Française des Câbles Télégraphiques*.

O financiamento proveniente da *New York & Bermúdez Company* teve um caráter não apenas político, mas também econômico. A empresa, em 1885, havia recebido de Horacio Hamilton a concessão para explorar o Lago Guanoco. Concessão que, originalmente, havia sido dada a Hamilton em 1883 durante o governo de Antonio Guzmán Blanco, no qual, Cipriano Castro, havia anulado a concessão. A empresa que deveria pagar uma multa ao Estado, optou por “apoiar financeiramente o movimento armado que seus opositores forjaram”³⁹ (BETANCOURT, 2007, p. 40).

Após dois anos de guerra civil, o evento da *Revolución Libertadora* marcou o fim das disputas entre os caudilhos (MORÓN, 1964; DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010). Cipriano Castro saiu vitorioso da revolução, porém, as disputas vieram a se desdobrar no bloqueio naval em 1902 por parte da marinha britânica, alemã e italiana, que atacaram Puerto Cabello e La Guaira. O Presidente inutilmente contra-atacou, visto que os armamentos de guerra eram inferiores aos dos países europeus, bem como que acabara de sair de uma guerra civil, o que por si já acarretara um certo desgaste. Castro discursava para a população venezuelana, discursos carregados de teor nacionalista com respaldo no “Libertador” Simón Bolívar, e anti-imperialista⁴⁰.

A imagem abaixo retrata este momento conflituoso na Venezuela. Conforme podemos observar na Figura 1, a Alemanha é representada com as mãos no bolso

³⁹ Do original: “apoyar financieramente el movimiento armado que fraguaban sus opositores” (BETANCOURT, 2007, p. 40).

⁴⁰ Ver ANEXO A.

da Venezuela, fazendo alusão à cobrança da dívida externa venezuelana, enquanto os Estados Unidos da América estão segurando um cachorro que representa a Doutrina Monroe. O motivo do bloqueio em questão era a dívida externa do país, sobre acusações de que a Venezuela punha em risco a vida e propriedades de seus nacionais (NEVES, 2010).

Figura 1 - Charge da Doutrina Monroe durante bloqueio em 1902



Fonte: Revista Memórias de Venezuela Vol.6, 2008.

Na época, a solução diplomática veio através dos EUA, que deram um relativo respaldo e crédito de confiança ao governo de Castro. A ajuda, obviamente, não era despretensiosa. A participação dos EUA não foi em momento algum altruísta (BOLÍVAR, 2008), mas se deu devido a Doutrina Monroe: “A América para os Americanos”, formulada por John Quincy e posta em prática por James Monroe:

Essa Doutrina poderia ser interpretada em termos de definição de uma área de segurança por parte dos Estados Unidos, a qual somente tem sentido se se toma em consideração o papel que cabe ao poder naval inglês, como em termos de política inglesa destinada a afastar das Américas as demais potências europeias, com vistas a formar um espaço econômico sob sua hegemonia (FURTADO, 1968, p. 23-24).

Apesar da intervenção diplomática dos EUA ter auxiliado a Venezuela, anos mais tarde, os dois países se desentenderiam por questões financeiras; e a Venezuela romperia com a França e com a Holanda.

O governo de Castro trouxe mudanças ao país, dentre outras, no campo político e jurídico, promoveu reformas constitucionais no ano de 1901 e em 1904. A constituição de 1901 garantia ao presidente o mandato de seis anos sem reeleição imediata⁴¹, correspondendo de 1902 a 1908. Por sua vez, Cipriano Castro decidiu reformar a constituição em 1904, visando prolongar o seu governo, no que corresponderia o período de 1905 a 1911. Estas reformas visavam a garantia de permanência do presidente, bem como do projeto de centralização do Estado.

Outro feito do seu governo foi a redução do número de estados e unificação das cortes judiciais (NEVES, 2010). O objetivo da redução dos Estados bem como da autonomia municipal consistia em obstaculizar o surgimento de uma força (BREWER-CARÍAS, 2013) que viesse a contrariar o governo.

Entretanto, Cipriano Castro deixou o cenário político venezuelano após sofrer um golpe de Estado em 19 de janeiro de 1908. Por questões de saúde, teve que sair do país rumo a Alemanha para se submeter a uma cirurgia, deixando em seu lugar o vice-presidente Vicente Gómez:

Em dezembro de 1908, com o apoio de uma força de intervenção norte-americana protegendo nossas costas, Gomez, “jacaré aguardando ansioso para o bote”, toma o poder definitivamente, não permitindo o retorno do presidente Castro. “Uns saem e outros entram”, comentou o tirano dos olhos párpados (NAZOA BOLÍVAR, 2008, p. 37. Tradução nossa)⁴².

⁴¹ Art. 73 (CONSTITUCION DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA, 1901, p. 13).

⁴² Do original: “En diciembre de 1908, con el apoyo de una fuerza de intervención norteamericana custodiando nuestras costas, Gómez, “caimán aguardando en el caño”, toma el poder definitivamente, no permitiendo el regreso al país del presidente Castro. “Unos salen y otros adentran”, comentó el ahora tirano de los ojos encapotados” (NAZOA BOLÍVAR, 2008, p. 37).

Após o envio do telegrama⁴³, em pouco tempo se encontravam nas costas de La Guaira os navios “*North Carolina*”, “*Maine*” e “*Dolphin*”, no qual encontrava-se a presença do Secretário de Estado Comissário especial Buchanan. Portanto, Cipriano Castro não voltaria a pisar em solo venezuelano, permanecendo no “exílio” forçado, ressentido com a traição da parte de seu “amigo” Gómez, o Golpe de Estado. Importante ressaltar que após a sua queda, Cipriano Castro foi constantemente menosprezado pelas nações como França, Holanda e até mesmo os Estados Unidos, e acabou falecendo em 1924 em Puerto Rico. Como Rogelio P. Perdomo destaca, o governo de José Cipriano Castro Ruíz ficou caracterizado por disputas entre os caudilhos, além da má administração e de uma política externa belicosa que marcou o período como “conflitivo e instável” (2007, p. 125. Tradução nossa).⁴⁴ Também ficou marcado pela péssima relação diplomática com os países, já que durante sua gestão havia rompido laços diplomáticos com os EUA, França, Holanda e Colômbia.

1.1.2 – Juan Vicente Gómez: o governo da “reabilitação” (1908-1935).

Os tempos do Governo de Juan Vicente Gómez, perdurando de 1908 a 1935, trouxeram impactos na vida política, social e militar venezuelana. Foram 27 anos marcados por avanços e retrocessos; avanços alcançados graças a centralização e maximização do poder do Estado que permitiram o desenvolvimento nacional, e retrocessos no que tange ao cerceamento imposto à liberdade de expressão e participação ampla dos partidos políticos.

Como aponta Luís Salamanca (1997, p. 152-153) “A tarefa da modernização institucional será assumida por Castro e Gómez, impulsionando a criação de um exército nacional e melhorando os métodos das finanças públicas⁴⁵”. Após análise

⁴³ Com as comunicações entre Venezuela e EUA fechadas, coube a Juan Vicente Gómez, por meio do seu Ministro de Relações Internacionais, José de Jesús Paúl, apelar pelo apoio brasileiro do Ministro de Relações Internacionais Luiz de Lorena Ferreira para realizar a ponte de comunicação entre os dois países (BETANCOURT, 2007; POCATERRA, 1990). Para mais detalhes dos telegramas trocados entre os países envolvidos, ver: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1909/d582>.

⁴⁴ Do original: “conflictivo e inestable” (PERDOMO, 2007, p. 125).

⁴⁵ Do original: “La tarea de la modernización institucional la asumirán Castro y Gómez, impulsando la creación de un ejército nacional y mejorando los métodos de la hacienda pública” (SALAMANCA, 1997, p. 152-153).

bibliográfica, constatamos que foi durante o seu governo que o país pôde vivenciar experiências de modernização em suas estruturas bem como entrar em contato com as novas configurações políticas que viriam repercutir nas décadas seguintes em todo o país.

Na época, a Venezuela castrista vivia um cenário rudimentar e pacato. A economia do país estava assentada na produção agrícola e era considerada a segunda maior exportadora de café. Nas cidades, o mando e a autoridade estavam nas mãos de caudilhos, vivia-se sob a égide de uma política centralizadora e autoritária.

O golpe de Estado conduzido por Juan Vicente Gomez, em princípio, não repercutiu muita diferença neste cenário, visto que históricos de golpes de Estado eram comuns na Venezuela. Porém, o governo de Vicente Gómez desempenhou um papel fundamental no país, pois constituiu um Estado nacional centralizando o poder público (PERDOMO, 2007). Em síntese, embora seu antecessor tivesse dado início ao centralismo e aos processos de modernização, foi com o seu “sucessor” que realmente ocorreu o aprofundamento da centralização, bem como a modernização do exército e do Estado.

O caráter autoritário ainda persistia na vida política e social venezuelana, marcada pelas torturas, perseguições e crueldades que o seu governo proporcionava. Entretanto, presenciava-se no governo de Gómez o desenvolvimento econômico e o investimento na infraestrutura, como por exemplo as pavimentações de ruas e estradas. Essas mudanças no cenário político, social e econômico foram abordados por historiadores como Guillermo Morón (1964), Mariano Picon Salas (2017), Ramón José Velásquez (1980) que estudaram este período, e buscar compreendê-las pode nos ajudar a entender as configurações políticas que se estabeleceram no país, além de nos dar entendimento sobre o governo de Gómez. Primeiramente, entender por que ocorreu a centralização do Estado, já comentada acima. Em seguida, compreender por que durante seus 27 anos de gestão, o país se tornou terreno fértil para o surgimento de grupos políticos e sociais. E, por último, perceber quando surgiu a Venezuela como Petro-Estado, que se tornou ora a salvação ora a maldição do país.

Neste contexto, Rómulo Betancourt afirma que o governo de Vicente Gómez ficou marcado não só pelos “exercícios de crueldade contra seus opositores, [...] mas também pela entrega à companhias exploradoras estrangeiras⁴⁶” (1978, p. 11).

Durante todo o seu governo, Gómez, mesmo aqueles indiretos, quando encarregava outros para ocupar seu cargo enquanto comandava as Forças Armadas, implementou inúmeras reformas constitucionais, estratégia que lhe permitiu não só se consolidar no poder, mas também criar mecanismos de defesas que impossibilitassem a descentralização do seu autoritarismo político.

A força do país era, assim como na atualidade, proveniente do poder das Forças Armadas. Ao examinarmos ainda que superficialmente o militarismo em tempos de Vicente Gómez, é possível percebê-la como uma herança do poder advinda dos antigos caudilhos-militares. E, quando Vicente Gómez deixava a presidência a cargo de outro para se tornar comandante chefe do Exército, simplesmente estava demonstrando o seu poder e o total controle da nação sob um regime autoritário. Como questiona Mariano Picón Salas (2009, p. 307):

O que é um caudilho como Juan Vicente Gómez, que se manteve no poder por mais de vinte anos na Venezuela de hoje? Dando a sua objetiva denominação histórica, excluindo toda a paixão, é simplesmente o chefe de horda que governa com homens de seu clã. (Nestes países que ainda não chegaram a uma estratificação nacional segura, o regionalismo pre-nacional, o “nomo” ou o cantão individualizado pela geografia ou a economia natural, são os únicos determinantes históricos, e nestes caudilhos atua uma força regionalista. Assim, Gómez, por exemplo representa em Venezuela certo regionalismo primitivo montanhês, áspero, conservador e reservado, oposto ao espírito comunicativo do litoral.) (Tradução nossa)⁴⁷

⁴⁶ Do original: “ejercicios de crueldad contra sus opositores, [...] sino también por el entreguismo hacia las compañías explotadoras extranjeras” (BETANCOURT, 1978, p. 11).

⁴⁷ Do original: ¿Qué es un caudillo como Juan Vicente Gómez, que se ha mantenido en el poder más de veinte años en la Venezuela de hoy? Dándole su objetiva denominación histórica, excluyendo toda pasión, es sencillamente un jefe de horda que gobierna con los hombres de su clan. (En estos países que aún no llegan a una segura estratificación nacional, el regionalismo pre-nacional, el “nomo” o el cantón individualizado por la geografía o la economía natural, son los únicos determinantes históricos, y en estos caudillos actúa una fuerza regionalista. Así, Gómez, por ejemplo, representa en Venezuela cierto primitivo regionalismo montañés, hosco, conservador y reservado, opuesto al espíritu comunicativo del litoral.) (SALAS, 2009, p. 307).

Ao todo, durante o seu governo, ocorreram 7 reformas constitucionais. A primeira ocorreu em 1909, que o consagrou presidente no período de 1910-1914. Esta constituição estabeleceu os 26 Estados federados que haviam sido reduzidos durante o governo de Cipriano Castro, diminuiu o tempo de presidência de 6 para 4 anos e, conforme o art.57, inciso 18, o Congresso passou a eleger o Presidente da República⁴⁸, característica de uma eleição indireta, Conforme Napoleón Franceschi (2018), isso possibilitaria o controle do processo de eleição sem a participação do cidadão.

A segunda reforma ocorreu em 1914, com o intuito de manter Juan Vicente Gómez no poder e, para isso, se beneficiou de uma suposta invasão de Cipriano Castro ao país, suspendendo as garantias civis bem como as atividades eleitorais. Neste período, José Gil Fortoul, historiador e político venezuelano, ficou encarregado de ser o presidente provisório do país. Promulgada a nova constituição, esta deu o direito de reeleição ao Presidente, excluiu o conselho governamental e criou um comando do Exército Nacional que trabalhava de forma separada da Presidência da República (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010).

Juan Vicente Gómez, reeleito para o período de 1914 a 1921, decidiu deixar Victorino Márquez Bustillos como presidente provisório enquanto comandava o Exército Nacional. Durante esta fase, após a descoberta de poços de petróleo, a Venezuela inseriu-se no mercado petrolífero. Assunto que iremos tratar mais à frente.

A terceira reforma constitucional, realizada em 1922, visava a criação de dois cargos de vice-presidência, quando foram eleitos o irmão do Presidente, Juan Crisóstomo Gómez, conhecido como *Juancho*, para o cargo de primeiro vice-presidente e o seu filho, José Vicente Gómez para o segundo cargo de vice-presidente; além de aumentar o período presidencial para 7 anos, sendo o novo período presidencial de 1922 a 1929. Entretanto, após o assassinato de *Juancho* em 1923, a Constituição passou por mais uma reforma, a quarta, em 1925, que restabeleceu a eleição de apenas um vice-presidente. Já a quinta reforma constitucional realizada em 1928, retirou o cargo de vice-presidência, bem como criou o artigo “anticomunista”, que também será abordado mais adiante.

⁴⁸ Do original: Art. 57, inciso 18. Elegir el presidente de los Estados Unidos de Venezuela, de su seno o fuera de él (CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA, 1909, p. 17).

Em 1929 ocorreu mais uma reforma na constituição venezuelana, que visava a separação do comando do Exército Nacional da Presidência da República. Neste período, Gómez decidiu não aceitar o cargo presidencial, escolhendo Juan Bautista Pérez para presidente no período de 1929 a 1931, optando por estar a cargo do comando do Exército Nacional. Porém, devido à crise econômica mundial proveniente da Grande Depressão, o governo de Juan B. Pérez se viu afetado e, como expresso por Domínguez e Franceschi (2010):

[...] devido à constantes críticas dos adutores de Gómez contra o “Presidente” Juan B. Pérez devido à suposta incapacidade em resolver os problemas da crise e inflação, este se viu na obrigação de renunciar o cargo de Presidente “nominal”. Em seu lugar foi aclamado pelo Congresso quem verdadeiramente detinha o poder, o Gral. Juan Vicente Gómez, que assim assume o cargo no dia 13 de julho de 1931. Para poder concentrar para si todo o mando político-militar, Gomez ordena ao Congresso uma nova reforma Constitucional que devolve ao Presidente o cargo de Comandante chefe do cargo que tinha sido separado da presidência para que fosse exercida por Gómez (p. 291. Tradução nossa)⁴⁹.

Assim, de reforma em reforma da Constituição, Gomez governou em absoluto a Venezuela. Retomando a linha histórica do seu governo, durante 1910 trouxe para o congresso todos os opositores e apoiadores de partidos *amarillos* e nacionalistas. Esta manobra política foi realizada tendo como objetivo demonstrar não apenas para a população e a classe política, mas também às nações estrangeiras que o seu governo se diferenciaria do seu antecessor. Visto que a postura nacionalista e de enfrentamento contra as nações e empresas estrangeiras adotada por Cipriano Castro, havia levado o país a um isolamento e a uma fuga de investimentos por parte das mesmas.

Muito embora a participação destes partidos estivesse plasmada sob uma união governamental, terminou resultando em “uma grande rivalidade no seio

⁴⁹ Do original: “[...] debido a las constantes críticas de los adutores de Gómez contra el “Presidente” Juan B. Pérez debido a la supuesta incapacidad para resolver los problemas de la crisis y la inflación, éste se vio en la obligación de renunciar al cargo de Presidente "nominal". En su lugar fue aclamado por el Congreso quien verdaderamente tenía el poder, el Gral. Juan Vicente Gómez, que asume el cargo el día 13 de julio de 1931. Para poder concentrar en su persona todo el mando político-militar, Gómez ordena al Congreso que nuevamente reforme la Constitución y le devuelva al Presidente el cargo de Comandante en Jefe, cargo que había sido separado de la presidencia para que la ejerciera Gómez” (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 291).

governamental e terminarão execrados quando já não eram mais necessários” (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 270. Tradução nossa)⁵⁰.

Tal movimentação política surtiu um efeito negativo quando Gomez interveio destituindo os políticos de ambas facções que outrora havia levado para dentro do congresso. Todos os que eram contra o governo foram retirados, não tendo mais partidos e nem campanhas.

A princípio o governo de Juan Vicente Gómez foi caracterizado como um governo de conciliação e alianças. Muito embora fosse para ganhar a confiança dos demais caudilhos, se apresentando como um homem de transição, mantendo prudência durante seu governo (PERDOMO, 2007). Porém, este cenário iria mudar pouco tempo após a primeira reforma constitucional, que estabeleceu um governo autoritário, como exposto acima.

Assim como aos governantes anteriores que usavam fantoches ou políticos nomeados para atuarem frente a governança enquanto manipulava pelos bastidores, o governo gomencista também ficou marcado por esta característica, dando maior preferência ao comando do exército venezuelano.

De acordo com Domínguez e Franceschi (2010), o enfraquecimento dos partidos políticos era constante e de forma propositada. Como já colocado anteriormente, embora a Venezuela a princípio não possuísse partidos políticos na sua forma atual como é conhecida, tinha partidos que representavam o povo – ou a oligarquia – os liberais e os conservadores.

No entanto, há que se observar no governo de Gómez o fortalecimento e a modernização do *“Ejército Nacional”*⁵¹ com armamentos, treinos e táticas de combate. Tal desenvolvimento permitiu que o governo pudesse controlar todo o território venezuelano impossibilitando, assim, o desenvolvimento de qualquer tipo de revolução anti-gomescista.

Os avanços estavam sendo observados não só na área militar, mas também na social e econômica. A produção agrícola venezuelana que era baseada na produção de café e cacau, estava deixando de cumprir o seu papel no país, qual seja, a de ser a fonte principal de recursos econômicos para o país, em parte devido

⁵⁰ Do original: “una gran rivalidad en el seno del gobierno y terminarán execrados por Gómez cuando ya no les necesite más”.

⁵¹ Exército Nacional, o que seria equivalente às Forças Armadas no Brasil.

as demandas advindas da Primeira Guerra Mundial; e pela falta de modernização na forma do cultivo. Conforme Domínguez & Franceschi (2010), a economia agrária era atrasada, não possuindo um desenvolvimento tecnológico adequado para a sua produção. Ainda com os mesmos autores, “enquanto o Brasil e outros países ensaiavam novos tipos de cultivo e processamento do café, na Venezuela a produção permanecia a mesma ou retrocedia” (p. 276. Tradução nossa)⁵². Como nos apresenta Humberto T. Valles (2016):

No início do século XX, quando o imperialismo petrolero veio a estas terras, a agricultura se encontrava em estado debilitado, embora ocupasse 80% da população ativa e comportasse 70% da produção de bens materiais, assim como quase totalidade de nossas exportações (VALLES, 2016, p. 74).

A economia agrícola, que desde a época da colônia estava voltada ao plantio e à criação de gado (VALLES, 2016) se encontrava em declínio por dois fatores, a falta de desenvolvimento técnico agrícola, como informado anteriormente, e a descoberta e exploração do petróleo.

É importante ressaltar que a exploração do petróleo sempre exerceu um forte impacto na economia do país. Na época, a abertura de concessões a empresas provenientes da Holanda, Estados Unidos da América e Inglaterra permitiram que o país pudesse se beneficiar de tal relação, tanto que conseguiu quitar toda a dívida externa proveniente das lutas independentistas.

As contribuições positivas do [regime] podem ser vistas no pagamento da dívida externa e na construção de estradas. [...] Como o jornal oficial apontou, foi a primeira vez que o governo do país pagou uma quantia tão grande; e argumentou que o país se encontrava em uma situação financeira estável graças aos modernos métodos científicos aplicados no Tesouro e principalmente ao novo sistema político (MORÓN, 1964, p. 192. Tradução nossa).⁵³

⁵² Do original: “mientras en Brasil y otros países ensayaban nuevos tipos de cultivo y procesamiento del café acá en Venezuela la producción se estancaba o retrocedía relativamente” (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 276).

⁵³ Do original: “The [regime’s] positive contributions can be seen in the paying of the national debt and in the construction of roads. [...] As the official newspaper pointed out, this was the first time that the government of the country had ever paid out such a large sum; and it argued that this proved that the country was in a sound financial situation thanks to the modern scientific methods applied to the Treasury and mainly to the new political system” (MORÓN, 1964, p. 192).

Com o avanço econômico petrolífero as transformações sociais ocorreram de forma mais evidente, assim como o crescimento populacional⁵⁴ e a emigração dos camponeses para as cidades. A vida política, social e econômica da Venezuela, desde então, passou a estar vinculada ao petróleo, tornando-se um Estado plenamente dependente deste, que se tornou uma benção e, ao mesmo tempo, uma maldição que na década de 1980 viria a ser o estopim de uma das maiores revoltas vivenciadas na história recente da Venezuela. Este evento ficou conhecido como *Caracazo*, que será analisado posteriormente.

1.2 - O Movimento Estudantil Venezuelano e a Geração de 1928

O ano de 1928 trouxe mudanças na vida política e social venezuelana. O país que na época possuía em torno de 3 milhões de habitantes segundo o censo⁵⁵, vivenciava mudanças no cenário político, econômico e social, que teriam desdobramentos a partir daquele ano, reverberando no ano de 1936, pouco após a morte de Juan Vicente Gómez e, com mais força, 22 anos depois, especificamente em 1958, ano da criação do *Pacto de Punto Fijo*. Tais mudanças surgiram por conta do movimento estudantil de 1928.

A atuação deste movimento estudantil em 1928, uma força político-social até então nova no país, desempenhou um papel de oposição ao gomencismo, criticando a conjuntura política e democrática em que o país se encontrava, abrindo então, espaço para um debate político e ideológico. Deste movimento estudantil emergiram personalidades políticas⁵⁶ que criaram meios e condições para a luta e defesa dos direitos humanos, democráticos, sociais e políticos na Venezuela pós Gómez. A

⁵⁴ Conforme dados apresentados por Humberto Valles (2016), no período de 1905 a 1920 houve um aumento populacional de 326.805 pessoas, totalizando 2.818.411 habitantes.

⁵⁵ Conforme fontes no site da Universidad de los Andes, este valor pode chegar a 3.220.758. Para mais detalhes ver: http://iies.faces.ula.ve/censo/pobla_vene.htm.

⁵⁶ Rómulo Betancourt, Jóvito Villalba, Raúl Leoni, Juan Bautista Fuenmayor, Miguel Otero Silva, Andrés Eloy Blanco, Rodolfo Quintero, entre otros.

atuação destes jovens na vida política venezuelana contribuiu e culminou na elaboração do *Pacto de Punto Fijo* 30 anos após o evento da chamada Geração de 1928. Este pacto, que será discutido mais a frente neste estudo, teve como principal objetivo a criação de um mecanismo de controle e equilíbrio, seja no âmbito político e no democrático, buscando promover a estabilidade de um Estado de Direito⁵⁷.

Participaram do *Pacto de Punto Fijo* partidos políticos que tiveram a sua gênese ainda durante a manifestação estudantil de 1928, como reação ao governo fortemente repressivo e ditatorial de Juan Vicente Gómez, que usava de respaldos políticos e constitucionais para se manter no poder; além de contar com o forte apoio das empresas petrolíferas que apoiavam o governo em troca de facilidades para a exploração petrolífera no território venezuelano.

A vida do cidadão venezuelano continuava não apenas dependente do mando gomencista, mas também do petróleo, que durante 1928 exportava 275.000 b/d⁵⁸, alcançando assim o posto de primeiro exportador de petróleo (PDVSA, 2020)⁵⁹. Essa crescente economia levou ao país a realizar a primeira *Ley de Hidrocarburos* em 1920.

O gomencismo comandava em absoluto, porém, mudanças estavam por vir, e com elas transformações que trariam para o meio social uma discussão política mais acentuada a respeito da democracia.

Em um breve retrocesso temporal na vida política do país se faz necessário. No ano de 1922, como apresentado anteriormente, a constituição passou por mais uma reforma com vista a perpetuar o poder da família Gomez, de forma que o governo passou a ter duas vice-presidências, ocupadas pelo filho e pelo irmão de Vicente Gomez. O autoritarismo, conforme afirma Domínguez e Franceschi (2010), migrava de uma ditadura personalista para uma ditadura totalmente hereditária.

Ao observarmos o artigo 74 da Constituição de 1922 fica evidente tal movimentação política, como destacado abaixo:

⁵⁷ O Estado de Direito é definido como uma ordem em que todos os indivíduos estão sujeitos às leis que o regem independente do caráter social, nível hierárquico ou autoritário em que o cidadão se encontra.

⁵⁸ b/d: barris por dia.

⁵⁹ Ainda conforme os dados obtidos pelo site da Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), no ano de 1928 o país chegou a produzir 290.000 b/d. Para mais detalhes ver: http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8917&Itemid=569&lang=es.

Artigo 74- Quinze dias após a posse, se reunirão as Câmaras do Senado e dos Deputados no Congresso, para realizar a eleição do Presidente dos Estados Unidos da Venezuela. Nesta mesma sessão serão eleitos um primeiro e segundo vice-presidentes para que possam suprir as faltas do Presidente, por ordem de eleição, de acordo com o Artigo 7 desta Constituição (CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA, 1922, p. online)⁶⁰

No entanto, devido a problemas familiares que culminaram na morte do irmão de Gomez, Juan Crisóstomo Gómez, também conhecido como *Juancho*, em 30 de julho de 1923, por disputas de poder, a hereditariedade política, como podemos chamar, teve que ser tirada da constituição venezuelana. Terminada esta fase do governo gomencista, o país passaria a sofrer com uma força que já vinha crescendo às sombras do governo ditatorial formada por jovens estudantes letrados e intelectuais. Essa nova força alimentava-se de obras marxistas e comunistas, além de se reunirem para defender e trocar ideias contra o modelo político adotado no governo venezuelano.

Durante o ano de 1928, a cidade de Caracas se tornou palco de um movimento estudantil que, a *priori*, tinha como objetivo celebrar a abertura da Federação de Estudantes, votar na rainha do baile, dentre as demais atividades comemorativas.

Vale lembrar que a *Universidad Central de Venezuela* havia sido reaberta durante o ano de 1925, trazendo junto consigo a *Federación de Estudiantes de Venezuela* (FEV) e a eleição de membros estudantis. Em janeiro de 1928 Raul Leoni se tornou presidente da FEV, anunciando a semana de celebração do estudante, bem como a celebração do festival da coleta de fundos festiva (CAVET e BASTOS, 2008), que ganharam outras proporções inusitadas.

Entretanto, na ocasião, um grupo de jovens saíram da universidade decididos a protestar contra o modelo político ditatorial que o país vivia. No Teatro Municipal, durante as festividades de coroação da rainha estudantil, José Pio Tamayo decidiu

⁶⁰ Do original: “Artículo 74.- Dentro de los primeros quince días después de su instalación, se reunirán las Cámaras del Senado y de Diputados en Congreso, para hacer la elección del Presidente de los Estados Unidos de Venezuela. En esta misma sesión se elegirán un primero y un segundo Vicepresidentes para que suplan las faltas absolutas de aquél, por orden de su elección, de acuerdo con el Artículo 7 de esta Constitución” (VENEZUELA, 1922, p. online).

fazer uma proclamação que chamou a atenção do governo. Conforme as palavras de Manuel Caballero (1998), Pio Tamayo decidiu fazer uma proclamação, não para a rainha Beatriz, mas sim, para a Liberdade:

[...] Mas não, Majestade que tenho vindo até hoje,
 E o nome dessa noiva se parece com vós!
 Se chama LIBERDADE!
 Diga-lhe a vossos súditos
 -Tão jovens que ainda não podem conhece-la-
 Que saiam a busca-la, que a vejam em vós,
 Vós, sorridente promessa de secretos anseios!
 Vossa justiça ordene,
 E eu erguido outra vez,
 - alegre o junco⁶¹ ao assobio do indígena Romero-
 Armado de esperanças como a Antígua raça,
 Prosseguirei em marcha,
 Pois com vós, Rainha nossa,
 Jovem, em seu trono, se instala o porvir! (TAMAYO, 1928, p. online.
 Tradução nossa).⁶²

Houve a presença de outros jovens durante o evento além de Pio Tamayo, a saber, Rómulo Betancourt que era estudante de direito; Antonio Arráiz, Raul Leoni, Guillermo Prince de Lara, que vandalizou a lápide em honra a Juan Vicente Gómez, e Jóvito Villalba. O evento terminou com a prisão dos jovens no dia 12 de fevereiro e, logo depois, como forma de protesto ao governo e de apoio aos estudantes oposicionistas, um total de 214 jovens se dispuseram a serem presos. Pedido que foi rapidamente atendido por Juan Vicente Gomez.

Figura 2- Geração de 1928

⁶¹ O Junco é uma espécie de pássaro.

⁶² Do original: “Pero no, Majestad que he llegado hasta hoy,/y el nombre de esa novia se me parece a vos!/¡Se llama LIBERTAD!/Decidle a vuestros súbditos/-tan jóvenes que aún no pueden conocerla-/que salgan a buscarla, que la miren en vos,/¡Vos, sonriente promesa de escondidos anhelos!/Vuestra justicia ordene,/Y yo enhiesto otra vez,/alegre el junco en silbo de indígena romero-/armado de esperanzas como la antigua raza,/proseguiré en marcha,/pues con vos, Reina nuestra,/ juvenil, en su trono, ¡se instala el porvenir” (TAMAYO, 1928, p. on line). Para ler o poema completo ver < <https://www.aporrea.org/actualidad/a50760.html>> Acesso em 19 de abr. 2019.



Fonte: Molina (2017)⁶³

Como destacam Arenas e Calcaño (2001)

[a] Geração de 28' [...] será o canteiro da elite política dominante por quase todo o século; no entanto, estes novos atores passarão por um longo processo de constituição, passando pelo exílio, a prisão, os debates de tendências, a construção de organizações, até culminar no golpe de Estado do 18 de outubro de 1945 que levará ao poder uma aliança cívico-militar dirigida por integrantes da geração de 28 (p. 88. Tradução nossa)⁶⁴.

Quase duas semanas após o ocorrido o governo de Juan Vicente Gomez decidiu libertar os jovens que se encontravam nas temíveis prisões de *Puerto Cabello* e *La Rotunda*. No entanto, essa “revolução democrática” não teve seu fim. Apenas serviu de estopim para tempos futuros de luta pela democracia, que viriam causar impactos na vida política, econômica e social da Venezuela.

⁶³ Disponível em < <http://www.ideasdebabel.com/bitacora-internacional-la-valiente-generacion-del-milenio-por-alfredo-michelena/>> Acesso em 19 de abr. 2019.

⁶⁴ Do original: “[la] Generación del 28” [...] será el semillero de la elite política dominante por casi todo el resto del siglo; pero estos nuevos actores pasarán por un largo proceso de constitución, signado por el exilio, la prisión, los debates de tendencias, la construcción de organizaciones, hasta culminar con el golpe de Estado del 18 de octubre de 1945 que lleva al poder a una alianza civico-militar dirigida por integrantes de la generación del 28” (CALCAÑO e ARENAS, 2001, p. 88).

Ao serem soltos, esses jovens ganharam um relativo destaque perante a sociedade. Eram vistos por alguns como heróis de um tempo em que reinava o medo e o temor no país.

Os estudantes pretendiam uma insurreição em abril do mesmo ano com o apoio de militares de baixas patentes, porém foram descobertos por Eleazar López Contreras e o grupo desmantelado, voltando às prisões de *Puerto Cabello* e *La Rotunda*, aonde foram submetidos a torturas.

A insurreição de 7 de abril de 1928 contou com apoio de Raúl Leoni, Jovito Villalba, Rómulo Betancourt, Juan José Palacios, Isaac José Pardo y otros. A mesma fracassou e a maioria destes estudantes foram detidos ou enviados ao Castillo de Puerto Cabello e à prisão de La Rotunda, e logo depois aos campos de trabalho de Palenque e El Sombrero. Alguns foram exilados, outros pagaram com torturas e até com a vida. (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 286. Tradução nossa)⁶⁵.

Muitos destes rebeldes já tinham contato com pensamento marxista, formulavam e discutiam a política do país, naquele momento, dentro de suas celas. De forma que a articulação e a formação de grupos políticos se davam dentro e fora da prisão. Já não havia nada que pudesse deter o novo rumo político que o país tomaria. A não ser o inciso 6º do artigo 32 da constituição de 1929 – fruto de modificação feita pelo congresso (leia-se: Gomez), que ficou conhecida como “artigo anticomunista”.

Estes acontecimentos fizeram com que Juan Vicente Gómez tivesse que lidar com o surgimento do Partido Revolucionário (PRV) em 1927, que “em 1931 se transformaria no histórico Partido Comunista de Venezuela (PCV) (RIVAS TORRES e ROJAS G., 2008, p. 133. Tradução nossa)⁶⁶”.

Pode-se inferir que foi durante os anos de 1928 que a Venezuela teve partidos políticos ou agremiações aos moldes que conhecemos na

⁶⁵ Do original: “La insurrección del 7 de abril de 1928 contó con el apoyo de Raúl Leoni, Jovito Villalba, Rómulo Betancourt, Juan José Palacios, Isaac José Pardo y otros. La misma fracasó y la mayoría de estos estudiantes fueron detenidos y enviados al Castillo de Puerto Cabello y a la cárcel de La Rotunda, y después a campos de trabajo como Palenque y El Sombrero. Algunos pudieron salir hacia el exilio, otros pagaron con duras torturas y hasta con la vida” DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 286.

⁶⁶ Do original: “luego en 1931 se transformaría en el Partido Comunista de Venezuela (PCV)” (RIVAS TORRES e ROJAS G., 2008, p. 133).

contemporaneidade. Isto porque, como apresentado anteriormente, o país nunca teve partidos políticos que buscassem realmente defender os interesses da sociedade que, em sua maioria, ao longo da sua história republicana, se manteve apartada dos assuntos e do exercício da política.

Apenas havia o Partido Liberal, que congregava aqueles representantes da população menos privilegiada, e os Conservadores, que defendiam os interesses dos grupos oligárquicos.

Com a crescente onda comunista que invadia os países latino-americanos, Juan Vicente Gómez encontrou condições para criar meios que pudessem impedir o avanço dessa nova onda que inspiraram jovens a se manifestarem contra o seu governo ditatorial e autocrático.

Importante ressaltar que em 1928 havia passado vinte anos após o golpe que Juan Vicente Gomez tinha dado a Cipriano Castro. Durante esse período o país presenciou a centralização dos poderes executivo, legislativo e o exército nas mãos de Gomez, como também a eliminação dos *caudillos*, a criação de um exército venezuelano, abertura econômica para a facilitar a entrada do capital estrangeiro e a criação da integração e unidade nacional.

As manifestações estudantis de 1928 surgiram como reação a esse governo fortemente repressivo e ditatorial de Juan Vicente Gómez que, como vimos, usava de respaldos políticos e constitucionais para se manter no poder; além de contar com o forte apoio das empresas petrolíferas que apoiavam o governo em troca de facilidades para a exploração petrolífera no território venezuelano.

Tais manifestações provocaram impactos na vida política da Venezuela. De um lado, a acusação por parte do presidente de que estes eram comunistas. Muito provavelmente, naquele momento, a maior parte da população venezuelana não estavam a par da filosofia marxistas ou comunistas, principalmente as classes menos favorecidas, cujo objetivo era a luta pela sobrevivência e o respeito a Gomez. Conforme Ramón Velásquez aponta, “O imenso atraso ideológico e político da Venezuela ao começar a década dos anos trinta se pode medir pelo total desconhecimento das teses socialistas e das teorias marxistas-leninistas⁶⁷”

⁶⁷ Do original: “El inmenso atraso ideológico y político de Venezuela al comenzar la década de los años treinta se puede medir por el total desconocimiento de las tesis socialistas y de las teorías marxista-leninistas” (VELASQUEZ, 1980, p. 17).

(VELASQUEZ, 1980, p. 17). Por outro lado, mais uma vez, o que já não era novidade vinda daquele governo ditatorial, o Congresso Nacional decidiu alterar a constituição visando resguardar o governo de qualquer manifestação contrária a ele.

Esta “nova” Constituição dos Estados Unidos da Venezuela de 1929, no inciso 6º do artigo 32, garantia aos venezuelanos:

A liberdade de pensamento manifestado em palavras, por escrito ou por imprensa, no entanto ficam sujeitas a pena, conforme determinado por lei, as expressões que configurem injúria, calúnia, difamação, ultrajes ou instigação à ofensa. Fica também proibido a propaganda do comunismo (VENEZUELA, 1928, p. 10. Tradução nossa).⁶⁸

Entretanto, com o amadurecimento de alguns extratos da sociedade venezuelana, a formação de outros partidos políticos tornou-se inevitável. Embora a constituição proibisse, às sombras eram formados blocos políticos informais que pretendiam derrubar o governo e instalar a democracia. A partir deste momento a Venezuela não seria mais a mesma, pois os partidos tradicionais estavam ficando para trás (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010). E, também, rumo ao fim, ia o governo de Juan Vicente Gómez.

Quanto ao movimento estudantil de 1928, dele emergiram personalidades políticas que criaram meios e condições para a luta e defesa dos direitos humanos, democráticos, sociais e políticos na Venezuela pós Gómez. A atuação destes jovens na vida política venezuelana culminou na elaboração do *Pacto de Punto Fijo* em 1958, 30 anos após o evento da Geração de 1928.

1.3 A Esperança Democrática – Entre a Ditadura e a Democracia

Com a morte de Juan Vicente Gomez no dia 17 de dezembro de 1935 a Venezuela tomou um novo rumo e ganhou fôlego. Gomes, apegado ao poder,

⁶⁸ Do original: “La libertad del pensamiento manifestado de palabra, por escrito o por medio de la imprenta, pero quedan sujetas a pena, conforme lo determine la ley, las expresiones que constituyan injuria, calumnia, difamación, ultrajes o instigación a delinquir. Queda también prohibida la propaganda del comunismo” (VENEZUELA, 1928, p. 10).

mesmo com os seus fantoches, governou até a morte com uma política severa. Destacamos que durante seu governo houve avanços no país no que diz respeito à inserção da Venezuela no mercado petrolífero, a melhorias na estrutura das cidades como pavimentação de ruas e estradas e, ainda, conseguiu efetuar o pagamento da dívida externa em 1931. “Tal decisão de considerável importância econômica e política foi acolhida com um grande consentimento em uma nação que [...] tinha sido humilhada, bloqueada e de certa forma extorquida pelos prestamistas estrangeiros” (CARILLO BATALLA e CRAZUT, p. 21. Tradução nossa).⁶⁹

Entretanto, embora seu governo fosse marcado por avanços, também ficou marcado, em sua maior parte, por retrocessos democráticos caracterizados pela perseguição política, visto seu governo ter sido ditatorial e autoritário.

Com Gómez, o país tomou um outro rumo, encampou a ideia de modernização e foi contemplado com um cenário externo e interno favorável, quando o “Óleo, ferro e a educação darão à Venezuela a chance de se tornar uma verdadeira nação” (MORÓN, 1964, p. 204. Tradução nossa)⁷⁰, diferentemente das décadas anteriores, nas quais predominavam a disputa política e o caudilhismo.

Foi então que, após os 27 anos de ditadura regulamentada pela Constituição, que ocorreu a posse do General Eleazar López Contreras, que de Ministro de Guerra e Marinha tornou-se Presidente efetivo, sinalizando à população venezuelana uma esperança de experimentar de fato a democracia. De acordo com Morón (1964), era a primeira vez que a Venezuela era governada conforme a Constituição.

1.3.1- O Governo de Eleazar López Contreras (1936-1941)

Já em 1936, sem o espectro do falecido Vicente Gómez, a população venezuelana voltou às ruas no dia 14 de fevereiro reunidos na *Plaza Bolívar*, em um movimento similar ao ocorrido em 1928. Neste, o movimento não contava apenas

⁶⁹ “Tal decisión de apreciable importancia económica y política fue acogida con gran beneplacito en una nación que [...] había sido humillada, bloqueada y en cierta forma extorsionada por los prestamistas foráneos” (CARILLO BATALLA e CRAZUT, p. 21).

⁷⁰ Do original: “Oil, iron and education will give Venezuela the chance to become a true nation” (MORÓN, 1964, p. 204)”.

com a participação de estudantes, mas, também, com a adesão da FEV, da classe trabalhadora e demais civis.

Como todo movimento social, este buscava defender os direitos da população, em especial, os direitos a protestos no âmbito político-social, a liberdade de expressão e de imprensa, que se encontravam sufocados a 27 anos devido ao governo ditatorial de Vicente Gómez.

De acordo com o historiador Manuel Caballero, “ali morreu a Venezuela Gomencista⁷¹” (2003, p.93. Tradução nossa) e ainda, com o mesmo autor, foi neste dia que a democracia nasceu no país:

Ela nasceu com os dois significados que se pode dar a essa palavra. Nasceu com a vontade popular expressa nas ruas, e com as características atuais, propostas desde o princípio: uma democracia que signifique jornais livres, eleições, liberdade de associação e manifestação, partidos políticos, respeito aos direitos humanos (CABALLERO, 2003, p. 99. Tradução nossa)⁷².

Primeiro, ainda como Presidente Provisório, quando Juan Vicente Gómez vem a falecer, López Contreras tratou de exilar os defensores gomencistas, além de confiscar por meio do Estado seus bens. Esta foi a estratégia usada por Contreras para manter protegida a ala político militar defensora do regime gomencista, como também de demonstrar um viés político que se diferenciava do seu antecessor. Em segundo lugar, no dia 21 de fevereiro de 1936 lançou seu Programa de Governo intitulado de Programa de Fevereiro⁷³. Tal programa tinha como princípio a promulgação de uma nova Constituição, além de versar a respeito de problemas sociais em que o país se encontrava, relacionados a área da saúde, educação, agricultura, higiene, política de fiscalização, dentre outros.

⁷¹ Do original: “allí murió la venezuela gomenzista” (CABALLERO, 2003, p. 93).

⁷² Do original: “Ella nació con los dos significados que se le puede dar a esa p abra. Nació como una voluntad popular expresada en la calle, y con las características actuales, propuestas desde entonces: una democracia que signifique prensa libre, elecciones, libertad de asociación y manifestación, partidos políticos, respeto a los derechos humanos (CABALLERO, 2003, p. 99).

⁷³ Programa de Febrero.

Eleazar López Contreras, na presidência da Venezuela no período entre 1936 a 1941⁷⁴, implementou primeiramente mudanças que eram, *a priori*, necessárias, como redução do período presidencial, a permissão da volta dos exilados políticos, sendo a maioria integrada por comunistas que haviam sido expulsos do país durante o governo anterior. Entretanto, como articula Neves, Contreras possibilitou “liberdades tuteladas, com recurso à repressão em alguns momentos” (2010, p. 44).

Podemos analisar e compreender que o termo “liberdades tuteladas” na nova Constituição venezuelana (1936), apesar de democrática, ainda preservava resquícios da Era Gómez, a exemplo, a permanência do artigo anticomunista na Constituição. Conforme exposto no Inciso sexto do Art.32:

A liberdade de pensamento, expressa verbalmente, por escrito ou por meio da imprensa ou outros meios de publicidade, porém ficam sujeitas a pena, conforme determinado na lei, as expressões que constituam injúria, calúnia, difamação, ultraje ou instigação a delinquir. Não é permitido o anonimato, nem se permite nenhuma propaganda de guerra que vá subverter a ordem política e social.

Se consideram contrárias à independência, a forma política e à paz social da Nação, as doutrinas comunistas e anarquistas, e os que proclamem, propaguem ou pratiquem serão considerados traidores da Pátria e serão castigados conforme as leis.

Poderá o Executivo a qualquer momento, encontrando-se suspendidas ou não as garantias constitucionais, impedir a entrada ao território da República ou expulsá-los dele, pelo prazo de seis meses a um ano se se trata de nacionais ou por tempo indefinido se se trata de estrangeiros, a os indivíduos afiliados a quaisquer doutrinas acima expostas, quando considerada que a sua entrada ao território da República ou sua permanência nele possa ser perigosa ou prejudicial para a ordem pública ou tranquilidade social (CONSTITUCION DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA, 1936, p. 13-14. Tradução nossa)⁷⁵

⁷⁴ Originalmente, o período presidencial de López Contreras era de 1936 a 1943, reduzindo o período para 5 anos após reforma constitucional realizada no ano de 1936.

⁷⁵ Do original: “La libertad del pensamiento, manifestado de palabra, por escrito o por medio de la imprenta, u otros medios de publicidad, pero quedan sujetas a pena, conforme lo determine la ley, las expresiones que constituyan injuria, calumnia, difamación, ultraje o instigación a delinquir. No es permitido el anonimato, ni se permite ninguna propaganda de guerra ni encaminada a subvertir el orden político o social. Se consideran contrarias a la independencia, a la forma política y a la paz social de la Nación, las doctrinas comunista y anarquista, y los que las proclamen, propaguen o practiquen serán considerados como traidores a la Patria y castigados conforme a las leyes.

Podrá en todo tiempo el Ejecutivo Federal, hállese o no suspendidas las garantías constitucionales, impedir la entrada al territorio de la República o expulsarlos de él, por el plazo de seis meses a un año si se tratare de nacionales o por tiempo indefinido si se tratare de

De forma que, como podemos notar, a liberdade de pensamento era permitida, no limite, pela constituição, porém, estava proibido qualquer tipo de pensamento ou conteúdo que expressasse as doutrinas ou filosofias de esquerda, sendo estas o anarquismo e o comunismo.

Diante deste novo cenário político e social, o governo de López Contreras teve que lidar com o surgimento de fatores como a manifestação do dia 14 de fevereiro de 1936, que visava as liberdades civis, de imprensa, “a prisão dos funcionários gomencistas [...] a reforma da Constituição⁷⁶” (VELASQUEZ, 1980, p. 27. Tradução nossa); o surgimento de organizações políticas de oposição ao governo, a saber, a Organização Venezuelana (ORVE)⁷⁷, a FEV, o Partido Republicano Progressista (PRP) e o Bloco Nacional Democrático (BND). Tais partidos ou grupo de movimentos políticos, tiveram sua idealização durante a manifestação de 1928; greve da classe trabalhadora petroleira com duração de 37 dias, reivindicando aumentos salariais, além de melhores condições de vida e a saída de López Contreras da presidência.

O retorno do exílio de personalidades políticas como Rómulo Betancourt, Raúl Lóni, Jóvito Villalba, dentre outros, trazia novos ares e possibilidades de lutas e organizações políticas no país. Iniciava-se o processo de formação ou organização políticas que viria contrapor o governo de López Contreras. A ORVE, que a princípio fora formada por Mariano Picón Salas e que logo depois teve a participação Rómulo Betancourt, o PRP que tinha como um dos integrantes Miguel Otero Silva, a FEV, o BND e todos os demais dirigentes foram caçados e dissolvidos pelo atual governo. Buscou-se articular, entre estes partidos, a formação conjunta do *Partido Democrático Nacional* (PDN), que tinha como líderes e fundadores Rómulo

extranjeros, a los individuos afiliados a cualquiera de las doctrinas antedichas, cuando considerare que su entrada al territorio de la República o su permanencia en él pueda ser peligrosa o perjudicial para el orden público o la tranquilidad social” (CONSTITUCION DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA, 1936, p. 13-14).

⁷⁶ Do original: “el enjuiciamiento de los funcionarios gomencistas [...] a reforma constitucional” (VELASQUEZ, 1980, p. 27).

⁷⁷ *Organización Venezolana*, que depois se divide no *Partido Democrático Nacional* (PDN), liderado por Rómulo Betancourt, opositor que surgiu durante o movimento estudantil de 1928, e o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), liderado por Gustavo Machado.

Betancourt, Raúl Leoni, Rómulo Gallegos e Jóvito Vilalba. Porém, teve destino igual as anteriores. Conforme articula Picón Salas sobre este aspecto da história, os líderes foram exilados e os partidos entraram na clandestinidade (VELASQUEZ, 1980).

A greve de junho de 1936 também teve o seu significado na história política venezuelana, visto que nela se concentrou os grupos políticos e sindicatos no país por meio de um “Comitê Democrático” formado pela ORVE, BND, FEV, PRP, a *Asociación Nacional de Empleados* (ANDE) que buscavam, conforme Hemmy Croes aponta “pressionar o Executivo Nacional para que retirasse o projeto de Ley [de Lara] ainda em discussão⁷⁸” (CROES, 1973, p. 88).

Esta *Ley de Lara* que foi promulgada em 1936, teve como objetivo buscar cumprir o estipulado na Constituição venezuelana do mesmo ano: o artigo 32, que visava proibir qualquer tipo de manifestação ou propagação dos pensamentos filosóficos, ideológicos de esquerda.

Esta situação conflituosa durante o governo de López Contreras contribuiu para que o seu governo ficasse caracterizado como um governo de transição do autoritarismo para a democracia, no qual também significou o tempo dos caudilhos no poder. Há de se ressaltar que seu governo também ficou marcado pela promulgação da Lei do Trabalho e pelas conquistas obtidas conforme o Plano de Fevereiro. De acordo com o historiador e jornalista Gilberto Maringoni, durante o governo de Contreras, no que tange à área trabalhista, foram conquistados o “[...] direito de greve, jornada de 8 horas, férias remuneradas, descanso semanal e direito de organização sindical [...]” (MARINGONI, 2008, p. 49).

Por outro lado, seu governo ficou caracterizado por expulsar do país, apoiado no Artigo 32º, muitos dos políticos de esquerda. Essa atitude, em contrapartida, levou à clandestinidade os partidos políticos que possuíam ideologias comunistas e socialistas.

Outra etapa na vida política venezuelana estava prestes a surgir. Em 1941 o país se encontrava a caminho de mais uma eleição indireta a ser realizada pelo Congresso, na qual foram apresentados dois candidatos e partidos que disputariam a corrida presidencial: Isaías Medina Angarita, militar Tachirense pelo Partido Democrático Venezuelano (PDV), e o aclamado e ilustre romancista venezuelano

⁷⁸ Do original: “presionar al Ejecutivo Nacional para que retirara el proyecto de Ley “Larra aún en discusión”

Rómulo Gallegos. Angarita ganhou o pleito com um total de 120 votos, enquanto Gallegos conseguiu 13 votos (MORÓN, 1964; PARRA, 2000).

1.3.2- O Governo de Isaías Medina Angarita (1941-1945)

O cenário internacional a década de 1940 ficou marcado pelo conflito entre as potências europeias e americana contra a Alemanha nazista. No âmbito interno venezuelano, é uma década que transita entre surpresas. Em 5 de maio de 1941 o Congresso elegeu como chefe de Estado Isaías Medina Angarita, que foi Ministro de Guerra do governo antecessor. O seu governo não se limitou a ser a continuação do anterior, mas resultou em uma ruptura com a forma de governar de seu antecessor, haja vista pelas conquistas que conseguiu alcançar durante o seu governo. A mais notória foi a abertura democrática que, ao contrário do governo antecessor, buscou legalizar os partidos políticos que se encontravam na ilegalidade, independente do viés político-ideológico que pertenciam.

Um dos primeiros partidos a serem legalizados foi a *Acción Democrática* (AD), que vinha reformulada do PDN. Se formos traçar um histórico dos partidos político sob o comando de Rómulo Betancourt, poderemos destacar os seguintes movimentos ou partidos: a *Agrupación Revolucionária de Izquierda* (ARDI), a ORVE, PDN e, por fim, a AD que surgiu o PDN. Muitos destes partidos que, embora não compartilhassem da mesma linha ideológica esquerdista, buscaram unir forças durante todo o transcurso ditatorial vivenciado no país para implantar um governo democrático.

Por exemplo, a ORVE que, segundo as palavras de Ramón Velásquez, durante seu início, era “um acordo entre socialistas e liberais, aliança impossível dentro dos formulários da doutrina ortodoxa⁷⁹” (VELASQUEZ, 1980, p. 29. Tradução nossa).

O PCV foi outro partido legalizado sob o nome de *Unión Popular Venezolana* em 1944, apoiava o governo de Medina; o *Acción Nacional* (NA) em 1940, cujo líder partidário era Rafael Caldera, recebia o apoio político da Igreja Católica; e o *Partido*

⁷⁹ “un acuerdo de socialistas y liberales, alianza imposible dentro de los formularios de la doctrina ortodoxa⁷⁹” (VELASQUEZ, 1980, p. 29).

Democrático Venezolano (PDV) que “foi criado a pedido do próprio Presidente Angarita em 1943, para proporcionar uma base política ao seu governo⁸⁰” (GARCÍA, 2002, p. 156. Tradução nossa)

De acordo com a mesma autora, tanto a AD, quanto a AN, tiveram que cumprir exigências conforme a *Ley de Lara*, o que não foi aplicado ao PCV (GARCÍA, 2002). Portanto, Betancourt discorre que, durante a legalização da AD enfrentou entraves e acusou o governo de ganhar as eleições através de fraudes (BETANCOURT, 2007).

Angarita conseguiu manter no esquecimento o gomezismo que governou o país com mão de ferro. No entanto, como destacado no início deste tópico, o contexto histórico da época era a Segunda Guerra Mundial. Venezuela, ainda durante o governo de Gómez, buscou ter uma posição de neutralidade, assim como na Primeira Guerra Mundial.

Muito embora houvesse uma aproximação estratégica político-comercial com os EUA, Angarita pretendia manter a neutralidade. Entretanto, conforme Luis Luongo aponta, ainda que simbolicamente, a “Venezuela estava na guerra sem tê-la declarado” (LUONGO, 2000, p. 79. Tradução nossa)⁸¹, já que o país abastecia com petróleo a Grã-Bretanha e, principalmente os EUA, que havia entrado em combate após o ataque do Japão ao Pearl Harbor em dezembro de 1941 (MORÓN, 1964).

Por sua vez, esta relação de proximidade com os EUA colocaram o país na mira dos nazistas. A Venezuela que em 1941 havia cortado relações diplomáticas com as Potências do eixo (Alemanha, Japão e Itália), presenciou o ataque de submarinos alemães⁸² no dia 16 de fevereiro às costas caribenhas, cuja missão era destruir os navios carregados de petróleo que eram destinados ao EUA e Canada. Ao todo, durante os ataques nazistas, foram afundados sete navios venezuelanos.

Diante deste cenário o governo de Medina passou a sofrer pressões por parte dos EUA para oficializarem a sua entrada à Guerra e, também, no âmbito doméstico, através de Romulo Betancourt (AD), que exigia uma posição mais firme frente à política petrolífera do país, afirmando que enquanto os países petroleiros se

⁸⁰ Do original: “fue creado a instancias del propio Presidente Angarita en 1943, para proporcionarle una base política a su gobierno” (GARCÍA, 2002, p. 156).

⁸¹ “Venezuela estaba em la guerra sin haberla declarado” (LUONGO, 2000, p. 79).

⁸² Tal investida militar alemã é denominada de “Operação Neuland”.

beneficiavam da guerra para obter mais recursos, a Venezuela produzia o petróleo com valores abaixo do mercado (BETANCOURT, 2007).

Internamente, na Venezuela, a vida política e democrática transcorria voltada para si mesma. O governo de Angarita tratou de resolver os problemas internos do país em matéria de saúde, legalização de partidos políticos, reforma agrária, além de adotar uma política mais centrada na “cooperação e solidariedade” (MORÓN, 1964), dentre outros.

Claro está a busca de Angarita pela manutenção da democracia quando procurou legalizar os partidos que, além de ser uma jogada estratégica para buscar manter o partido do governo no poder, buscou também fortalecer a própria bancada governamental criando o Partido Democrático Venezuelano (PDV) que, por sua vez, sequer havia apresentado toda a documentação exigida (GARCÍA, 2002). Embora o Partido Comunista tenha sido um defensor deste governo não ocorreu o mesmo com o partido populista de Rómulo Betancourt, a *Acción Democrática*, que era uma opositora do governo Medina.

Outro avanço durante o governo de Angarita, em 1941, foi a promulgação da *Ley de Censo Electoral y de Elecciones*⁸³ que dava ampla liberdade de eleição aos partidos políticos. Além disso, o seu governo regularizou o mercado petrolífero com a *Ley de Hidrocarburos*⁸⁴ em 1943, “A nova legislação sobre a matéria proibiu a outorga de outras concessões e aumentou de maneira considerável a participação do governo nos lucros da indústria do petróleo (ALEXANDER, 1965, p. 27-28).

Outro ponto de destaque foi a reforma da Constituição de 5 de maio de 1945 que extinguiu o artigo “anticomunista”, e deu direito de votos às mulheres⁸⁵. A respeito da extinção do artigo 32, se deve ao fato de que os comunistas já vinham apoiando o governo de Medina, a exclusão do dito artigo daria liberdades para este partido poder atuar no cenário político, vindo então a se legalizar como PCV no mesmo ano, sob a direção de Juan Bautista Fuenmayor. Tanto que, ainda no mesmo ano, Angarita reestabeleceria relações econômicas com a União Soviética.

⁸³ Disponível em: < http://www4.cne.gob.ve/web/documentos/la_institucion/antecedentes/1941.pdf>

⁸⁴ Lei de Hidrocarbonetos.

⁸⁵ (CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA, 1945).

Mais uma vez a Venezuela vivenciava uma crise nas Forças Armadas que ficou conhecida como “Revolução de Outubro”. No dia 18 de outubro de 1945 o país estava sob um novo cenário político. Em vésperas de eleições e articulações políticas, a candidatura de López Contreras que se demonstrava opositor ao governo Medina, levou a uma crise em que, dentro das fileiras do exército surgiam forças políticas análogas a ambas: *Unión Patriótica Militar* (UPM), encabeçada pelo Marcos Pérez Jiménez. Rómulo Betancourt havia sido convidado a participar da conspiração junto com *Acción Democrática*. Betancourt assim discorre sobre o fato:

[...] os jovens oficiais do exército repudiavam López e Medina, e estavam dispostos a dar um golpe de Estado. “E você, senhor Betancourt, é a pessoa que cremos que deve se encarregar do Governo” foi a frase final do largo diálogo.

[...] os jovens oficiais do exército, com o nome de “União Patriótica Militar” [...] declaravam convencidos de que “já era hora de acabar para sempre a incompetência, o peculato e a má fé que presidem os atos de nosso governo”; invocavam “a responsabilidade histórica que reclama o momento, as juventudes do mundo”, e faziam fé da profissão democrática⁸⁶” (BETANCOURT, 2007, p. 195-196. Tradução nossa).

Assim, próximo às eleições presidenciais, o cenário estava montado para ocorrer:

[...] um golpe de Estado militar, realizado com a conivência do partido *Acción Democrática*, derrubou o governo. O golpe interrompeu o processo de estabelecimento do constitucionalismo e fez o país regredir para os sistemas totalitaristas. Como Medina havia dito em abril anterior: “A democracia na Venezuela ainda não é forte o suficiente” (MORÓN, 1964, p. 253. Tradução nossa)⁸⁷.

⁸⁶ Do original: “la oficialidad joven del ejército repudiaba por igual a López y a Medina, y estaba dispuesta a dar un golpe de Estado. ‘Y usted, señor Betancourt, es la persona que creemos debe encargarse del Gobierno’, fue la frase final de la profusa perorata.

[...] los oficiales jóvenes del Ejército, con el nombre de ‘Unión Patriótica Militar’, estaban definidas en el acta constitutiva por ellos suscrita. Allí se declaraban convencidos de que «era ya hora de acabar para siempre con la incompetencia, el peculado y la mala fe que presiden los actos de nuestros gobiernos»; invocaban «la responsabilidad histórica que reclama el momento, a las juventudes del mundo», y hacían profesión de fe democrática” (BETANCOURT, 2007, p. 195-196).

⁸⁷ Do original: “[...] a military coup d’état, carried out with the connivance of the *Acción Democrática* party, brought down the government. The coup interrupted the process of the establishment of constitutionalism and made the country regress to the totalitarian systems. As Medina had said in previous April: ‘Venezuela democracy is not yet strong enough’” (MORÓN, 1964, p. 253).

De acordo com o trecho acima citado por Morón e como nos afirma o mesmo, a AD juntamente com o exército e com a participação de personagens emblemáticas para a vida do país, a exemplo de Marcos Pérez Jiménez, demonstra que realmente o país não possuía uma democracia forte o suficiente.

A busca pelo sufrágio universal levou a AD a tomar atitudes que trariam severas consequências ao país. Em hipótese alguma afirmamos que o golpe é de responsabilidade da AD. Conforme Luis Luongo havia observado: “Com Betancourt ou sem ele, [...] este grupo de oficiais que constituíam a União Patriótica Militar estavam decididos a usar a força” (LUONGO, 2000, p. 116. Tradução nossa). Com o apoio ao golpe de Estado, “um levante militar acontece em Caracas e Maracay e, em três dias, consuma-se um golpe, que detém Angarita e todo o seu gabinete” (MARINGONI, 2008, p. 52). Um golpe “cívico-militar”, porém, poder-se-ia ter um outro aspecto da situação. Em entrevista ao jornal *Correo del Orinoco*, o Diretor de arquivos históricos de Miraflores, Marcos Fuenmayor, afirma que devido à conjuntura político-ideológica em que o mundo se encontrava durante início da Guerra Fria, os Estados Unidos e as suas empresas petrolíferas tiveram papel fundamental na derrocada do governo ressaltando que os “adecos eram um meio” (FUENMAYOR *apud* ABRIZO, 2019).

De forma geral, o governo de Medina apresentou avanços no que tange ao desenvolvimento da democracia, muito embora ainda persistissem certos entraves políticos cujo interesse não permitisse um sufrágio universal pleno.

Muito embora talvez houvesse meios e condições para o avanço pleno da democracia no país, mesmo que o governo demonstrasse uma abertura política, era visível o mal estar no âmbito doméstico, o que era ressaltado nas críticas de Betancourt ao governo Medina. De acordo com Croes “O Governo de Isaías Medina trouxe consigo uma abertura democrática e com ela trouxe estímulos ao movimento sindical⁸⁸” (CROES, 1973, p. 122. Tradução nossa), também no sufrágio feminino, liberdades de expressão, reforma da lei de hidrocarbonetos, reforma agrária, porém, falhava em não ter ampliado o sufrágio universal e em não permitir o voto secreto e direto (LUONGO, 2000).

⁸⁸ Do original: “El Gobierno de Isaías Medina trajo consigo una apertura democrática y ello tuvo efectos estimulantes en el movimiento sindical” (CROES, 1973, p. 122).

Ainda , quanto as críticas de Betancourt, Rey aponta que a “sua crítica não se baseava apenas na falta de eleições universais e diretas dos governantes, que significava a falta de democracia, mas também à ausência de uma real divisão dos poderes, que estabelecesse os limites do Executivo”⁸⁹ (2017, p. 28. Tradução nossa).

De forma que é possível perceber que o golpe realizado pela AD, em conjunto com a “União Patriótica”, foi legitimado pela busca da democracia. Na verdade, repetia-se a prática política de governantes anteriores, o desfecho de golpes em nome da democracia era mais um dentre tantos que o país já tinha enfrentando. Entretanto, apesar da participação do Exército, este não foi um golpe militar na sua totalidade, mas sim, cívico-militar, articulado em conjunto pela AD e a União Patriótica Militar. A instabilidade democrática era notória durante a vida política do país.

1.4-O Golpe Revolucionário de Outubro e *El Trienio Adecó*

Esta noite, após o triunfo alcançado pelo Exército e o povo unido contra o funesto regime político que vinha imperando no país, fica constituído o Governo Revolucionário Provisional (BETANCOURT, 2006, p. 103)⁹⁰

No dia 18 de outubro de 1945 a população venezuelana enfrentava mais um golpe de Estado. O que se pensava ser um evento típico de governos anteriores, e que o país caminharia rumo à tão sonhada democracia voltava a se repetir, porém, desta vez, eram os civis que estavam no poder.

Para assombro da população não havia apenas a presença de militares de baixa patente, mas também pessoas do partido de Rómulo Bertancourt, a AD. Tal golpe foi gestado no âmbito de um cenário em que acontecia uma desvalorização

⁸⁹ Do original: “Su crítica no se basaba sólo en el hecho de la falta de elecciones universales y directas de los gobernantes, que significaba la falta de democracia, sino también a la ausencia de una real división de poderes, que estableciera límites a los del Ejecutivo” (REY, 2017, p. 28).

⁹⁰ Do original: “Esta noche, después del triunfo alcanzado por el Ejército y el pueblo unidos contra el funesto régimen político que venía imperando en el país, ha quedado constituído un Gobierno Revolucionario Provisional” (BETANCOURT, 2006).

salarial dos militares, além de uma disputa interna que ocorria nos bastidores entre Eleazar López Contreras e Isaías Medina Angarita.

Contreras tinha o interesse de se candidatar e pleitear o cargo da Presidência. Ao mesmo tempo, tornava-se evidente as diferenças políticas entre Contreras e Angarita. Uma cisão ocorria. Por um lado, Contreras vinha de um modelo conservador de governança, no qual o comunismo não tinha espaço, enquanto Angarita, no início de sua gestão, ainda sem ter legalizado com o PDV, já estava ensaiando uma aproximação com os dirigentes comunistas. Tal situação se evidencia com as observações feitas por Caballero ao analisar o afastamento entre estes dois personagens:

Em primeiro lugar, Medina Angarita, a quem as esquerdas suspeitavam de suas simpatias fascistas, começa uma política de abertura que não se limitava em ir além do que López Contreras tinha iniciado em 1936, se não que a partir da entrada dos EUA na guerra se havia tornado cada vez mais ousado chegando, na metade de seu governo, a se aliar com os partidários do inconstitucional partido comunista (CABALLERO, 2003, p. 108. Tradução nossa)⁹¹.

Por um outro lado, Rómulo Betancourt, signatário do partido AD, fazia constantes ataques à administração de Angarita. Primeiro, sobre a corrupção existente no seu governo. E, segundo, no que dizia respeito às eleições livres e secretas, que era a base de toda a disputa política. Betancourt buscava defender os valores necessários para a defesa e construção da democracia no país, e afirmava que a democracia não existia no governo medinista.

A respeito da corrupção, de acordo com Velasquez (1980), em todas as civilizações sempre houve a corrupção e, a respeito das eleições defendida pela oposição naquele momento na Venezuela, “ a não aprovação do sufrágio eleitoral, direto e secreto por parte do governo medinista se deve principalmente [...] ao temor

⁹¹ Do original: En primer lugar, Medina Angarita, a quien sin embargo las izquierdas sospechaban de simpatías fascistas, comienza una política de apertura que no sólo iba más allá de la que Lopez Contreras había iniciado en 1936, sino que a partir de la entrada de EEUU en la guerra se había hecho cada vez más audaz llegando, a mitad de su periodo, a aliarse sus partidarios con el todavía inconstitucional partido comunista (CABALLERO, 2003, p. 108).

pelo governo em perder as eleições de 1946” (GARCÍA, 2002, p. 5. Tradução nossa),⁹² que neste caso seria o golpe sofrido.

Angarita se entregou sem resistência. Logo em seguida, criou-se uma *Junta Revolucionária de Gobierno* formada por civis e militares⁹³ e o país se viu, novamente, em mais um processo de busca pelo estabelecimento da democracia. O futuro era incerto e, seguramente, os venezuelanos conviveriam com um acontecimento histórico determinante para toda a vida venezuelana: o golpe militar de 1945.

Em síntese, Medina não possuía traços seguramente ditatoriais, visto que abriu as portas para exilados, legalizou partidos políticos, concedeu liberdades de imprensa e permitiu a abertura de sindicatos. Porém, não era um governo democrático na forma mais completa.

Figura 3- Junta Revolucionária de Gobierno⁹⁴



⁹² Do original: “La no aprobacion del sufragio electoral, directo y secreto por parte del gobierno medinista pude deberse principalmente [...] al temor del gobierno a perder las elecciones de 1946” (GARCÍA, 2002).

⁹³ Ao todo, a junta era composta por sete membros, sendo estas: Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Gonzalo Barrios, Lus Beltrán Pietro Figuerosa, Edmundo Fernández, Carlos Chalbaud e Mario Vargas.

⁹⁴ Da esquerda para a direita temo: Mario Ricardo Vargas, Raúl Leoni, Valmore Rodríguez. Rómulo Betancourt, Carlos Delgado Chalbaud, Edmund Fernández, Gonzalo Barrios.

Fonte: Politika UCAB (2015).

A Junta Revolucionária, presidida por Betancourt, em comunicado por meio da *Gaceta Oficial* nº21.841⁹⁵ e publicado no dia 23 de outubro de 1945, oficializou a sua administração no país, juntamente com os nomes dos seus integrantes, por um tempo de duração pré-determinado, ou seja, a Junta iria se findar assim que cumprisse o seu objetivo de convocar eleições presidenciais.

A Junta Revolucionária apresentou comunicados com informações a respeito de sua duração e ações, tais como, eleições com “voto livre, direto e secreto”, política internacional alinhada a países democráticos latino-americanos aos Estados Unidos da América, Inglaterra e União Soviética, além da prisão de Eleazar López Contreras e de Isaías Medina Angarita, que tiveram seus bens bloqueados pelo Estado, sob a acusação de enriquecimento ilícito.

Em 1947 a Venezuela já tinha uma nova constituição, e no ano seguinte (1948) ocorreram as eleições democráticas, quando todos, sem distinção de sexo, acima de 18 anos, poderiam votar.

Nestas eleições⁹⁶ concorriam os seguintes presidentiáveis: Rómulo Gallegos (AD), Rafael Caldera (COPEI)⁹⁷ e Gustavo Machado (PCV). Gallegos foi eleito presidente, seguindo a nova constituição de 1947. Porém, após 9 meses, seu governo caiu através de mais um golpe de Estado no dia 24 de novembro de 1948, encabeçado por seus próprios apoiadores Carlos Delgado Chalbaud, Luís Llovera Páez e Marcos Pérez Jiménez. Aqueles que o apoiaram foram os mesmos que o derrubaram. Além dessa situação, o desanimo existente entre os militares e a população ganhou forças. Conforme Maringoni (2008), a AD era acusada de organizar milícias armadas.

Por fim, a Junta foi desfeita e em 1952, realizou-se no país eleições gerais, quando saiu vitorioso Jóvito Villalba da URD, entretanto, “[...] após o pleito, o governo decide não reconhecer o resultado das urnas e Pérez Jiménez é sagrado presidente” (MARINGONI, 2008, p. 58).

⁹⁵ Ver Anexo A.

⁹⁶ Conforme Morón (1964), Rómulo Gallegos venceu o pleito com o total de 871.752 votos, enquanto Rafael Caldera ficou em segundo lugar com 267.204 votos.

⁹⁷ Partido Socialista Cristão – Comité De Organización Política Electoral Independiente.

1.4.1 -O governo de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958)

Durante o governo da junta militar que precedeu o governo de Jiménez, entre 1948 e 1951, partidos como AD⁹⁸ e o PCV foram rapidamente postos na ilegalidade; enquanto que outros conseguiram se manter a margem da legalidade e, muito embora soubessem do quadro institucional em que o país se encontrara, receberam cargos políticos. Foram estes a URD⁹⁹ e o COPEI.

Após os três anos do *Trienio Adeco*, como era chamado o governo integrado por membros da AD, com o descontentamento dos militares e após eleições realizadas pela mesma, ocorreu a ascensão do militar Marcos Pérez Jiménez ao governo venezuelano.

Embora eleito “constitucionalmente”, seu governo de fato foi ditatorial e perdurou até 23 de janeiro de 1958. Não durou tanto quanto os governos militares ditatoriais anteriores. Além disto, também se caracterizou por ser um governo tão violento quanto o de Juan Vicente Gómez, como expõe o economista e historiador Robert J. Alexandre (1965), que afirma ter sido o governo de Jiménez:

[...] uma tragédia para a nação e o povo. Não só presidiu Jiménez a um dos governos mais tirânicos que a América Latina conheceu nesta geração, como sua administração desperdiçou [temerariamente] a maior renda que a Venezuela tinha até então recebido ou viria então a receber em futuro previsível (ALEXANDER, 1965, p. 45).

Sem dúvidas, o seu governo se beneficiou bastante com os lucros advindos da indústria petrolífera venezuelana, o que lhe permitiu investir pesado em “obras públicas de atividades duvidosas” (MARINGONI, 2008), chegando o país a ser o segundo maior produtor de petróleo (VIZENTINI, 2001).

Outro fator determinante para a manutenção do governo de Jiménez foi a sua estreita relação com o governo dos EUA que financiava, na época, muitas das políticas e governos latino-americanos com o intuito de fechar o cerco aos

⁹⁸ Acción Democrática.

⁹⁹ Unión Republicana Democrática.

movimentos e países comunistas. Estas relações se tornam claras ao observarmos a X Conferência Interamericana realizada em Caracas,¹⁰⁰ realizada no dia 13 de março de 1954. Esta conferência serviu apenas para reforçar a luta contra o comunismo, além de “estreitar os laços entre os ditadores latino-americanos”¹⁰¹ (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 332. Tradução nossa). Tanto que foram características do governo de Jiménez a caça e expulsão de jornalistas, e a censura que era peça fundamental em seu governo.

No entanto, a economia venezuelana começava a se deteriorar, e “Apesar da outorga de novas concessões para a exploração do petróleo [...] o rombo nas contas mostrava-se insustentável” (MARINGONI, 2008, p. 59). A situação tornou-se insustentável e, no final de 1957 e início de 1958, o governo de Jiménez, que de um governo militar ditatorial castrista se tornou um governo ditatorial personalista, anunciando, assim, a sua queda.

Em 21 de novembro de 1957 ocorreu uma manifestação de estudantes provenientes da Universidade Central da Venezuela. O primeiro dia de janeiro de 1958 ficou marcado pela insurreição militar comandada por coronel Hugo Trejo, que serviu de estopim para o dia 23 de janeiro (VELASQUEZ, 1980); quando o governo de Jimenez caiu, após greves, confrontos e perdas de apoio do núcleo militar, este decidiu fugir para a República Dominicana. Conforme imagem abaixo, podemos ver por meio da charge a forma em que fora retratado a expulsão de Marcos Pérez Jiménez do país.

Figura 4- A Revolta popular venezuelana

¹⁰⁰ Ver Anexo B.

¹⁰¹ Do original: “estrechar los lazos entre los dictadores latino-americanos” (DOMÍNGUEZ e FRANCESCHI, 2010, p. 332).



El verdadero plebiscito.
 Diario "La Esfera", Caracas, 25 de enero de 1958.

Fonte: Venezuela tuya (2010).

Mais uma vez, outra junta patriótica foi formada na Venezuela, e o contra-almirante Wolfgang Larrazábal foi eleito presidente da Junta governamental, quando também entraram em cena os partidos políticos AD, COPEI e URD. Estes articulavam uma saída plausível para a situação caótica em que o país se encontrava. E, de fato, conseguiram realizar mudanças que viriam marcar a história política, social e econômica do país por mais de 40 anos. Era um pacto político que seria formado, um acordo de cooperação entre três grandes os partidos políticos venezuelanos, a saber: a AD, de centro-esquerda; a URD, de centro; e o COPEI, de centro-direita que visavam a construção político-democrática no país, tema que será apresentado e discutido no próximo capítulo desta dissertação.

2 ASCENSÃO E QUEDA DO PACTO DE PUNTO FIJO

Como exposto no primeiro capítulo desta dissertação, em dezembro de 1958 a Venezuela havia enfrentado várias tentativas de levantes militares, até que o resultado da eleição de 1961 deu rumo à democracia.

Neste capítulo apresentamos a formulação do *Pacto de Punto Fijo* como meio político para a sustentação da democracia na Venezuela. Aborda também as

políticas realizadas durante os governos de Betancourt (1959-1964), Raúl Leoni (1964-1969), Rafael Caldera (1969-1974) e Carlos Andrés Pérez (1974-1979).

A hipótese é a de que a crise política e institucional levou o país a presenciar uma das manifestações mais violentas, o *Caracazo*, e a queda do *Pacto de Punto Fijo*, por meio da vitória presidencial de Hugo Chávez em 1999.

2.1- *Punto Fijo*: o pacto pela democracia

No cenário incerto em que a Venezuela se encontrava em 1958, acreditava-se que não se haveria mais espaço para um governo ditatorial. A sociedade venezuelana, já exausta e economicamente prejudicada, depositava toda esperança na nova junta constitucional que se formara. Entretanto, embora nessa junta houvesse a participação de representantes políticos, foi formada por militares que já se encontravam totalmente descrentes com a situação política, e por que não dizer, com a situação antidemocrática do país.

Durante o ano de 1957, como já anunciado no capítulo anterior, Rómulo Betancourt (AD), Rafael Caldera (COPEI) e Jóvito Villalba (URD) já vinham articulando um modelo que promovesse o apoio mútuo dos partidos pela democracia. Tal encontro resultou no Pacto de Nova York. Este foi o protótipo do que viria a se formar, em 1958, o chamado *Pacto de Punto Fijo*, realizado na cidade de Punto Fijo, capital do município da Carirubana, no estado de Falcón.

Na época, era um consenso que na Venezuela já não seria mais viável um governo ditatorial e, conforme Robert J. Alexandre apontou, o governo de Marcos Pérez Jiménez:

igualou ou mesmo superou em brutalidade o do trimestre de Juan Vicente Gómez. A ditadura Pérez Jiménez disputou com a de Rafael Leonidas Trujillo na República Dominicana o primeiro lugar entre os regimes mais cruéis, [corruptos] e tirânicos da América Latina (ALEXANDER, 1965, p. 41).

Neste cenário a formulação do *Pacto de Punto Fijo* foi o meio político encontrado para a sustentação da democracia na Venezuela. Assim inicia-se o documento que transformaria a vida política e social da Venezuela a partir de 1958:

Os partidos Ação Democrática, Social Cristão Copei e União Republicana Democrática, analisando detidamente e ponderando as considerações de todos os elementos que integram a realidade histórica nacional e a problemática eleitoral do país, e diante da responsabilidade de orientar a opinião pública para a consolidação dos princípios democráticos, tem chegado a um acordo de unidade e cooperação (PACTO DE PUNTO FIJO, 2005, p. 237. Tradução nossa)¹⁰²

De forma que, com o Pacto de Punto Fijo iniciou-se uma verdadeira luta pela manutenção da democracia no país. O pacto, em seu princípio norteador, versou não apenas pela manutenção e equilíbrio democrático no país, mas também “tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas entre os seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado” (MARINGONI, 2008, p. 62).

Ao fazermos uma breve análise do pacto percebemos que o mesmo apresenta como uma de suas propostas a defesa da constituição. Como temos destacado neste estudo, a história política venezuelana vinha enfrentando um total desequilíbrio constitucional desde a formação da república, passando pelo Governo de José Cipriano Castro (1899-1908), logo depois pelo de Juan Vicente Gomez (1908-1935), seguidos pelos governos de Lopez Contreras (1936-1941), Isaías Medina Angarita (1941-1945) e Marco Pérez Jiménez (1949-1958).

As inúmeras disputas políticas e a busca pela manutenção e prolongamento no poder demonstraram, ao longo da história republicana venezuelana, o fraco desempenho constitucional que, na realidade, sempre visava atender e legitimar os interesses de governos ditatoriais bem como promover o enfraquecimento dos partidos opositores ao governo, contribuindo, assim, para o esgotamento do sistema democrático.

Um governo unitário nacional era outra proposta do *Pacto de Punto Fijo*. Como Maringoni (2008) havia mencionado, as diferenças ideológicas dos partidos políticos na Venezuela eram evidentes. Embora partidos como *Acción Democrática* e a *Unión Republicana Democrática* tivessem bebido na mesma fonte marxista, as

¹⁰² Do original: Los partidos Acción Democrática, Social Cristiano Copei y Unión Republicana Democrática, previa detenida y ponderada consideración de todos los elementos que integran la realidad histórica nacional y la problemática electoral del país, y ante la responsabilidad de orientar la opinión pública para la consolidación de los principios democráticos, han llegado a un pleno acuerdo de unidad y cooperación (Pacto de Punto Fijo, 2005, p. 237).

suas diferenças ideológicas, com o transcorrer dos anos, acentuaram-se e refletiram, posteriormente, durante o governo Betancourt. E, por fim, a proposta do programa mínimo de governo, que era o próprio processo eleitoral (BREWER CARÍAS, 2018).

Após as eleições de dezembro de 1958, o vitorioso foi Rómulo Betancourt¹⁰³(AD), o segundo lugar ficou para o Contra-almirante Wolfgang Larrazábal (URD), e o terceiro lugar para Rafael Caldera (COPEI). Como forma de buscar atenuar quaisquer disputas ou desentendimentos provenientes dos anos de exílio e ilegalidade, o Presidente Betancour buscou articular com as forças militares do país visando o equilíbrio e respeito à democracia.

Betancourt acreditava que o respeito à instituição democrática por parte das forças militares proporcionaria um melhor desempenho político, democrático e institucional no país. Buscava-se evitar a todo custo que episódios como os golpes de Estado, que outrora assombraram o país por décadas, não voltassem a ocorrer. Para tranquilizar a população Betancourt prometia e assegurava que a política partidarista não entraria nos quartéis (VELASQUEZ, 1980), e que as Forças Armadas seriam fiéis ao governo. No entanto, essa situação só voltaria a ser permitida na Venezuela 40 anos depois, após a queda do Pacto, em 1998, tema será abordado posteriormente nesta dissertação.

2.1.1- A Crise interna

Há de se ressaltar que o governo de Betancourt herdou todos os problemas sociais e econômicos decorrentes de políticas e administrações malsucedidas de governos ditatoriais anteriores. Porém, além disto, o seu governo começou a sofrer crises internas provenientes de um contexto internacional marcado pela Guerra Fria, que transformou o comunismo no grande inimigo a ser vencido, em especial, na América Latina.

Na Venezuela, as orientações do partido AD, desde sua formação e durante sua experiência de oposição aos governos ditatoriais e, também, em oposição a Gomez em 1928, eram baseadas em conceitos e ideais marxistas. É importante ressaltar que os partidos revolucionários venezuelanos da época da ditadura

¹⁰³ Segundo Velasquez (1980, p.), Rómulo Betancourt alcançou o total de 1.284.092 votos.

Gomencista (1908-1935) também beberam desta fonte. Alguns partidos e grupos políticos surgiram a partir de 1928, outros sofreram cisões ou mudaram suas siglas no decorrer dos anos. No entanto, a linha ideológica que permanecia quase que idêntica, passa a sofrer algumas variações que saíam do eixo ideológico Soviético.

Vale destacar que, durante o exílio de maior parte dos participantes da Geração de 28 no período gomencista, muitos dos dirigentes partidários tiveram contatos com vertentes ideológicas de esquerda e anti-imperialista em países como Costa Rica, como foi o caso de Rómulo Betancourt, que teve participação na criação do Partido Comunista (CROES, 1973) e viria a formar Partidos ou agrupações políticas como a ARDI, por exemplo, que possuía um caráter marxista-leninista.

Muito embora a vida política e democrática da Venezuela seja conhecida com a vida de Rómulo Betancourt, tanto que lhe é concedido o título de “pai da democracia”, é notório que sofria críticas entre as demais grupos de dirigentes políticos venezuelanos, ao ponto de lhe chamarem de “reformista” devido o seu distanciamento da Terceira Internacional. Conforme Croes aponta:

Betancourt, que tinha incursionado pelo campo teórico do marxismo-leninismo e tinha nutrido sua bagagem ideológica na fonte do trotskismo, desenvolveu uma concepção reformista de direita que o levou a negar o papel do PCV (sem deixar de auto denominar comunista nas situações de conveniência) a negar o papel da classe obreira e propor um partido policlassista, a proclamar um “nacionalismo” contraposto ao internacionalismo proletário e de áspero antissovietismo [...] E para eles se dizia “socialista”. Definição que nos faz recordar as diferencias que já apontava Marx, quase um século atrás, entre comunistas e socialistas¹⁰⁴ (CROES, 1973, p. 103. Tradução nossa).

Em contraposição ao apontamento de Croes, Velásquez trata de apresentar os fatores políticos e sociais que levaram Betancourt a tomar um caminho, sem antes expressar a importância do debate ideológico surgido entre os dirigentes políticos, já que “Era um debate sem antecedentes em um país de história tão pobre

¹⁰⁴ Do original “Betancourt, que había incursionado por el campo teórico del marxismo-leninismo y había nutrido su bagaje ideológico en la fuente del troskismo, desarrolló una concepción reformista de derecha que lo llevo a negar el papel del PCV (sin dejar de auto-titularse comunista en situaciones de conveniencia) a negar de hecho el papel de la clase obrera y proponer un partido policlasista, a proclamar un “nacionalismo” contrapuesto al internacionalismo proletario y de mordaz anti-sovietismo ... Y para ello se decía “socialista”. Definición ésta que hace recordar las diferencias que hacía Marx, casi un siglo atrás, entre comunistas y socialistas” (CROES, 1973, p. 103).

em ideias políticas e em polêmicas ideológicas ¹⁰⁵ (VELASQUEZ, 1980, p. 18. Tradução nossa), e acrescenta que, de acordo com Betancourt, a crítica que este fazia para aos Comunistas era pelo fato destes “somente cumprirem ordens enviadas da sede da Terceira Internacional, com total desconhecimento da história e da idiosincrasia das massas nacionais que pretendiam dirigir¹⁰⁶” (VELASQUEZ, 1980, p. 20. Tradução nossa).

Diante disto, retomando o tema em questão, após o alinhamento econômico e político aos EUA o partido de Betancourt (AD) deixou de lado as orientações marxista-leninistas, e passou a adotar uma orientação de social democracia. Posição que já se tornava destacada quando da já inaugurada AD, em 1941.

O problema em questão surgiu dentro do partido AD. Durante a época de exílio da geração fundadora do partido, coube a geração mais nova cuidar e dar seqüência às suas diretrizes, embora recebessem instruções por parte dos fundadores exilados. Porém, a maioria destes jovens possuíam simpatias com a ideologia comunista. Com a volta de Betancourt e a sua vitória nas eleições de 1958, iniciou-se um confronto, pouco visível no início, entre a geração antiga e a nova. De forma que as disputas ideológicas dentro do partido causaram uma cisão, quando a maioria destes jovens se colocou contra o próprio partido, criando, assim, o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR).

Conforme Alexandre (1965) aponta, o grupo de jovens que constituíam o partido Ação Democrática “não viam com bons olhos o [retorno] das ‘velhas gerações’ e a retomada, pelos antigos líderes, das posições de influência e predomínio na vida política do país” (p. 74). O constante desentendimento ideológico existente dentro da AD, teve como consequência a cisão¹⁰⁷ dentro do partido. E, ainda, os problemas continuavam se agravando com a existência de mais um grupo seletivo de membros que foram denominados de Grupo ARS.

¹⁰⁵ Do original: “Era un debate sin antecedentes en un país de historia tan pobre em ideas políticas y em polémicas ideológicas” (VELASQUEZ, 1980, p. 18).

¹⁰⁶ Do original: “solamente cumplen consignas enviadas desde la sede de la Tercera Internacional, con desconocimiento total de la historia y de la idiosincrasia de las masas nacionales que pretenden dirigir” (VELASQUEZ, 1980, p. 20).

¹⁰⁷ “Os expulsos e os que abandonaram o partido começaram por chamar-se a si mesmos de Acción Democrática de Izquierda, nome que perdeu até julho de 1960, quando o grupo realizou sua primeira convenção e passou a intitular-se Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR)” (ALEXANDER, 1965, p. 76)

Embora existissem tais conflitos no seio partidário, buscou-se a todo custo manter a ordem democrática no país. Ou seja, o equilíbrio do governo de coalizão formulado durante a realização do *Pacto de Punto Fijo*.

No entanto, em 1960, a URD abandona o bloco partidário deixando apenas a AD e COPEI, causando um relativo desequilíbrio na recém democracia venezuelana. Velasquez articula que “O tema da política cubana vai determinar no mês de julho de 1960, a saída do partido União Republicana Democrática do seio da coalizão governamental” (1980, p. 67. Tradução nossa)¹⁰⁸.

2.1.2 - O fio democrático da liberdade

Diante das crises partidárias e dos problemas herdados das administrações anteriores, o governo enfrentou uma dura oposição alimentada pelos grupos que saíram das trincheiras partidárias da AD, bem como dos demais grupos e partidos de esquerda que buscavam a todo custo destituir o governo democrático de Betancourt, bem como abalar as estruturas da infante democracia venezuelana.

Durante os anos 1960, o país se encontrava inserido no contexto da Guerra Fria, e países como Cuba entraram em um processo de ditadura que não era muito bem visto pelos militares venezuelanos.

Por um outro lado, a administração de Betancourt se deparou internamente com as insurreições militares e civis, com o apoio de líderes da URD, tanto que, após o atentado contra a sua vida decidiu, em 24 de julho de 1960, suspender algumas garantias constitucionais.

O fator que levou a essas insurreições por parte da esquerda foi proveniente da experiência cubana 1960. No cenário internacional, disputavam dois blocos de poder antagônicos capitaneados pelas duas superpotências militares, os EUA e a URSS. Países alinhados aos EUA se movimentavam em verdadeiras cruzadas contra o inimigo, o comunismo e, mais precisamente na América Latina, com a revolução cubana de Fidel Castro em 1959. Como Nikolai Leonov salienta, “por

¹⁰⁸ Do original: “El tema de la política cubana va a determinar en el mês de julio de 1960, la salida del partido Unión Republicana Democrática del seno de la coalición gubernamental” (VELASQUEZ, 1980, p. 67)

conta do triunfo de Fidel cresce o interesse na América Latina e se traçam interesses estratégicos” (LEONOV, 1999, p. 50)¹⁰⁹

Na Venezuela essa situação levou o governo a buscar um alinhamento com os EUA. A política externa venezuelana se limitou a apenas manter relações diplomáticas com países que não possuíssem governos ditatoriais.

Foi durante o governo de Betancourt, em 1961, que a nova constituição foi promulgada. Pode-se dizer que o *Pacto de Punto Fijo* proporcionou o cenário ideal para a criação desta nova constituição. O seu mandato presidencial terminou em 1964, tendo em mente que enfrentou uma crise tanto interna quanto financeira no país. Porém, conforme Maringoni, neste período, “[...] a Venezuela desempenhou um papel relevante: a criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP)” (2008, p. 63). Além disto, a criação de uma Estatal¹¹⁰ petrolífera voltada para a comercialização e exploração do Petróleo.

Raul Leoni, candidato pela AD, se tornou presidente no dia 13 de março de 1964. *A priori*, o seu governo se caracterizou pela consolidação do mercado petrolífero no país e tratou de dar continuidade ao modelo político e econômico do seu antecessor.

Profundas chagas foram deixadas na política e na sociedade venezuelana provenientes de governos ditatoriais que se respaldavam nas constituintes, que permitiam que chegassem ao poder para logo em seguida tomarem a força o controle da nação. Isto deu respaldo para que partidos políticos como a AD, COPEI e URD, centrassem os seus esforços na obtenção de um processo democrático que resultasse no equilíbrio econômico e político dos tempos que estariam por vir.

2.1.3 - O compasso político venezuelano

O primeiro mandato de Rafael Caldera (1964-1974) teve relevância na historiografia venezuelana por ser um primeiro partido de oposição, dentro do pacto,

¹⁰⁹ Do original: “a raíz del triunfo de Fidel crece el interés hacia a América Latina y se perfilan intereses estratégicos” (LEONOV, 1999, p. 50).

¹¹⁰ Corporación Venezolana de Petróleo – CVP, que anos mais tarde viria a desempenhar um papel administrativo na PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A), criado durante o primeiro Governo de Carlos Andrés Pérez.

a ganhar as eleições presidenciais. Ou seja, a luta pelo equilíbrio democrático e constitucional do país estava em voga e funcionando conforme vários princípios estabelecidos.

Em 1973, ocorreu o aumento do preço do petróleo em mais de 300%, o que possibilitou um crescimento econômico da Venezuela. Porém, foi a partir de 1974 que o país começou a vislumbrar um futuro próspero que viria marcar a sua história. Evidentemente que, durante os governos *puntofijistas* (1958-1998) a Venezuela se beneficiou muito do petróleo.

Frente aos problemas decorrentes do cenário internacional, como a Guerra das Malvinas¹¹¹, a Guerra Fria e a guerra de Yom Kipur¹¹² a Venezuela conseguiu lograr uma participação mais sólida no cenário internacional, por conta das medidas adotadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979). O seu primeiro mandato se caracterizou por uma sincronicidade que lhe proporcionou um retorno a presidência do país nos anos 1990, na ânsia de repetir o mesmo *boom* petrolífero que o país viveu. Maringoni sustenta que:

Esse período coincidiu com o primeiro mandato presidencial do Carlos Andrés Pérez (1974-1979), lembrado pela população como 'os bons tempos'. Houve um redimensionamento do papel do Estado, que expande seu papel de agente produtivo e permite que o país aumente sua presença política no cenário internacional, pela participação decidida no movimento dos países não alinhados e no chamado terceiro-mundismo (MARINGONI, 2008, p. 65-66).

Em pouco tempo o país nacionalizou as empresas petrolíferas, concentrando a maior parte dos lucros na máquina estatal. Já quanto a sua política externa, Gamus articula que:

Um dos elementos mais significativos foi a estreita coincidência e incluso a continuidade com os lineamentos e ação exterior do Rafael Caldera (1969-1974), resumidos no pluralismo e na justiça internacional e cujas expressões mais conotadas foram a integração latino-americana, a cooperação com o Caribe e a reabertura de relações com o mundo socialista, ocupando um lugar especial o caso de Cuba, coincidências que contrastam com o conteúdo da política

¹¹¹ Guerra das Malvinas ou Guerra das Falklands, foi um conflito armado entre o Reino Unido e a Argentina em 1982, por causa da soberania sobre um conjunto de ilhas.

¹¹² Foi um conflito entre Israel e o Egito e Síria.

externa dos governos anteriores de AD (Betancourt e Leoni, 1959-1969), baseada no propósito de limitar as relações diplomáticas aos países com regimes de democracia representativa¹¹³ (GAMUS, 1989)¹¹⁴.

A Venezuela, como um país produtor e exportador de petróleo, sempre teve dificuldades para criar uma economia diversificada. A sua principal fonte econômica é o petróleo, que ganhou força principalmente na década de 1960. O petróleo foi a principal base para as políticas desenvolvimentistas venezuelanas, até que por volta dos anos 1980, a dívida externa, somada às constantes denúncias de corrupção, passaram a prejudicar este modelo econômico e político.

Durante o segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) as crises começaram a se aprofundar com mais visibilidade e força no sistema político, econômico e social. Com a aceitação de medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou-se explícito o desespero da população venezuelana diante do aprofundamento da crise econômica interna e sociopolítica que assolava o país. Tais medidas impunham uma série de alinhamentos necessários que deveriam ser seguidos pelo signatário. E para a surpresa da população, conforme expresso por Vizentini:

Poucas semanas após assumir o poder, CAP surpreendeu os venezuelanos com “*el gran viraje*”, a aplicação de um pacote de medidas econômicas de cunho liberalizante, na perspectiva aconselhada pelo Fundo Monetário Internacional (VIZENTINI, 2003, p. 64).

¹¹³ O modelo adotado ainda durante o governo de Rómulo Betancourt, que diz respeito a tratar de relações diplomáticas e comerciais com países de viés democrático, foi intitulado de Doutrina Betancourt. Isso, por sua vez, proporcionou um alinhamento estratégico para com os Estados Unidos da América, uma posição política frente ao cenário internacional, além de fechar o cerco para com a ideologias esquerdistas.

¹¹⁴ Uno de los elementos más significativos fue la estrecha coincidencia e incluso continuidad con los lineamientos y acción exterior del presidente socialcristiano Rafael Caldera (1969-1974), resumidos en el pluralismo y la justicia internacional y cuyas expresiones más connotadas fueron la integración latinoamericana, la cooperación con el Caribe y la reapertura de relaciones con el mundo socialista, ocupando un lugar especial el caso de Cuba, coincidencias que contrastan con el contenido de la política exterior de los anteriores gobiernos de AD (Betancourt y Leoni, 1959-1969), basada en el propósito de limitar las relaciones diplomáticas a los países con regímenes de democracia representativa.

O governo não se encontrava com uma economia saudável, além das crises partidárias e as políticas de coalização que se desestruturavam, as realizações adotadas pelo presidente foram totalmente diferentes daquelas que os venezuelanos desejavam.

El gran Viraje resultou em uma série de ajustes baseados no Neoliberalismo, trazendo consequências como a privatização das empresas estatais, aumento das tarifas públicas, abertura da economia ao campo externo, dentre outros. As consequências resultaram no *Caracazo*. Conforme Richard Gott, essas medidas foram adotadas pois:

A Venezuela necessitava desesperadamente de tais investimentos, afirmava o presidente, posto que a renda do petróleo já não era suficiente para impulsionar a economia. Chegou-se até a considerar que o refino do petróleo, um setor tradicionalmente reservado exclusivamente aos investimentos estatais, precisava da “participação do capital estrangeiro (GOTT, 2004, p. 80)

As medidas econômicas adotadas por Carlos Andrés Pérez causaram desconforto e revolta à população venezuelana, que saiu em protestos no dia 27 de fevereiro de 1989¹¹⁵. Tal episódio, na historiografia venezuelana, é denominado de *Caracazo* ou *Sacudón*.

A dívida, a corrupção e os problemas sociais e políticos contribuíram não apenas para as manifestações que ganharam proporção, mas, também, para o deterioramento do *Pacto de Punto Fijo*. O intento de fazer *el gran viraje* econômico no país, seguindo o Consenso, resultou, na realidade, no aprofundamento da crise nacional.

A preço da gasolina, após a adoção dos *paquetes* neoliberais, sofreu um aumento de 100% e, conforme analisa Purroy (1989), o:

[...] o Estado continuará subsidiando por um tempo os derivados do petróleo para o mercado interno, principalmente quando por efeito da desvalorização esse Estado se verá enriquecido em montantes inéditos. Porém parecia que a equipe econômica estivesse

¹¹⁵ As manifestações vieram a concluir na primeira semana de março.

obcecada por preservar um puritanismo à todo custo dos preceitos liberais (p. 130. Tradução nossa)¹¹⁶

Essa situação resultou em uma tentativa de golpe em 4 de fevereiro de 1992, sob o comando de alguns militares das Forças Armadas, estando entre eles o Comandante Hugo Chávez. Após essa tentativa, a situação parecia estar controlada com a prisão dos militares, embora em pronunciamento, assim que retornou a Miraflores, Pérez demonstrou a sua preocupação com o levante militar, visto que o país já vinha de um passado ditatorial militar¹¹⁷.

Momento antes de ser preso, Chávez pediu para fazer um pronunciamento, que ficou marcado no imaginário coletivo venezuelano pelo seu tom esperançoso: “por enquanto, Companheiros, lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que planejamos não foram alcançados na cidade capital” (Tradução nossa)¹¹⁸.

Ainda, a respeito de Carlos Andrés Pérez, é importante assinalar que ele contrariou muito suas promessas de campanha, tomou uma postura alinhada ao FMI, desiludindo a população de baixa renda. O desdobramento dessas insatisfações levou-o a sofrer uma tentativa de golpe que, por fim, culminou no seu *impeachment* em 23 de maio de 1993, sob acusações de peculato, sendo substituído pelo Presidente do Congresso, Octavio Lepage (21/05/1993 - 05/06/1993) e, logo depois, por Ramón José Velásquez (1993-1994) ambos do partido AD.

O movimento ocorrido em 1989, o *Caracazo*, havia sido uma resposta aos pacotes neoliberais implantados por Pérez: aumento da gasolina, privatizações, abertura do mercado, dentre outros.

A desigualdade socioeconômica desenvolveu profundas feridas na população, que repercutiram no *impeachment* e nas tentativas de golpe. Juntamente com a

¹¹⁶ Do original: [...] el Estado continuará subsidiando por un tiempo los derivados de petróleo para el mercado interno, máxime cuando por efecto de la devaluación ese Estado iba a verse enriquecido em montos inauditos. Pero parecía que el equipo económico estuviera obsesionado por preservar un purismo a ultranza de los preceptos liberales (PURROY, 1989, p. 130).

¹¹⁷ Para mais detalhe do pronunciamento ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Nuj0EN3Fhik&t=245s>.

¹¹⁸ Do original: “Por ahora, Compañeros, lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital “Veja o pronunciamento na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=VBUo-pYeVfQ>.”

pobreza, os níveis de precariedades sociais atingiram níveis alarmantes na Venezuela e em toda a América Latina.

No segundo governo de Rafael Caldera (1989-1993)¹¹⁹ evidenciou-se o enfraquecimento da legitimidade política, o aprofundamento da crise econômica e o fim do *Pacto de Punto Fijo*, que era visto como um jogo clientelista partidário que alimentava a corrupção no país. Como afirma Brewer Carías (2011) “lamentavelmente, de um Estado de partidos passou a uma ‘partidocracia’, pois os partidos se esqueceram que eram instrumentos para a democracia e não sua finalidade” (p. 18-19. Tradução nossa)¹²⁰.

Tendo em vista a degradação política, social e econômica do país, em 1999 foi eleito à presidência o comandante Hugo Rafael Chávez Fría, prometendo o fim do clientelismo, a participação da população e o fim da política *puntofijista*.

2.2 - O Governo Bolivarianista de Hugo Chávez (1998-2013)

A derrota avassaladora dos partidos clássicos como a COPEI e a AD no cenário político venezuelano nas eleições de 1999, somado ao repúdio dos venezuelanos às suas práticas, enfraqueceram ainda mais os modelos classicistas existentes na Venezuela. Significado comum, no entanto, da falta de compromissos desses partidos com a população.

As reformas neoliberais foram fortemente atacadas por Hugo Chávez, não só quando era um comandante das Forças Armadas, mas, também, durante sua campanha como candidato às eleições presidenciais.

A ascensão de Chávez ao poder venezuelano foi vista como uma consequência da falência do *Pacto de Punto Fijo*, e significou a vontade popular de mudanças políticas no país. Tais mudanças que tiveram início na própria constituição venezuelana de 1999, que estabeleceu dois novos poderes, quais sejam, o poder eleitoral e o poder do cidadão. Esses poderes, por sua vez,

¹¹⁹ No segundo Governo de Rafael Caldera inicia-se a desestruturação do Pacto de Punto Fijo, pois tal governo entrou em convergência partidária, ou seja, não apresentava de forma clara se participava da COPEI ou da AD.

¹²⁰ Do original: “lamentablemente, de un Estado de partidos se pasó a una ‘partidocracia’, pues los partidos se olvidaron que eran instrumentos para la democracia y no su finalidad” (CARIÁS, 2011, p. 18-19).

colocaram o Estado como o principal tutor da população venezuelana, dando ao governo um caráter propriamente social e político. A economia passou a estar voltada para a produção, enquanto o governo, ao invés de ser representativo, tornou-se participativo.

O governo do militar Chávez incorporou muito de sua imagem política construída ainda nos tempos de exílio. Mais precisamente, durante a tentativa de golpe militar em 1992, durante o governo de Carlos Andrés Pérez.

O presidente eleito, crítico acirrado de governos anteriores e do *Pacto de Punto Fijo*, bem como do seu modelo bi-partidarista, trouxe para si e passou a representar todo o descontentamento político, econômico e social da população venezuelana. Um exemplo foi o *Caracazo* que, como apresentamos anteriormente, representou o descontentamento generalizado na população com as medidas neoliberais implementadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez.

Vitorioso com 56,2% dos votos, pelo partido *Movimiento Quinta República* (MVR), Hugo Chávez disputou com personalidades como a de Irene Sáez¹²¹, que alcançou o terceiro lugar no pleito eleitoral. Conforme Cristina Xalma, essa vitória pode ser explicada “porque se trata de um segmento da população muito descontente com o sistema” (XALMA, 2004, p. online. Tradução nossa)¹²². A sua ascensão representou o fim ou a queda do pacto democrático que regeu o país por 40 anos.

O primeiro passo de Hugo Chávez foi apresentar à sociedade um plesbício com o intuito de criar uma nova constituição. Saiu vitorioso e a Assembleia Constituinte foi criada, dando assim espaço para a mais nova constituição além de mudar o nome do país de República de Venezuela¹²³ para República Bolivariana de Venezuela. Este primeiro período do governo chavista se caracterizou mais pela institucionalização de uma nova constituição que, de acordo com Hugo Chaves, seria a mais democrática possível e que atenderia as demandas sociais, além de

¹²¹ Irene Sáez é uma ex-política e ex-Miss Venezuela e Universo.

¹²² Do original: “porque se trata de un segmento de la población muy descontento con el sistema” (XALMA, 2004, p. online).

¹²³ Até antes da Constituição de 1961, o país era denominado de Estados Unidos da Venezuela, a Constituição de 1961 mudou de nome para República de Venezuela. Permanecendo assim por quase 40 anos.

representar parcelas da população que se sentiam excluídas, como era o caso dos indígenas.

Após a aprovação da Constituição de 1999, novas eleições presidenciais foram convocadas para o dia 31 de julho de 2000, quando, mais uma vez, saiu vitorioso o militar Hugo Chávez, com 3.757.773 votos e, conforme Maringoni (2008): “A oposição se desorganizou. Os grandes partidos nacionais acusaram o golpe. A [AD] e a COPEI ficaram reduzidas a agremiações residuais no aspecto político” (p. 115).

No que tange à Constituição, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander articula o seguinte:

Pela primeira vez se reconhecem e incorporam a constituição os direitos dos povos indígenas saldando uma velha dívida da sociedade venezuelana aos povos indígenas saldando uma velha dívida da sociedade venezuelana ao incluir em seu seio estes povos e outorgar-lhes posição de cidadania plena. Se reconhecem também os direitos ambientais e se ampliam em conjunto de os direitos sociais. Se assentam as bases para a transformação do Poder Judicial e se reorganizam os poderes públicos para incorporar o Poder Cidadão, integrada pela Fiscalía, a Procuradoria e a nova figura da Defensoria del Pueblo. Inauguram-se formas participativas do exercício da democracia com a incorporação ao texto constitucional de diversas modalidades do referendo que permitem consultar à população sobre assuntos de elevado interesse público, revogar o mandato de funcionários eleitos e aprovar ou derrogar algumas leis. Igualmente, se reconhecem mecanismos vinculantes da participação direta como as assembleias de cidadãos e os cabildos abertos (LANDER, 2002, p. online. Tradução nossa)¹²⁴

De uma democracia representativa o país tomava características de uma democracia participativa. Além destas características, Vizentini faz um apanhado importante a respeito da Constituição:

¹²⁴ Do original: “Por primera vez se reconocen e incorporan a la constitución los derechos de los pueblos indígenas saldando una vieja deuda de la sociedad venezolana al incluir en su seno a estos pueblos y otorgarles rango de plena ciudadanía. Se reconocen también los derechos ambientales y se amplía el conjunto de los derechos sociales. Se sientan las bases para la transformación del Poder Judicial y se reorganizan los poderes públicos para incorporar el Poder Ciudadano, integrada por la Fiscalía, la Procuraduría y la novedosa figura de la Defensoría del Pueblo. Se inauguran formas participativas del ejercicio de la democracia con la incorporación al texto constitucional de diversas modalidades de referendo que permiten consultar a la población sobre asuntos de elevado interés público, revocar el mandato de funcionarios electos y aprobar o derogar algunas leyes. Igualmente, se reconocen mecanismos vinculantes de participación directa como las asambleas de ciudadanos y los cabildos abiertos” (LANDER, 2002, p. online).

O mandato presidencial é aumentado para seis anos, com a possibilidade de reeleição; um novo posto de vice-presidente é criado, a ser designado pelo presidente; criação de um Conselho de Governo; plebiscitos consultivos são permitidos para assuntos de “interesses nacionais especiais”; o congresso nacional bicameral é abolido e criado uma Assembleia Nacional unicameral. É criado o Conselho Moral Republicano, combinando os papéis de controlador geral e promotor geral com um ombudsman. A Suprema Corte de Justiça é substituída pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde juízes e magistrados são eleitos por voto popular. Os quatro ramos das Forças Armadas são unidos numa única Força Armada Nacional, e é dado aos militares o poder de voto. A constituição de 1999 dá um papel proeminente para o Estado e forte ênfase nos direitos dos trabalhadores, além de minar a autonomia do Banco Central. As principais cláusulas incluem: Executivo do Banco Central a ser apontado pela Assembleia Legislativa Nacional (VIZENTINI, 2003, p. 72).

O caráter ideológico plasmado nos ideais de Bolívar e na esquerda já chamavam a atenção de toda a América Latina e, principalmente, de países como os EUA. Com o início do século XXI, a maior parte dos países latino americanos tiveram governantes voltados para a esquerda. A política do governo de Chávez foi autointitulada de Socialismo do Século 21 em meados de 2005.

A sua popularidade, proveniente da classe média e baixa, andava de mãos dadas com o antagonismo político dos partidos de oposição e dos países com uma vertente oposta à defendida por Chávez.

A ascensão do governo Bolivarianista de Hugo Chaves serviu de inspiração aos demais países latino-americanos, vindo então a surgir uma onda de países com governos de esquerda ou centro esquerda. Essa “onda vermelha”, por assim dizer, alcançou a Bolívia, com vitória de Evo Morales em 2006; a Argentina, com Kristina Kirchner em 2007; o Brasil, com Lula da Silva em 2003, dentre outros. Esta nova conjuntura no cenário político latino-americano foi uma resposta às demandas e buscas por mudanças e descontentamentos com as políticas neoliberais impostas pelo Consenso de *Washington* e seguidas por esses países, e que já não davam os resultados aos anseios da população.

No que diz respeito à política externa venezuelana do Governo de Hugo Chávez, foi marcado por uma aproximação com países que não eram alinhados à política estadunidense.

Dotado de um carisma único, este se apresentava frente à multidão de forma energética criticando a oposição e os EUA, denominando-os de imperialistas e de *yankees*. Porém, outro fator preponderante na política chavista era a sua constante veneração a Simon Bolívar.

Ao analisarmos mais detidamente a criação da ideologia nacionalista bolivariana notamos por um lado a necessidade de uma identidade cultural fixa e forte. Bolívar já era cultuado e aclamado como pai e libertador das Américas espanholas, mas a oficialização dessa cultura surgiu com mais força durante o governo de López Contreras. Morón faz a seguinte observação dos planos governamentais de Contreras:

[...] a criação de uma ideologia nacionalista baseada na veneração de Bolívar e exaltação dos seus ideais. O objetivo desta doutrina foi prevenir a expansão e enraizamento de alguma outra ideologia externa, particularmente o Nazismo, fascismo ou o comunismo (MORON, 1964, p. 205).

O nacionalismo bolivariano defendido por Chávez em seus discursos chegava a se confundir com a do próprio Bolívar. Atacava a oligarquia e o chamado imperialismo norte-americano, além de, em TV Estatal, expropriar residências em favor do governo, alvo de crítica da oposição. A exemplo, as críticas de María Corina Machado, fundadora do partido político *Vente Venezuela*, que era pré-candidata à presidência da república. Na Assembleia Nacional, Machado criticava o discurso de Chávez afirmando que o Presidente - Chávez – estava descrevendo um país que diferia da realidade e, ainda acrescenta, em meio a vaias, que “*Expropiar es robar*”¹²⁵. Por meio do programa de TV *Aló Presidente*, Chávez comunicava à nação sobre as expropriações.

O seu governo recebeu outras críticas, dentre estas, a acusação de que a Constituição de 1999 foi a forma que encontrou para se perpetuar no poder; outra, por conta da censura e das perseguições políticas que iremos tratar logo em seguida, e também pelo seu caráter militarista.

Na Venezuela já existia uma apreensão quanto ao militarismo. Antes da formulação do *Pacto de Punto Fijo*, o país se encontrava sob o espectro de

¹²⁵ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1kfs3T3mBJY>

governos militares, como foi com Castro (1989-1908), Gómez (1908-1935), Contreras (1935-1941) e Angarita (1941-1945). E a ascensão de Chávez não era vista com bons olhos pela oposição, e pelos EUA.

2.1.1 Golpe e Contragolpe

O segundo período do militar Hugo Chávez (2001-2007) no poder foi marcado por conflitos entre governo, oposição e mídia. Emissoras de televisão como a Radio Caracas Televisión (RCTV) se tornaram uma das principais opositoras, criticavam e faziam ferrenhos ataques ao governo. Por um outro lado, Chávez aumentava o tom dos seus discursos, o que acentuava mais ainda a polarização na sociedade (MARINGONI, 2008), além de atacar a *Petróleos de Venezuela, S.A* (PDVSA) que, embora Estatal, trabalhava de forma independente.

O contra-ataque, diga-se de passagem, humilhante, foi orquestrado pelo presidente no seu programa de televisão *Aló Presidente* número 101. Neste episódio em rede aberta, Chavez critica o modelo administrativo da empresa afirmando que não é uma “meritocracia” e sim uma “mitocracia”, a respeito da escolha de funcionários na PDVSA, em seu canal de televisão *Aló Presidente* diz o seguinte:

[...] nomeou a poderoso representante dos setores econômicos do país; que não tinha nada a ver com petróleo. O nomeou Presidente da PDVSA. Aonde estava essa elite? Aonde estava então a chamada meritocracia? Aonde estava? Mentira! É uma mitocrácia, é um mito que eles têm criado. Para essa cúpula petroleira a meritocracia é uma lista que eles mesmo fizeram. Aquele que não estiver nessa lista... não! Este não tem mérito. Não! Acabou as historinhas, meu compadre! Acabou as historinhas! Os méritos são uma coisa, e a manipulação dessa elite para se apoderar de uma empresa que é de todos nós, isso é outra coisa (Comandante Invicto: ¡En Pdvsa no regía la meritocrácia sino mitocrácia!, 2002, p. online. Tradução nossa).

Com uma lista nas mãos e com um olhar firme e semblante ‘duro’ frente às câmeras, começa a pronunciar os nomes dos dirigentes das empresas junto com os seus cargos. A cada nome, a sua atuação na área seguido da palavra “demitido”.

Essa “elite petroleira” como chamava Chávez, estava sendo demitida em rede nacional e sendo chamada de “sabotadores”¹²⁶.

Essa atitude do Presidente repercutiu de forma negativa nas ruas. A oposição durante o mês de abril de 2002 se manifestaram em peso, “emissoras de rádio e de televisão privadas e os principais jornais da capital convocaram uma manifestação de protesto para a quinta-feira, 11 de abril” (MARINGONI, 2008, p. 126).

O resultado foi uma greve no país e o surgimento de um personagem no meio dessas manifestações, Pedro Carmona, presidente da *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (FEDECAMARAS) que juntamente com a população e o *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) dirigiram para o Palácio de Miraflores. O encontro entre as duas forças antagônicas – oposição e partidários do governo – ocasionou uma desordem civil aonde o enfrentamento foi inevitável.

Prontamente o presidente solicitou o exército para restaurar a ordem além de mandar tirar do ar os canais de televisão que faziam a transmissão, sendo estas: *Radio Caracas, Venevisión e a Globovisión*.

Entretanto, um grupo de militares solicitaram a Hugo Chávez para que renunciasse. Durante transmissão na televisão, o então General Lucas Rincón Romera fez o seguinte comunicado:

Os membros do Alto Comando Militar da República Bolivariana Los miembros do Alto Mando Militar da República de Venezuela deploram os lamentáveis acontecimentos ocorridos na capital ontem. Frente ao ocorrido, solicitou-se ao Presidente da República a renúncia de seu cargo, no qual aceitou. Os integrantes do Alto Mando põem seus cargos à ordem nos quais entregaremos aos oficiais que sejam designados pelas novas autoridades (AMIGÓ, 2002, p. online. Tradução nossa)¹²⁷.

¹²⁶ Para o assunto em questão ver <https://www.youtube.com/watch?v=4VCf2aPMJd8> . Acesso em 24 de setembro de 2019.

¹²⁷ Los miembros del Alto Mando Militar de la República Bolivariana de Venezuela deploran los lamentables acontecimientos sucedidos en la ciudad capital en el día de ayer. Ante tales hechos, se le solicitó al señor Presidente de la República la renuncia de su cargo, la cual aceptó. Los integrantes del Alto Mando ponen sus cargos a la orden los cuales entregaremos a los oficiales que sean designados por las nuevas autoridades (AMIGÓ, 2002).

Após a prisão e suposta renúncia de Hugo Chávez, Pedro Carmona se juramenta presidente de transição. Tecnicamente, conforme a constituição venezuelana de 1999, a renúncia só seria aceita mediante pronunciamento do Presidente em Assembleia Nacional para logo em seguida o vice ser o Presidente em questão¹²⁸.

Essa ordem não foi respeitada, já anunciando uma possível ruptura democrática. No entanto, um contragolpe estaria a surgir visto que uma parcela do exército se posicionava como defensora de Chávez que, juntamente com a população, tomaram o Palácio de Miraflores. O congresso havia denominado Diosdado Cabello, político e militar venezuelano como presidente provisório.

Diante deste cenário político o país enfrentava saques, e “A maioria dos meios de comunicação venezuelanos não tem informado sobre os distúrbios. Em parte porque os jornalistas são agredidos pelos manifestantes, que consideram a imprensa inimiga do Governo anterior, o que dificulta a toma de imagens¹²⁹” (VINOGRADOFF, 2002, p. online. Tradução nossa). No entanto, a volta de Chávez ao poder foi uma questão de tempo. No dia 14 de abril de 2002, este retorna e faz um pronunciamento em cadeia nacional, conforme vemos na imagem a seguir, marcado logo de início pelas seguintes palavras: “A Deus o que é de Deus, a César o que é de César, e ao povo o que é do povo¹³⁰”. A este respeito, Chávez fazia alusão à luta

¹²⁸ “Artículo 233. Serán faltas absolutas del Presidente o Presidenta de la República: su muerte, su renuncia, o su destitución decretada por sentencia del Tribunal Supremo de Justicia, su incapacidad física o mental permanente certificada por una junta médica designada por el Tribunal Supremo de Justicia y con aprobación de la Asamblea Nacional, el abandono del cargo, declarado como tal por la Asamblea Nacional, así como la revocación popular de su mandato. Cuando se produzca la falta absoluta del Presidente electo o Presidenta electa antes de tomar posesión, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, se encargará de la Presidencia de la República el Presidente o Presidenta de la Asamblea Nacional. Si la falta absoluta del Presidente o Presidenta de la República se produce durante los primeros cuatro años del período constitucional, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, se encargará de la Presidencia de la República el Vicepresidente Ejecutivo o la Vicepresidenta Ejecutiva. En los casos anteriores, el nuevo Presidente o Presidenta completará el período constitucional correspondiente. Si la falta absoluta se produce durante los últimos dos años del período constitucional, el Vicepresidente Ejecutivo o Vicepresidenta Ejecutiva asumirá la Presidencia de la República hasta completar dicho período” (VENEZUELA, 1999).

¹²⁹ Do original: “La mayoría de los medios de comunicación venezolanos no han informado sobre los disturbios. En parte porque los periodistas son agredidos por los manifestantes, que consideran que la prensa es enemiga del anterior Gobierno, lo que dificulta que tomen imágenes” (VINOGRADOFF, 2002, p. online).

¹³⁰ O trecho completo do discurso pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=uykDB62fl7c>.

pelo povo na sua restituição no cargo presidencial, o qual teve apoio das forças armadas em questão.

Figura 5- Chávez após seu retorno discursando



Fonte: elpais.com (2002)

Posteriormente, em entrevista a Larry King¹³¹ em 2009, Chávez acusa os Estados Unidos de perpetrarem o Golpe tendo o objetivo de assassina-lo. Entretanto, a sua restituição não significou de todo a resolução dos problemas que o país estava enfrentando. A FEDECAMARAS e trabalhadores da PDVSA entraram em greve geral no dia 2 de dezembro de 2002 como forma de protesto. A queda de braço e os empresários causaram inúmeros transtornos econômicos ao país. Tendo

¹³¹ Entrevista na íntegra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hGtzb-PunXI&t=7s>.

como principal fonte de renda a exortação de petróleo, o país se viu obrigado a importar gasolina (MARINGONI, 2008).

A greve findou em 3 de fevereiro de 2003 quando o governo tomou o controle da PDVSA. Por um lado, esta situação culminou com a demissão de mais 17.871 até então funcionários da Estatal e da sua militarização¹³² e, por outro lado, desencadeou o desmantelamento das forças opositoras e também o acirramento entre o governo e a mídia, sua principal opositora.

2.1.2 Democracia e Censura?

Durante o ano de 2006, no segundo mandato de Hugo Chávez, o governo acirrou o seu combate com a mídia opositora. Em uma democracia, uns dos principais vieses necessários para a saúde democrática em um país são a preservação dos direitos humanos, bem como da liberdade de expressão¹³³. Se formos analisar o artigo 58 da Constituição venezuelana de 1999, ele nos expressa que “a comunicação é livre e plural [...] Toda pessoa tem direito à informação

¹³² Do original: “El presidente Hugo Chávez ordenó a mediados de diciembre pasado la militarización de PDVSA y el despido de los empleados de la empresa para tratar de quebrar el paro opositor que originó la caída de más de 50% de la producción de la industria petrolera, que es el corazón económico del país” Disponível em: <https://www.lmtonline.com/lmtenespanol/article/Despiden-17-871-trabajadores-en-petrolera-estatal-10309663.php>.

¹³³ “Artigo 57. Toda pessoa tem direito a expressar livremente seus pensamentos, seus ideais ou opiniões de viva voz, por escrito ou mediante qualquer outra forma de expressão, e de fazer uso para isto de qualquer meio de comunicação e difusão, sem que possa estabelecer censura. Quem faça uso deste direito assume plena responsabilidade por todo o expressado. Não se permite o anonimato, nem a propaganda de guerra, nem as mensagens discriminatórias, nem que promova a intolerância religiosa. Se proíbe a censura aos funcionários públicos ou funcionárias públicas para dar conta dos assuntos sob as suas responsabilidades” (CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 11-12. Tradução nossa)
Do original: “Artículo 57. Toda persona tiene derecho a expresar libremente sus pensamientos, sus ideas u opiniones de viva voz, por escrito o mediante cualquier otra forma de expresión, y de hacer uso para ello de cualquier medio de comunicación y difusión, sin que pueda establecerse censura. Quien haga uso de este derecho asume plena responsabilidad por todo lo expresado. No se permite el anonimato, ni la propaganda de guerra, ni los mensajes discriminatorios, ni los que promuevan la intolerancia religiosa. Se prohíbe la censura a los funcionarios públicos o funcionarias públicas para dar cuenta de los asuntos bajo sus responsabilidades” (CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 11-12).

oportuna, verídica e imparcial, sem censura” (CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 12. Tradução nossa)¹³⁴.

Conforme observado por Robert Dahl em seu livro intitulado *Polyarchy* (1971), diante das categorias necessárias para se ter uma democracia, a liberdade de expressão resulta ser uma das categorias constituintes de uma democracia.

Com a constante queda de braço entre o governo e a mídia opositora, Chávez tomou uma atitude que assombrou o cenário internacional, causando uma série de críticas. Como represaria, o presidente mandou cancelar a concessão da emissora RCTV.

Em discurso à VTV (*Venezolana de Televisión*) Chávez diz: “Não haverá nova concessão para esse canal golpista de televisão”¹³⁵, acusando-os de participarem do golpe de 2001. Tal atitude repercutiu até no Brasil, com críticas à medida tomada pelo então presidente Hugo Chávez.

Conforme relatório de 2008 da *Human Rights Watch*, está expressa o seguinte em respeito aos meios de comunicação:

O presidente Chávez e seus apoiadores na Assembléia Nacional minaram a liberdade de expressão por meio de várias medidas destinadas a influenciar o controle da mídia e o conteúdo de sua programação. Eles estenderam e endureceram as penas por crimes que criminalizam o exercício da liberdade de expressão; eles implementaram uma lei sobre radiodifusão e televisão que permite a suspensão arbitrária de canais com base em uma ampla definição de “incitação”; acesso à informação pública e abusaram do controle governamental de frequências de rádio para punir os canais que transmitem programação abertamente crítica. Depois de nove anos durante os quais o país foi polarizado entre os apoiadores de Chávez e seus detratores, ainda existe um debate público dinâmico na Venezuela, no qual a mídia da oposição pode fazer ouvir suas críticas e os relacionados a Chávez expressarem sua opinião. defesa do governo, e ambos o fazem vigorosamente. No entanto, em seus esforços para ganhar terreno nessa "guerra da mídia", o governo recorreu a ações discriminatórias contra a mídia que expressam pontos de vista opostos, reforçou a capacidade do Estado de limitar a liberdade de expressão e criou incentivos poderosos. para críticos do governo se censurarem. Se o governo decidisse iniciar investigações de forma mais ativa, usando disposições legais ampliadas que

¹³⁴ Do original: “La comunicación es libre y plural [...] Toda persona tiene derecho a la información oportuna, veraz e imparcial, sin censura” (CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 12).

¹³⁵ Veja trecho do vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bR-ZYzC3Xxs>.

criminalizam expressões e incitações, o debate político atual poderia ser severamente restringido (WATCH, 2008, p. 73)¹³⁶.

Como expresso pelo *Human Rights Watch* (HRW), o governo venezuelano criou uma série de repressões à liberdade de expressão, ou seja, privando-as da sua concessão. Em 2007, fazendo oposição ao exposto pelo relatório da HRW, no livro intitulado “*Libro Blanco sobre RCTV*” consta o seguinte:

O governo do Presidente da República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, pela sua parte, tem demonstrado seu profundo respeito pela liberdade de expressão e em nenhum momento tem procedido a fechar, censurar, revogar, sancionar ou suspender a nenhum médio radioelétrico, apesar das constantes violações à lei Por parte do setor midiático (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2007, p. 11)¹³⁷.

Se para o governo a concentração de poder nas mãos de emissoras como a RCTV, puderam manipular as informações de políticas públicas feitas pelo governo venezuelano, para as Organizações Internacionais e a oposição era o contrário.

¹³⁶ Do original: El Presidente Chávez y sus partidarios en la Asamblea Nacional han socavado la libertad de expresión a través de diversas medidas destinadas a influir en el control de los medios y en el contenido de su programación. Han ampliado y endurecido las sanciones por delitos que penalizan el ejercicio de la libertad de expresión, han implementado una ley sobre difusión de radio y televisión que permite la suspensión arbitraria de canales sobre la base de una definición amplia de “incitación”, han limitado el acceso a información pública, y han abusado del control gubernamental de las frecuencias radioeléctricas para castigar a canales que emiten una programación abiertamente crítica. Después de nueve años durante los cuales el país ha estado polarizado entre los partidarios de Chávez y sus detractores, en Venezuela aún existe un dinámico debate público, en el cual los medios opositores al gobierno pueden hacer oír sus críticas y aquellos afines a Chávez expresan su defensa del gobierno, y ambos lo hacen enérgicamente. Sin embargo, en sus esfuerzos por ganar terreno en esta “guerra mediática”, el gobierno ha recurrido a acciones discriminatorias contra los medios que expresan puntos de vista opositores, ha reforzado la capacidad del estado de limitar la libertad de expresión y ha creado poderosos incentivos para que los críticos del gobierno se autocensuren. Si el gobierno decidiera iniciar investigaciones más activamente utilizando las disposiciones legales ampliadas que penalizan expresiones y la incitación, el actual debate político podría verse seriamente restringido (WATCH, 2008, p. 73).

¹³⁷ Do original: “El gobierno del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, por su parte, ha demostrado su profundo respeto por la libertad de expresión y en ningún momento ha procedido a cerrar, censurar, revocar, sancionar o suspender a ningún medio radioelétrico, a pesar de las constantes violaciones a la ley por parte del sector mediático” (INFORMACIÓN, 2007, p. 11).

Em 2010 o jornal *El Nacional*, conforme vemos na imagem logo a seguir, foi censurado porque a manchete do jornal retratava a crescente criminalidade na capital venezuelana. No entanto, tal reportagem foi censurada devido exibir uma fotografia com inúmeros cadáveres no necrotério venezuelano.

Figura 6- Capa da manchete do jornal censurado



Fonte: Revista Veja (2010).

As repercussões das censuras por parte do governo de Hugo Chávez tiveram repercussões em inúmeros países. No Brasil, o Senado aprovou um voto de censura contra o governo chavista a pedido do então senador Flexa Ribeiro, que era membro do partido político PSDB-PA. De acordo com este senador, o governo venezuelano estava manipulando as informações, a opinião pública e enquadrando-as a ideários e intrigas da oposição¹³⁸.

Na Venezuela, em torno de 32 emissoras foram censuradas e ou retiradas do seu horário e colocadas fora do ar, entre elas os canais como *Ritmo Son*, *Momentum*, *America TV*, *American Network* e *TV Chile*, sendo a maioria destes canais internacionais.

¹³⁸ Leia o artigo na íntegra em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1288755-5601,00-SENADO+APROVA+VOTO+DE+CENSURA+PARA+GOVERNO+DA+VENEZUELA.html>

Como já colocado neste estudo, em um país democrático deve-se respeitar a livre expressão de pensamentos e ideologias. No entanto, no capítulo seguinte, será analisada com mais profundidade como a democracia se estabeleceu no país e como ela é passível de se deteriorar.

Outra atitude que desencadeou descontentamento e críticas ao governo Chávez foi ele ter feito o que antes dizia que não iria fazer, ou seja, enquanto candidato à Presidência, no ano de 1998, quando entrevistado por Jorge Ramos, jornalista da *Univision*, que lhe perguntou se iria nacionalizar alguma empresa de comunicação, e como resposta recebeu uma negativa. Entretanto, ao contrário de sua resposta no momento de sua campanha eleitoral, em 2007, a CANTV¹³⁹ foi nacionalizada. De forma que desconfortos políticos eram evidentes nas mídias informacionais, principalmente vindas daquelas que não seguiam o mesmo viés político e ideológico do governo.

No entanto, como Marcelo Buzetto (2008) diz: “Chávez não é um aventureiro na política venezuelana” (BUZETTO, 2008, p. 179). Ele já vinha de um passado militar e militante e, seguramente, o governo saberia contornar os problemas sociais e políticos.

Buscando a continuidade das medidas políticas e governamentais do seu governo, Chávez propôs um referendo em 2009, que consistia no aumento de limites para ele próprio se reeleger. O referendo foi aprovado e, em 2012, teve sua recandidatura. Portanto, em 2013, com a saúde fragilizada pelo câncer, Chávez optou por se afastar da política deixando no seu lugar o vice-presidente Nicolás Maduro.

O caminho político e democrático que a Venezuela passou a viver a partir de 2007 tornou-se questionável dentro do embate teórico, político e internacional. A busca pela soberania nacional sem a interferência e ingerência de países não alinhados ideologicamente foram constantemente atacados pelo governo bolivarianista. Questões que serão temas para o próximo capítulo desta dissertação.

3 SOBRE A DEMOCRACIA VENEZUELANA

¹³⁹ Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela

Durante a queda do *Pacto de Punto Fijo* em 1998, marcado pela vitória do Hugo Rafael Chávez Frías com 56% dos votos, o país entrou em um cenário que, após os anos de redemocratização do país em 1958, nunca havia sido presenciado. Vivenciava-se a troca do modelo democrático de “democracia representativa” para a “democracia participativa”. A participação de militares, junto com civis venezuelanos, nos assuntos que tangenciavam o governo, a política e a sociedade.

O militarismo encontrava-se totalmente presente na vida do cidadão comum, nos hospitais, nas empresas petrolíferas, nos bairros das cidades, entre outros. Esta situação, confrontada com períodos de governos militares autoritários em um passado recente - Governos de Juan Vicente Gómez (1908-19035), Eleazar López Contreras (1935-1941), e o de Isaías Medina Angarita (1942-1945) -, causou impacto, receio e temor em parte da sociedade venezuelana. Como não se recordar do episódio fatídico de tentativa de Golpe de Estado orquestrado em 1992 pelo Tenente Coronel Hugo Chávez, durante o Governo de Carlos Andrés Pérez?

Este capítulo busca responder à proposição deste trabalho que é compreender a trajetória da experiência da democracia em Venezuela. A democracia venezuelana sempre esteve como pauta central nas disputas revolucionárias desde as lutas de independência, na formação do Estado, quando o país decidiu sair da Grã-Colômbia, bem como nas disputas políticas entre os liberais e conservadores, que se arrastaram durante décadas, com desfecho ainda durante os governos militares. Durante o governo de Juan Vicente Gómez, a democracia, que se encontrava limitada, se tornou presente na arena política com a formação de grupos políticos e sociais que buscavam implementá-la de forma que houvesse representatividade para os grupos sociais que se encontravam em pleno desenvolvimento. A emergência desta demanda por democracia não pode ser controlada pela ditadura de Gómez em um cenário marcado por transformações tais como ascensão da economia petrolífera no país e a organização e mobilização de grupos sociais que buscavam defender os seus interesses em um mundo que se tornava cada vez mais globalizado. A formação de sindicatos era mais um dos entraves que acabou deteriorando o governo ditatorial, que perdurava já por 27 anos no país.

A resposta às mudanças pode ser observada quando Contreras decidiu abrir as portas do país à democracia, ainda que timidamente. Não se sabe ao certo se foi proposital ou não esse limite à democracia, mesmo que muito restrita, entretanto, este governo concedeu alguma liberdade, por exemplo, à imprensa que se

encontrava cerceada no seu direito de liberdade de expressão. No governo de Angarita também houve uma ampliação da democracia, com a concessão e ampliação de algumas liberdades civis e políticas, como a permissão e oficialização de partidos políticos que se encontravam ainda nas sombras da ilegalidade.

O fato é que a vitória de Hugo Chávez em 1998 se tornou uma variável na política e na democracia venezuelana, pois sua ascensão política já era vista com estranheza ou até mesmo com temor no cenário internacional.

Este capítulo apresenta uma abordagem histórica, ainda que breve, sobre o conceito e experiências de democracia, centrada nas análises teóricas de Robert Dahl, Norberto Bobbio, tendo também o respaldo teóricos de Sartori, Rousseau, Pateman, dentre outros.

Outro objetivo deste capítulo é apresentar quais foram as implicações da participação das Forças Armadas no cenário político interno venezuelano, pois as mesmas estiveram atuantes ao lado da classe governamental.

Parte-se do pressuposto de que a militarização esteve presente na maior parte dos regimes ditatoriais, findando em 1958 com o *Pacto de Punto Fijo*, que proporcionou eleições de governo civis até o ano de 1998, quando ocorreu o retorno de um governo militar eleito democraticamente com características populistas.

3.1 Teoria e Democracia

A Democracia como regime político é um dos mais adotados na maioria dos países que possuem critérios mais ou menos específicos de participação social nas questões do Estado, e, que tem como pautas fundamentais o sufrágio universal, a liberdade e a igualdade na sua forma mais abrangente, com a máxima participação possível de seus cidadão.

Porém, para se chegar ao modelo de democracia considerado amplo, um longo caminho foi percorrido com avanços, retrocessos e assimilações, envolto em um certame que, conforme aponta Skorupski (1994, p. 141), “acompanha o homem desde primórdios da vida em sociedade”.

Muito embora as sociedades atuais, em sua maioria, possuam um entendimento e vivencia com regimes democráticos, tem-se por unanimidade histórica e política que o berço do modelo democrático surgiu na Grécia antiga e foi

se estendendo a Roma, para logo “depois de seus primeiros séculos na Grécia ou em Roma, a ascensão do governo popular transformou-se em declínio e queda” (DAHL, 2001, p. 17).

A palavra democracia surgiu em Atenas na Grécia antiga, sendo a junção das palavras “*Demos*” (Governo) e “*Kratos*” (Poder), que significa “Governo do Povo” (*demokratía*). A terminologia e o regime foram estudados e analisados por Aristóteles (384 a.C – 322 a.C) em sua obra intitulada “A Política”, na qual analisa as formas de governo como a democracia, monarquia, república, tirania, oligarquia.

Na visão de Aristóteles, tais formas de governos ou constituições¹⁴⁰ “puras” possuem os seus vícios ou “desvio”. Neste sentido, as denominadas puras seriam “a realeza, a aristocracia, a república, e três que são desvios dessas: a tirania para a realeza, a oligarquia em relação à aristocracia e a democracia quanto república” (ARISTÓTELES, 1995, p. 169). Desta forma, como aponta Sugizaki (2000, p. 541) “a classificação aristotélica conjuga um critério quantitativo (o governo de um, de muitos ou da maioria) a um critério axiológico”.

No que concerne à democracia, Aristóteles a compreendia como “a mais tolerável” (1995, p. 169) dentre as formas de governos expostas. Entretanto, o modelo democrático entrou em hiato após o declínio do Império Grego e Romano¹⁴¹, tornando a “reaparecer em muitas cidades do norte da Itália por volta do ano 1100 d.C” (DAHL, 2001, p. 25).

Na modernidade, com o advento do liberalismo, após a queda dos Estados absolutistas europeus, surgiram pensadores, como Benjamin Constant, John Stuart Mill, Alexis de Tocqueville que defendiam e ou analisaram o liberalismo, seja no âmbito econômico, político e filosófico, se caracterizando como um modelo de regime político no qual não há bastante interferência do Estado. Conforme aponta Bobbio:

Ao longo de todo o século XIX, a discussão em torno da Democracia se foi desenvolvendo principalmente através de um confronto com as doutrinas políticas dominantes no tempo, o liberalismo de um lado e o socialismo do outro.

¹⁴⁰ Para Aristóteles, “as palavras constituição e governo significam a mesma coisa” (1995, p. 86).

¹⁴¹ “Depois de seu assassinato em 44 a.C., Uma república outrora governada por seus cidadãos tornou-se um império, comandado por imperadores. Com a queda da república, o governo popular desapareceu inteiramente no sul da Europa. Excetuando-se os sistemas políticos de pequenas tribos esparsas, ele desapareceu da face da terra por cerca de mil anos” (DAHL, 2001, p. 24-25).

No que se refere à relação de concepção liberal do Estado, o ponto de partida foi o célebre discurso de Benjamin Constant sobre A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos. Para Constant, a liberdade dos modernos, que deve ser promovida e desenvolvida, é a liberdade individual em sua relação com o Estado, aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e a liberdade política (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1983, p. 323).

O embate entre os modelos políticos liberais e democráticos surtiram em uma ampla discussão teórica que, especialmente, se centravam na abordagem da liberdade e igualdade, embora a propriedade privada também fosse um tema discutido em comum. Para Constant, a igual que Tocqueville, a liberdade era a base fundamental de um regime político. De acordo com o discurso proferido por Constant: “A liberdade individual [...] é a verdadeira liberdade moderna. A liberdade política é a sua garantia e, portanto, indispensável” (CONSTANT, 1819, p. 12). Muito embora busca-se articular a sua crítica frente à democracia dos antigos, este tinha como um dos seus principais alvos o filósofo Jean Jacques Rousseau.

A respeito de Rousseau, considerado por Pateman (1992) como o teórico da democracia participativa, dotado de um idealismo político e democrático, tem em sua obra “O Contrato Social” (2008), a defesa da criação de um pacto social, que determinava a relação de convívio entre os cidadãos, delimitando, assim, a transição do estado natural para o estado civil.

Rousseau também parte de uma concepção que, de acordo com Neves (NEVES, 2004, p. online), “Não seria mais a liberdade privada a âncora da modernidade política, mas a eleição da igualdade como condição fundadora da convivência democrática”. Ou seja, só haveria liberdade na igualdade; a igualdade seria a base primordial de todo o seu pensamento, e a soberania repousaria no próprio povo, sendo representada pela vontade geral, inalienável (ROUSSEAU, 2008). Neste sentido “O Contrato Social [...] pode ser considerado a utopia democrático-liberal” (SKORUPSKI, 1994, p. 131).

Entretanto, observa-se que Rousseau, além de criticar a propriedade privada, como sendo a causadora de todos os males, compreendia as limitações do pensamento plasmado na sua obra ao afirmar que:

[...] nunca existiu verdadeira democracia e jamais existirá. É contra a ordem natural que o grande número governe e que o pequeno seja governado. Não se pode imaginar que o povo fique incessantemente reunido para cuidar dos negócios públicos e é fácil ver que não poderia estabelecer comissões sem mudar a forma da administração (ROUSSEAU, 2008, p. 92-93).

Rousseau, buscando contornar a problemática, expôs certos requisitos necessário para a implementação da democracia, como o tamanho do territorial do Estado, o modelo sociocultural uniforme, dentre outros. No entanto, o seu pessimismo torna-se claro ao dizer que “Se houvesse um povo de deuses, eles governariam democraticamente. Um governo tão perfeito não convém aos homens” (ROUSSEAU, 2008, p. 94). Desta forma, conforme salienta Cunha (1999, p. 147) “A doutrina de Rousseau é uma ideia social e de modo algum um Estado histórico real”.

A partir do século XIX, o liberalismo e a democracia passaram a se integrar e formar um único corpo regimental passando a ser denominado de Democracia Liberal. Neste âmbito, a reivindicação de liberdade e de igualdade de ambos ideais políticos proporcionaram uma relação que tornava inconcebível o surgimento de um Estado que não possuísse ambos princípios¹⁴² (BOBBIO, 1990), sendo vista por Sartori (1994, p. 167) “como uma meada de dois fios”. Neste sentido, a Democracia é interpretada como o próximo estágio ou “desenvolvimento natural” do Estado liberal (BOBBIO, 1990; CUNHA, 1999).

A democracia representativa logrou servir de inspiração e modelo para muitos dos países Latino-americanos durante o século XIX, após as lutas de independência. Entretanto, o que permanecia de fora deste modelo democrático, como no caso venezuelano era a “igualdade”.

Segundo articula Macpherson (1978, p. 23) “O conceito de democracia liberal só se tornou possível quando os teóricos [...] descobriram razões para acreditar que ‘cada homem um voto’ não seria arriscando para a propriedade, ou para a continuidade das sociedades divididas em classes. Porém, vale ressaltar que questões com liberdades e igualdades foram temas centrais em toda a vida política desde a Grécia antiga, haja vista quando Aristóteles diz que “O Princípio

¹⁴² Bobbio desenvolve a sua argumentação afirmando que “o método democrático seja necessário para a salvaguarda dos direitos fundamentais das pessoas, que estão na base do Estado liberal [e que] a salvaguarda desses direitos seja necessária para o correto funcionamento do método democrático (BOBBIO, 1990, p. 43).

fundamental do governo democrático é a liberdade; a liberdade, diz-se, é o objeto de toda democracia” (1995, p. 206), perpassando na atualidade quanto ao estudo de regimes democráticos.

Retomando Constant (1767-1830) e os temas discutidos entre os liberais, ao observarmos o famoso discurso “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos”, pronunciado em 1819, este dizia o seguinte:

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios (CONSTANT, 1819, p. 7).

Benjamin Constant, como liberal, foi um defensor fervoroso do governo representativo, tanto que afirmava ser “o único [regime] sob o qual podemos [...] encontrar alguma liberdade e tranquilidade” (1819, p. 1) e da propriedade privada, o que torna-se presumível na citação acima. Para o autor, a contrário de Rousseau que vislumbrava uma sociedade idealizada em que o poder pesava sobre o povo, a vontade geral; bem comum, tem em Constant a sua antítese ao defender o sistema representativo, que “não é mais que uma organização com a ajuda da qual uma nação confia a alguns indivíduos o que ela não pode ou não quer fazer” (CONSTANT, 1819, p. 14).

Alexis de Tocqueville (1805-1859), político, liberal e historiador francês, após viagem a EUA em seu livro intitulado “Democracia na América”, chama atenção para fissuras que poderiam corromper a democracia, sendo estas, conforme apresenta Quirino (2001) a tirania da maioria e o Estado autoritário-despótico. Conforme aponta Tocqueville (2005, p. 177) “Considero ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria do povo tem direito de fazer tudo; apesar disso situo na vontade da maioria a origem de todos os poderes. Estarei em contradição comigo mesmo?”. Mais adiante, o autor nos apresenta outra observação a respeito da democracia:

O que mais crítico no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como muitos na Europa pretendem, sua fraqueza, mas ao contrário, sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a

pouca garantia que encontramos contra a tirania (TOCQUEVILLE, 2005, p. 296).

Ao se questionar e observar sobre as fissuras da democracia, Tocqueville traz à luz de sua observação, além do despotismo, a tirania da maioria. Em uma sociedade dotada de direitos e obrigações, abre-se espaço para que todos os cidadãos possam participar dos assuntos do Estado: aderir à partidos políticos, votar e ter direito a se candidatar, enfim, participar das discussões que envolvam a nação no âmbito macropolítico e micropolítico, liberdade de expressão, dentre outros.

Porém, observa-se a respeito da discussão que Tocqueville é que há a existência de uma hierarquia, por assim dizer, na sociedade, dividida entre o político, os militantes, e as massas. Para Tocqueville, as massas seriam aquelas em que sua maioria não tem muita opinião ou discernimento sobre a política, cabendo aos grupos políticos, comandados pela militância, a (re)orientar essa massa quanto ao exercício do voto.

Entretanto, há de assinalar que, na atualidade, além dos grupos políticos ou partidos políticos outras instituições também desempenham o papel de informantes nos processos políticos, em especial, nas campanhas eleitorais. As mídias sociais, a partir do século XXI, tem proporcionado uma intensa difusão de informações aos grupos, núcleos sociais e sociedade como um todo.

Jason Brennan (2017), no seu livro intitulado “*Contra la Democracia*” (2017), expressa sua compreensão sobre o comportamento político-eleitoral dos cidadãos ao classifica-los da seguinte forma:

Os hobbits são cidadão pouco informados, com pouco interesse e baixos níveis de participação na política. Normalmente, os hobbits tem compromissos ideológicos volúveis ou simplesmente fracos. Em contraste, os hooligans são cidadãos bastante informados que tem sólidos compromissos com a vida política e sua identidade política. Estão rodeados pelos seus vieses cognitivos, como o viés de conformação ou o enviesamento intergrupar. Para eles, a política é em boa parte um esporte. [...] Os vulcanianos são o tipo ideal; pensadores perfeitamente racionais e muito informados que não possuem nenhuma lealdade inadequada às suas crenças (BRENNAN, 2017, p. 7)¹⁴³.

¹⁴³ Do Original: Los hobbits son ciudadanos poco informados, con escaso interés y bajos niveles de participación en la política. Normalmente, los hobbits tienen compromisos ideológicos volubles o simplemente débiles. En contraste, los hooligans son ciudadanos muy informados que tienen sólidos

As discussões sobre democracia ganham profundidade nos mais variados assuntos que possam vir lhe causar prejuízo. Ou seja, conforme observamos, a democracia como regime político não está livre de possuir um governo autoritário eleito por meios democráticos.

Retomando a questão da representatividade, não é estranho encontrarmos manchetes ou assuntos que tratem da “crise da representatividade”. Mas o que é a representação política e de qual crise ela é acometida?

Primeiro torna-se necessário entender o significado da palavra representação para que assim se possa entender a sua conotação no campo da democracia ou ciência política.

De acordo com os pressupostos teóricos da História Cultural, a ideia que temos da palavra “representar” é a de que ela se manifesta em palavras, imagens ou objeto uma “duplicidade” que, a princípio, poderemos considera-lo falso. Ou seja, expressa uma ideia do que é real, embora apenas faça alusão àquilo que ela ocupa. Um quadro¹⁴⁴, mesmo que pintado de forma bastante realista pelas mãos do mais habilidoso pintor, buscando expressar nele todos os detalhes do modelo que posa, ou uma estátua com feições humanas tão próximas da naturalidade, não teriam espaço no mundo do real como sendo aquele que tenha sido objeto de impressão. Este apenas estaria representando tal ou qual indivíduo ou objeto. Uma bandeira representa uma pátria, mas ela não é a pátria em si. Desta forma, representar é:

[...] estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.

compromisos con la política y su identidad política. Están cercados por sus sesgos cognitivos, como el sesgo de confirmación o el sesgo intergrupala. Para ellos, la política es en buena medida un deporte de equipo. [...] Los vulcanianos son un tipo ideal; pensadores perfectamente racionales y muy informados que no tienen ninguna lealtad inadecuada a sus creencias (BRENNAN, 2017, p. 7).

¹⁴⁴ Um exemplo a respeito do jogo da representação a encontramos na obra de Michel Foucault “As palavras e as coisas” (2000) no Capítulo 1 *Las meninas*. Nela, o autor, faz uma análise sucinta a respeito do mundo da representação no quadro do pintor Diego Velázquez de 1656, em que este se auto retrata a forma em que ao observarmos o vemos como de frente a um espelho e podemos visualizar, ainda que propositalmente de forma limitada, já que encaramos o mundo pelo seu prima frente a um espelho, o mundo a sua volta. Isso leva, conforme Foucault observa, ver o artista no qual “não pudesse ser ao mesmo tempo visto no quadro em que está representado e ver aquele em que se aplica a representar alguma coisa” (FOUCAULT, 2000, p. 20).

A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2007, p. 21)

No entanto, a representação tomou rumos muito além do que a discussão de signos e representatividade no campo filosofia e história cultural. No âmbito da política, a representação vem acompanhada de uma problemática desde que a sociedade passou a se organizar criando um Estado e, especialmente, quando as democracias começaram a ganhar espaço pelo mundo como modelo de regime político a ser seguido.

Para Constant, “O sistema representativo não é mais que uma organização com a ajuda da qual uma nação confia a alguns indivíduos o que ela [não] pode ou [não] quer fazer”, e ainda acrescenta ao expressar que “O sistema representativo é uma procuração dada” (1819, p. 14). Constant também afirma que no modelo de democracia representativa o indivíduo também possui garantias e deveres:

Assim também os povos que, para desfrutar da liberdade que lhes é útil, recorrem ao sistema representativo, devem exercer uma vigilância ativa e constante sobre seus representantes e reservar-se o direito de, em momentos que não sejam demasiado distanciados, afastá-los, caso tenham traído suas promessas, assim como o de revogar os poderes dos quais eles tenham eventualmente abusado (CONSTANT, 1819, p. 14).

A representação, seja ela no campo da filosofia, história ou política parte do mesmo pressuposto, que é o de “tornar o ausente, presente”. Porém, Rabenhorst e Camargo (2013) nos apresentam as problemáticas envolvidas no campo da representação, ao assinalarem o seguinte:

Se um dos primeiros significados do ato de representar é tornar presente aquilo que está ausente, estar-se-ia, portanto, diante de uma impossibilidade? De que maneira é possível tornar presente o que está ausente? A única possibilidade, parece, seria fazê-lo alegoricamente, no sentido exato da palavra: “dizer o outro”. A representação, no entanto, e é isso que vem a torná-la problemática, não pretende apenas “dizer o outro”, mas “dizer pelo outro”. O representante é, assim, ao mesmo tempo um “lugar-tenente” e um “porta-voz” (RABENHORST e CAMARGO, 2013, p. 982).

Essa problemática toma proporções ainda maiores quando observamos uma outra “problemática colocada por Miguel (2013):

[...] não resta dúvida de que a representação política é incontornável para qualquer tentativa de construção da democracia em Estados nacionais contemporâneos. Mas a familiaridade com que a expressão “democracia representativa” é recebida não deve obscurecer o fato de que encerra uma contradição. Trata-se de um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões (MIGUEL, 2013, p. 13).

Observa-se que, por meio das análises acima postas que tal desempenho da capacidade dos partidos políticos em gerir a máquina do Estado e atender as demandas da população além das corrupções entre os partidos gerou crises na América Latina como um todo, aonde questionou-se por meio de estudos e debates político-sociais, proveniente de movimentos sociais e mobilizações saídas e resoluções das crises.

Sobre a crise da democracia, com relação a experiência venezuelana, Puerta afirma que “As principais manifestações da dita crise a encontraremos na debilidade institucional, na ausência de lideranças e no deterioramento dos partidos políticos como canais de participação¹⁴⁵” (PUERTA R, 2006, p. 136. Tradução nossa).

3.2 Democracia na Era Chavista

Alguns temas precedentes à democracia do governo de Hugo Chávez já foram abordados no segundo capítulo deste trabalho. No entanto, abordamos aqui questões históricas imprescindíveis para compreender esse processo democrático

¹⁴⁵ Do original: “Las principales manifestaciones de dicha crisis las encontramos en la debilidad institucional, la ausencia de liderazgos y el deterioro de los partidos políticos como canales de participación” (PUERTA R, 2006, p. 136).

que culminou ao governo chavista, mas, buscando não tirar do foco o tema central deste tópico que é o da “Democracia na era chavista”.

Chávez, foi um fenômeno venezuelano moldado no imaginário coletivo, logo após a sua tentativa de Golpe de Estado articulado no dia 4 de fevereiro 1992¹⁴⁶. O objetivo de tal golpe era derrubar o presidente, na época, Carlos Andrés Pérez, que enfrentava uma crise econômica, social e política, em um cenário marcado por escândalos de corrupção, no qual estava envolvido, resultando no seu *impeachment* em 1993 (VINOGRADOFF, 1994).

Rafael Caldera, eleito em 1994, no seu segundo mandato, não pode fazer muitos avanços quanto aos problemas econômicos que o país vinha enfrentando. Muito pelo contrário, tais problemas se aprofundaram mais ainda, alcançando o marco de 59,9% à diferença do seu antecessor Perez, que era de 44,6% de inflação¹⁴⁷, porém, o governo de Caldera também deu o sinal de que o bipartidarismo que outrora reinava chegava a um fim.

Foi nesse cenário que Chávez se candidatou a presidência da Venezuela, após receber a anistia de Caldera, trazendo consigo todo o imaginário nele investido. Chávez se tornaria sinônimo de esperança.

No entanto, após a sua vitória, iniciou-se um processo de transformações internas no país que provocaram desconfiças e críticas no âmbito doméstico, ora provenientes dos partidos de oposição e da população, ora dos países que com uma linha ideológica contrária da proposta de Hugo Chávez.

Desde a ascensão de Chávez em 1998 até a sua morte em 2013, a Venezuela sofreu inúmeras críticas e denúncias por parte da oposição e dos demais países que eram contrários a algumas de suas atitudes.

Para apresentar e esclarecer os percalços enfrentados na vida democrática do país durante o regime chavista, buscamos alguns critérios propostos por Robert Dahl no seu livro intitulado “A Poliarquia¹⁴⁸” (1971). Ao todo são oito critérios utilizados, sendo eles: “1) liberdade de associação; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para cargos públicos; 5) direito de líderes políticos competirem por apoio; 6) diversidades de fontes alternativas de informação; 7)

¹⁴⁶ Esse episódio também é conhecido como 4F.

¹⁴⁷ Fonte: Crespo (2011).

¹⁴⁸ Do original: Poliarchy: Participation and Opposition (1971).

eleições livres e imparciais e 8) instituições que façam o as políticas governamentais dependam dos votos e outras formas de expressões de preferência¹⁴⁹ (DAHL, 1971, p. 3).

O primeiro critério, “liberdade de associação”, no caso venezuelano nota-se o seguinte: durante as eleições presidenciais de 1998 o cenário político era de descrédito aos partidos clássicos, como AD e COPEI perante a população. Os candidatos presidenciais eram provenientes de novos partidos.

Os preferidos eram Hugo Chavez, que havia se candidatado pelo MVR, Henrique Römer, pelo Proyecto Venezuela (PRVZL) e Irene Sáez, pelo Integración, Renovación, Nueva Esperanza (IRENE).

Conforme tabela abaixo percebe-se o número de votos recebidos pelos candidatos.

Tabela 1

Candidato	Partido Político	Votos	Porcentagem
Hugo Chávez	MVR	3,673,685	56,20%
Salas Römer	PRVZL	2,613,161	39,97%
Irene Sáez	IRENE	127.849	1,96%
Luis Alfaro	ORA ¹⁵⁰	27,586	0,42%
Miguel Rodriguez	APERTURA ¹⁵¹	19,629	0,30%
Alfredo Ramos	LRC ¹⁵²	7,275	0,11%
Radame Leon	NR ¹⁵³	2,919	0,04%
Oswaldo Suju	FS ¹⁵⁴	2,901	0,04%

¹⁴⁹ Do original: “1 – Freedom to form and join organizations; 2- Freedom of expression; 3 – Right to vote; 4 – Eligibility for public office; 5 – Right of political leaders to compete for support; 5a - Right of political leaders to compete for vote; 6 – Alternative sources of information; 7 – Free and fair elections; 8 – Institutions for making government polices depend on votes and the other expressions of preferences” (DAHL, 1971, p. 3).

¹⁵⁰ *Organización Renovadora Auténtica.*

¹⁵¹ *Apertura a la Participación Nacional.*

¹⁵² *La Causa Radical.*

¹⁵³ *Nuevo Rumbo.*

¹⁵⁴ *Frente Soberano.*

Alejandro Esclusa	PLV ¹⁵⁵	2,424	0,04%
Domenico Tanzi	PARTICIPA ¹⁵⁶	1.900	0,03%
Ignacio Quintana G.	OPINA ¹⁵⁷	1,256	0,02%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PDBA, IFES e CNE (1998).

No quadro abaixo se encontram os mesmos partidos participantes e os seus respectivos apoiadores durante a campanha eleitoral para presidente:

Tabela 2

Partidos	Alianças - Apoiadores
MVR	<ul style="list-style-type: none"> • Movimiento al Socialismo (MAS) • Pátria Para Todos (PPT) • Partido Comunista de Venezuela (PCV) • Independientes por la Comunidad Nacional (IPCN) • Gente Emergente (GE) • Movimiento Electoral de Pueblo (MEP) • Solidariedad Independiente (SI) • Acción Agropecuária (AA)
PRVZL	<ul style="list-style-type: none"> • Acción Democrática (AD) • Comité Organizacional Político Electoral Independiente (COPEI) • Por Querer a la Ciudad (PQAC)
IRENE	<ul style="list-style-type: none"> • Factor Democrático (FD) • La Llama de Venezuela (LA LLAVE) • Independientes con Visión de Futuro (INCVF)

¹⁵⁵ *Partido Laboral Venezolano.*

¹⁵⁶ *Participación Complementária.*

¹⁵⁷ *Opinión Nacional.*

ORA	<ul style="list-style-type: none"> • Unión Republicana Democrática (URD) • Rescate Nacional Electoral (RENACE) • Venezuela Unida (VU) • Independientes con el Cambio (ICC) • Frente Independiente Nacional (FIN) • Organización Nacionalista Democrática Activa (ONDA)
------------	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PDBA; IFES e CNE (1998).

Conforme o apresentado nas tabelas acima, durante as campanhas eleitorais para presidente da Venezuela em 1998, houve uma articulação entre os partidos, formando, assim, coligações de oposição durante a campanha eleitoral; confirmando que, para o primeiro critério apresentado por Dahl, havia plena liberdade para que grupos pudessem fazer oposição ao governo. Esta situação também se confirmou durante as eleições presidenciais, ocorridas em 2000, quando se teve o resultado do referendo que Chávez havia defendido durante sua campanha, qual seja, dar uma nova constituição para o país. Neste referendo votaram a favor da mudança da constituição 81,74%, o equivalente a 3.382.075 de pessoas, conforme dados do Conselho Nacional Eleitoral de Venezuela (CNE)¹⁵⁸.

Em tal ocasião o quadro de disputas políticas foi diferente da eleição anterior. Chávez seguia com o partido MVR, bem como tendo o apoio dos partidos de esquerda e centro, saindo vitorioso com 60,3% do total de votos. O candidato Francisco Arias Cárdenas ficou em segundo lugar, com o total de votos de 37,5%. Cárdenas, de formação militar, havia se candidatado à presidência pelo partido *La Causa Radical* (LCR), foi um dos integrantes da tentativa de Golpe de Estado orquestrada por Chávez em 1992 contra o Carlos Andrés Pérez no dia 4 de fevereiro do mesmo ano.

Cárdenas já possuía um histórico, uma bagagem política por ter sido eleito governador do Estado de Zulia em 1995, 1998 e, por último, em 2012.

No entanto, o CNE passou a sofrer críticas da mídia e da oposição após os episódios do referendo de 2004, que questionava a permanência de Chávez no

¹⁵⁸ Para mais informações acessar: <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e010.pdf>. Acesso em: 10 janeiro de 2020.

poder. No entanto, as desconfianças se tornariam mais oblíquas no ano seguinte, em 2005, quando o Tribunal Supremo de Justiça¹⁵⁹ elegeu pessoas simpatizantes ao chavismo. A *Human Rights Watch* expressa o seguinte em seu relatório:

Em maio de 2004, o Presidente Chávez assinou uma lei que atentou gravemente contra a independência do poder judiciário do país, um dia depois que a Assembleia Nacional a havia sancionado. A nova *Ley Orgánica del Tribunal Supremo de Justicia* (LOTSJ) modificou significativamente a composição do máximo tribunal do país a favor do governo, assim como sua relação com os demais poderes do governo¹⁶⁰ (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008, p. 58. Tradução nossa).

Apesar das denúncias e observações de ONGs competentes, “Na disputa legislativa de 2005, a avaliação dos observadores foi mais dura, mas não apontou fraudes”, diz Botelho (2008, p. 20).

O critério da liberdade de expressão tomou proporções que foram de encontro com a crítica internacional quando afirmavam que o governo chavista censurava ou oprimia os meios de comunicações, indo em contrário ao exposto no artigo 57° da Constituição Bolivariana¹⁶¹.

Na época, o mais marcante foi o ocorrido ao canal de televisão RCTV que teve a sua concessão não renovada em 2007, acusada de ter “apoiado o golpe” de 2002, e por ser um canal de oposição ao governo. Conforme Briceño (2007), sobre o caso RCTV, “A centralização dos poderes e o uso dos mesmos em um projeto

¹⁵⁹ Do original: “*Tribunal Supremo de Justicia*”.

¹⁶⁰ Do original: En mayo de 2004, el Presidente Chávez firmó una ley que atentó gravemente contra la independencia del poder judicial del país, un día después de que la Asamblea Nacional la sancionara. La nueva Ley Orgánica del Tribunal Supremo de Justicia (LOTSJ) modificó significativamente la composición del máximo tribunal del país a favor del gobierno, así como su relación con los demás poderes del gobierno (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008, p. 58).

¹⁶¹ Art. 57° - Toda pessoa tem direito a expressar livremente os seus pensamentos, suas ideias ou opiniões seja elas faladas, por escrito ou mediante outra forma de expressão, e de fazer uso de qualquer meio de comunicação e difusão, sem haver censura. É proibido o anonimato, a propaganda de guerra, as mensagens discriminatórias, e a intolerância religiosa (CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. Tradução nossa).

Do original: “Art. 57° - Toda persona tiene derecho a expresar libremente sus pensamientos, sus ideas u opiniones de viva voz, por escrito o mediante cualquier otra forma de expresión, y de hacer uso para ello de cualquier medio de comunicación y difusión, sin que pueda establecerse censura. No se permite el anonimato, ni la propaganda de guerra, ni los mensajes discriminatorios, ni los que promuevan la intolerancia religiosa” (CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999).

hegemônico de inspiração castrista eliminava os direitos e liberdades de opinião” (p. 346), e nem mesmo a carta aberta do Diretor Geral e jornalista da RCTV, Marcel Granier¹⁶², conseguiu mudar a decisão de Hugo Chávez.

Canais como *Televén* e *Globivisión*, que também estavam na mira do Chávez, não tiveram o mesmo resultado, porém, foram comprados indiretamente pelo governo através de simpatizantes, que se mantinham em consonância com o governo para não sofrerem censuras (TOVAR, 2019).

Vale lembrar que em 2002, o governo chavista enfrentou vários protestos, dentre eles o de maior impacto foi a convocação feita pela *Confederación de Trabajadores* (CTV) e a *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (FEDECAMARAS) e do PDVSA em abril de 2002, no qual exigiam a saída de Hugo Chávez da Presidência. O resultado foi o breve golpe que ocorreu 11 de abril, no qual foi abordado no capítulo anterior. No entanto, até dezembro do mesmo ano, o governo de Chávez presenciaria a quarta greve geral.

O direito de voto na Venezuela era notável, principalmente quanto à participação da população nos assuntos do governo. O que se tornava discutível era a sua eficácia, visto que as denúncias persistiam, o que levou a oposição a não participar das eleições da Assembleia Legislativa de 2005.

Embora a participação da população fosse vista como uma forma de manifestação, por outro lado, a sua não participação deixou um vácuo eleitoral permitindo que os partidos de esquerda conseguissem amplo espaço para ocupar as cadeiras sem dificuldades. E isso, por sua vez, terminava por implicar nos demais critérios.

Cada critério estabelecido por Dahl, se observado de forma ampla, condiz a uma série de ingredientes necessários para o funcionamento de uma democracia. Entretanto, o fato de haver um ou mais critérios que não estejam em harmonia pode conduzir a um regime de governo que não se encontra em total consonância com o estabelecido para um regime democrático saudável.

Ao observarmos a experiência democracia na era chavista na Venezuela, há de se notar que houve uma série de transformações no campo político e social. Tais transformações foram provenientes de uma promessa de campanha eleitoral de

¹⁶² Ver Anexo C.

1998, encabeçada por Hugo Chávez, que consistia na criação de uma constituinte para mudar a Constituição em curso, o que de fato aconteceu.

A questão da reforma da Constituição venezuelana já era assunto entre os anos 1989 e 1990 no país. Apesar de que algumas reformas terem sido realizadas, não foram suficientes para aprofundar as transformações que o país desejava e necessitava. Inflações altas, desvalorização da moeda, taxas altas de desemprego e corrupção eram temas centrais no país. O *Caracazo* e as tentativas de golpe de Estado em 1992 foram signatárias do descontentamento da sociedade, tanto no âmbito civil quanto no militar.

Em 1998, Chávez durante sua campanha para presidente, em entrevista ao jornalista Marcel Granier, afirmou-lhe que o golpe de Estado de 1992 teve êxito e surtiu resultados. O entrevistador, por sua vez, rebateu o candidato enfatizando que, na verdade, foi um fracasso, pois o golpe havia levado o país a um aprofundamento das crises, e que permitiu que “dinossauros” voltassem ao poder: “teu golpe serviu para que esse [...] não sei como chama-los, os dinossauros da política venezuelana ganhassem um segundo alento e tomassem o controle do país. O país tem sete anos caminhando para trás”¹⁶³ (Chávez, 1998, *online*).

Segundo Kornblith, “os êxitos políticos” podem ser observados a partir do prisma de que tal tentativa de golpe ganhou a simpatia da população, o que não se pode dizer o mesmo do caso de 27 de novembro (KORNBLITH, 2003), evento que não teve o mesmo impacto da anterior. O ocorrido no dia 27 de novembro, conforme apresenta Kornblith, diz respeito à segunda tentativa de golpe militar orquestrada contra Pérez em 1992.

O fôlego, ou “segundo alento”, conforme o entrevistador Granier, se referia à candidatura e vitória de Rafael Caldera à presidência em 1994. Caldera se elegeu estando em contraposição ao partido que ajudara a fundar, o COPEI. Candidatou-se sem partido com o apoio de um grupo de partidos políticos de centro esquerda e esquerda, denominados pela oposição e população de “*chiriperos*”¹⁶⁴. Tal assunto iremos abordar mais à frente.

¹⁶³ Do original: “tu golpe para lo que sirvió fue, para que todo eso, ...no sé cómo llamarlos, los dinosaurios de la política venezolana cogieran un segundo aire y tomaran el control de país. El país tiene siete años echando para atrás” (CHÁVEZ, 1998, *online*).

¹⁶⁴ A palavra *chiripero* provém da palavra *chiripa* que é como são chamadas as baratas cuja espécie é menor.

Em 1994 a crise já era evidente no sistema político venezuelano. A busca pela legitimidade política baseando-se no apoio popular e nas buscas de soluções políticas foram construídas por meio de um projeto de descentralização do Estado. Além do tema da descentralização, outro fator que demonstrava a falência do modelo *puntofijista* foi a ruptura de Rafael Caldera para com seu partido, o COPEI. Tanto o COPEI quanto a AD foram símbolos do Pacto e do elitismo, e tanto o descrédito como a falência de um sistema político de conciliação de partidos com caráter bipartidário sustentado na renda petrolífera estavam se tornando evidentes.

A partir do início dos anos 80, o país começou a experimentar a crise do modelo rentista; o deterioramento das expectativas do bem-estar coletivo; e a perda de legitimidade e confiança nas principais organizações partidárias e de outro tipo que fizeram possíveis a ordem a ordem democrática. A interação destes processos subjacentes com as decisões e ações adotadas durante o governo de 1989 e em diante concorreram para gerar severos desajustes na antes estável democracia venezuelana¹⁶⁵ (KORNBLITH, 1996, p. 2-3. Tradução nossa)

O modelo político de conciliação entre os partidos políticos e a sua estabilidade dependia dos recursos provenientes do petróleo (ROMERO JIMÉNEZ, 2003). A crise exposta por Kornblith se torna ainda mais evidente ao observarmos as abstenções ocorridas durante as eleições presidenciais de 1968 a 2000 conforme tabela abaixo:

Tabela 3

ANO	PRESIDENTE	RESULTADO TOTAL	ABSTENÇÃO
Rafael Caldera	1968	29,13%	3,27%
Carlos Andrés Pérez	1973	48,70%	3,48%
Luis Herrera Campins	1978	46,64%	12,45%
Jaime Lusinich	1983	56,72%	12,25%

¹⁶⁵ Do original: “Desde inicios de los años 80, el país comenzó a experimentar la crisis del modelo rentista; el deterioro de las expectativas de bienestar colectivo; y la pérdida de legitimidad y confianza en las principales organizaciones partidistas y de otro tipo que hicieron posible el orden democrático. La interacción de estos procesos subyacentes con las decisiones y acciones adoptadas durante los gobiernos de 1989 en adelante, concurrieron para generar desajustes severos en la antes estable democracia venezolana” (KORNBLITH, 1996, p. 2-3).

Carlos Andrés Pérez II	1988	52,89%	18,08%
Rafael Caldera	1993	30,46%	39,84%
Hugo Chávez Frías	1998	56,20%	36,55%
Hugo Chávez Frías II	2000	59,76%	43,69%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no CNE, 2020.

Nos anos 1980, o país vinha enfrentando:

[...] denúncias de corrupção, tanto sobre o governo anterior, o primeiro de Carlos Andrés Pérez, quanto sobre a então administração de Luis Herrera Campíns. Dois meses depois, a Venezuela quebraria, com a desvalorização do bolívar, no dia conhecido como sexta-feira negra (MARINGONI, 2008, p. 86).

A taxa crescente de abstenções conforme tabela apresentada acima e a crise no início dos anos 1980 foram se aprofundando. No entanto, neste cenário, havia-se a esperança de que se repetisse com o governo de Pérez “os bons tempos” (MARINGONI, 2008) da sua primeira gestão. Entretanto, as três últimas cifras demonstram o total descrédito existente em uma parcela da população venezuelana.

As reformas no Estado surgiram em 1984 buscando responder o esgotamento do modelo político (*Puntofijo*) por meio da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que repercutiram nas eleições futuras, permitindo assim, entre outras questões, a “eleição popular, universal e secreta de governadores e prefeitos¹⁶⁶” (MÁRQUEZ, 2004, p. 61. Tradução nossa):

Nos anos que compreendia entre 1985 e 1988, se instalou no país uma consciência, bastante estendida, refletida no ambiente dominante da opinião pública, que buscava promover o processo de reformas. O tema que centrou o debate político nesse período esteve ligado à necessidade de promover a eleição popular, direta e secreta dos governadores dos estados, assim como a criação de uma figura do prefeito municipal e sua eleição popular. A campanha eleitoral de 1988 foi uma boa oportunidade para que o tema das reformas, e

¹⁶⁶ Do original: “elección popular, universal y secreta de gobernadores y alcaldes” (MÁRQUEZ, 2004, p. 61).

especialmente, o da eleição desses funcionários, se colocasse na agenda eleitoral¹⁶⁷ (CONDE, 2004, p. 9. Tradução nossa).

Tais avanços ocorreram, porém a passos lentos, tanto que o resultado foi o *Caracazo* e as tentativas de Golpes orquestradas em 1992. Ao retomar o tema a respeito dos *chiriperos*, Caldera criou o partido *Convergencia* que fez coalizões com partidos pequenos de esquerda, sendo alguns destes partidos o MAS, PCV e o *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP), entre outros. Estes mesmos partidos que outrora foram chamados de *chiriperos* se aliaram anos mais tarde em apoio à primeira candidatura de Hugo Chávez no ano de 1998.

Chávez, durante a sua campanha eleitoral, soube incitar ressentimentos que estavam interiorizados no cidadão venezuelano. Pierre Ansart afirma que a “democracia permitiria romper os sentimentos de impotência, arrancando os indivíduos de suas rumações rancorosas, fazendo deles seres responsáveis de si próprios e membros ativos de uma sociedade participativa” (ANSART, 2005, p. 23). Entretanto, segundo este autor, é no ressentimento não trabalhado e bruto que mora o perigo, pois “os regimes totalitários, fascista ou comunista, tiveram como estratégia ideológica favorecer a formação de um ódio dominante, um ódio exclusivo, exacerbá-lo com fins de mobilização coletiva” (ANSART, 2005, p. 26). Tal afirmação vai de encontro ao que Francis Fukuyama chama de “Política de Ressentimento”, que é quando o político mobiliza um determinado grupo ao sentimento de que foram ignorados e desprestigiados (FUKUYAMA, 2019, p. 6).

Se observarmos os processos políticos democráticos da Venezuela, a sua luta pela implementação e estabilidade do regime político, embora com avanços e retrocessos proveniente em maior parte pelas atitudes e ações de líderes que controlavam o regime, percebe-se que o inimigo, em um determinado momento da história política foi o Caudilho; em outro momento o Ditador caudilho; o Ditador militar; logo depois foram os comunistas; e na Venezuela chavista foram as elites, a

¹⁶⁷ Do original: “En los años que median entre 1985 y 1988, se instaló en el país una conciencia, bastante extendida, reflejada en el ambiente dominante de la opinión pública, que procuraba promover el proceso de reformas. El tema que centró el debate político en ese período estuvo ligado a la necesidad de promover la elección popular, directa y secreta de los gobernadores de los estados, así como la creación de la figura del alcalde municipal y su elección popular. La campaña electoral de 1988 fue una buena oportunidad para que el tema de las reformas, y especialmente, el de la elección de esos funcionarios, se colocara en la agenda electoral” (CONDE, 2004, p. 9).

oligarquia empresarial e política. A disputa pelo controle, pelo poder, sempre buscou se legitimar demonstrando ter caráter democrático, prática utilizada pelos governos de Juan Vicente Gómez (ano-ano), Eleazar López Contreras (1936-1941), Angarita (1941-1945) e Pérez Jiménez (1953-1958).

Retomando a entrevista de Chávez a Granier em 1998, este afirmava que as pesquisas registraram um apoio por parte da população após o Golpe de 80%. Os dados podem variar conforme a empresa de data análise, porém, no jornal de *El Nacional* vemos a notícia a respeito do evento e da porcentagem de apoio por parte da população:

Figura 7- Capa de El Nacional, um dia após o Golpe

EL NACIONAL

Caracas, miércoles 5 de febrero de 1992

• Ancl. M. 10.000.000. Línea 1.000.000.000. Lunes a sábado: 10.000.000.000 Domingo: 10.000.000.000
 • Ancl. M. 10.000.000. Línea 1.000.000.000. Lunes a sábado: 10.000.000.000 Domingo: 10.000.000.000
 • Ancl. M. 10.000.000. Línea 1.000.000.000. Lunes a sábado: 10.000.000.000 Domingo: 10.000.000.000

Oposición respira aliviada:

"Chávez es la salvación de Venezuela"

Intentona golpista del MBR-200 llena de alegría a una oposición cansada de los vicios de AD y COPEL. Sin embargo, a nivel internacional genera rechazo y repudio unánime.

"Me hago solidario con el gobierno de mi amigo CAP" manifestó, desde La Habana, Fidel Castro.

Presidentes de Bolivia, Ecuador, Nicaragua, Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay firman un acuerdo de repudio ante el alzamiento: "Ojalá nunca llegues al poder un gorila como Hugo Chávez".

Hasta ahora la OEA evitó cualquier pronunciamiento.

Ismael García

"Chávez es lo más parecido a Dios que existe"

En la imagen: el secretario general del partido de Chávez, el secretario general del partido de Chávez, el secretario general del partido de Chávez...

Joselo, comediante: "Los artistas no deberían tomar posiciones políticas"

Líder opositor: "Ojalá estos valientes militares nos gobernarán"

Napoleón Bravo y Ángela Zago:

"Chávez tiene todo nuestro apoyo, sin condiciones"

Por el día 5 de febrero, el día de la liberación de Venezuela, se entregó a la Corte Suprema de Justicia, informó que proclamará la independencia...

Encuesta de Datanálisis:

93,2% apoya a los golpistas

Habla la gente en la calle: "Chávez representa la esperanza de un pueblo que se cansó de tanta corrupción. Ya basta de CAP y sus infantes de estadista tercermundista. Aquí no hay democracia, aquí lo que hay son cogollos podridos" dijo la señora María Alejandra López, vecina de Prados del Este.

"Lo mejor de esta insurrección es que mañana tenía examen de Biología y ahora lo más probable es que lo suspendan" afirmó Robert Serra, estudiante.

Kiko Bautista, periodista:

"Aún no sé donde me voy a tatuar la cara de Chávez"

El colapso social/económico que la dirección nacional de su partido no le extrajo sus chequeos en billetes al secretario general del partido de Chávez...

Admite Caldera

"Si yo fuera Presidente, soltaría a esta gente de inmediato"

El ministro, Pedro Pablo Kuczynski, al ser cuestionado sobre la posibilidad de la información según el cual no hay dinero para pagar a los militares golpistas...

Habla Fedecámaras

Chávez es la esperanza de los empresarios

El aumento de los precios de los alimentos para el primer semestre de 1992, se prevé que la inflación será superior a los 30.000 millones de bolívares...

DEPORTES / Béisbol

Manager de La Guaira: "El año que viene sí"

Gustavo Vivas aseguró que el año que viene sí llegará algún día a \$100" se pregunta alguien.

Petróleo venezolano a \$14,25

"Ustedes se imaginan todo lo que podríamos hacer si el barril llegara algún día a \$100" se pregunta alguien.

onte:El chiguire Bipolar (2020)

Nesta única página do jornal fica evidente que todas as esperanças para aquele ano de 1992 foram centralizadas na mão do único personagem, Hugo Chávez.

Há de se ressaltar a importância desta entrevista para este estudo, visto que nela encontramos dois polos de análises políticas, uma proveniente de Chávez e a outra do jornalista Marcel Granier que, com a sua perspicácia jornalística, questiona as análises políticas apresentadas por Chávez, que se apresenta como aquele que irá conduzir a mudança dos paradigmas políticos, sociais, econômicos e a criação de uma constituinte, que foi realizada em 1999.

Granier articulava que, a respeito do tema da constituinte, a impressão que se tinha era a de que os partidos políticos que não participavam das áreas políticas e econômicas viam na constituinte um meio para participarem ou com os fortes ou de retirar estes, que seriam, no caso, a AD e a COPEI. E em um certo ponto de análise esse era o propósito. Com a saída dos partidos clássicos da máquina do Estado, caberia a Chávez se beneficiar da constituinte para proporcionar uma movimentação política em que a maioria fosse da ala partidária do governo Chávez, flexibilizando assim, as disputas internas. Simón Pablo (2018) afirma que a Assembleia Constituinte é o meio para “circunvalar a autoridade de um legislativo desafeto”¹⁶⁸ (p. 219).

Por fim, outro ponto que há que se destacar durante esta entrevista de Chávez é a crítica que este fazia a Rafael Caldera, Presidente da Venezuela naquele momento. Em trecho transcrito temos a seguinte fala:

Marcel Granie – Você é ingrato com Caldera.

Hugo Chávez – Não...! Veja que eu o estou reconhecendo (riso) publicamente...

Marcel Granier – Se não fosse por Caldera você não poderia ser candidato presidencial. Você poderia ser mais reconhecido por... (fala interrompida por Chávez)

Hugo Chávez – Eu sou candidato por um processo histórico de um povo...

Marcel Granier – Ah, sim? E se tivesse continuado o julgamento?

Hugo Chávez – (desconcertado)...bom...(riso)

Marcel Granier – Se tivessem dado continuidade ao julgamento, e te tivessem condenado você não poderia ser candidato presidencial.

Marcel Chávez – Eu acho que Caldera não passaria muito tempo em Miraflores conosco na prisão.

¹⁶⁸ “Su partido, el Movimiento V República (MVR), solo disponía de treinta y cinco de los doscientos siete diputados. Fue en ese contexto en el que Chávez creó una Asamblea Constituyente, aprobada en referéndum en abril, que redactó una nueva Constitución, ratificada en otro plebiscito en diciembre. En 2000, ya al amparo de la nueva Carta Magna, se volvieron a celebrar elecciones presidenciales y legislativas. En esta ocasión el MVR sí se garantizó una cómoda mayoría” (SIMÓN, 2018, p. 219).

Marcel Granier – E por que teria ele medo de vocês na prisão? Foi por isso que o tirou [da prisão]?¹⁶⁹

Chávez responde que Caldera chegou ao poder por ser “produto da rebelião de fevereiro”. Mas, a pergunta em si permaneceu sem uma resposta, tendo um ocaso.

Quais seriam os impactos que o país sofreria caso Hugo Chávez permanecesse na prisão? Muito provavelmente não há como se criar uma resposta hipotética sobre esta questão, mas que existia uma força política dentro das Forças Armadas capaz de criar, não uma, mas duas tentativas de golpe, é um fato.

No próximo subcapítulo, nos centraremos em um dos temas, a igual que a democracia, que se encontram em voga nos estudos de análise política do país: a militarização.

3.2.1 O paradigma bolivariano: políticos caudilhos ou militares no poder?

Observar a Venezuela chavista a partir de 1999 (ano em que Hugo Chávez se legitimou no poder) pelas lentes da atualidade requer não apenas conhecimento prévio da história política pregressa do país e, em especial, conhecer a trajetória de Hugo Chávez neste cenário, surgido das fileiras do exército, ainda um jovem soldado com ideais baseados na árvore das três raízes.¹⁷⁰ Para tal empreendimento requer uma análise analítica e crítica, pois as características políticas de caráter militar que mescla autoritário e carisma em um único indivíduo, no caso Chávez, refletem as feridas abertas que se buscou cicatrizar com O *Pacto de Punto Fijo* em 19.. , e que devido a crise política, social e econômica levou o país à deslegitimação política. A estrutura democrática do país ficou abalada e como consequência presenciou-se uma explosão de sentimentos, consubstanciados em de revoltas, manifestações populares nas ruas, saques e mortes, como foi o episódio do *Caracazo* em 1989 e três anos depois os Golpes de Estado de 4 de fevereiro e 27 de novembro do mesmo ano.

¹⁶⁹ Para ver a entrevista completa: <https://www.youtube.com/watch?v=U8uxmOEwZcw>

¹⁷⁰ Linha ideológica de pensamento baseado nas obras de Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez.

Retrocedendo no tempo, no início século XIX, mais precisamente a partir de 1810, ano em que se deu a independência da Venezuela, o país vivenciou uma série de lutas com o objetivo de lograr a independência da coroa espanhola, bem como para implementar uma república e seguir o caminho de um país democrático.

Não cabe aqui buscar retomar o processo independentista venezuelano, mas sim o de fazer uma reflexão sobre ao passado, visto que há uma relação intrínseca entre o passado, o presente e o futuro do país. Com relação a busca do passado na história, Roger Chartier afirma que “Recordá-lo não significa que a história se repita, e sim destacar que esta pode buscar conhecimentos e ajudar a compreensão crítica das inovações do presente, as quais, por sua vez [...] nos inquietam” (CHARTIER, 2007). É justamente este conhecimento e a compreensão deste passado que no tempo presente movimentam acadêmicos das mais diversas áreas do saber a buscar um entendimento para o momento em que vivem.

A experiência militar venezuelana sempre esteve acompanhada da presença do caudilho, este que cumpria o papel de chefe de Estado, grupo ou região; fosse ele do *llano* ou dos Andes. Mas isso não foi apenas um processo histórico da Venezuela. Muito pelo contrário, essa relação do caudilho-militarismo sempre esteve presente durante o século XIX, especificamente, na maioria dos países latino-americanos.

A manipulação das massas pelos espanhóis, aonde os privilegiados eram provenientes das castas “superiores”, que seriam o *criollos* e os *mantuanos*. Os pardos, negros, índios se encontravam em posições inferiores, sem direitos ou privilégios, sem liberdade e muito menos igualdade; lemas defendidos e causadores de guerras durante todo o período republicano do país. De Simón Bolívar a Ignacio Andrade, de Rómulo Betancourt a Hugo Chávez.

As mesmas lutas de conservadores contra liberais foram as mesmas dos promovedores das democracias contra a ditadura, e da oligarquia (a elite) contra a Revolução Bolivariana que se apresentava como a defensora dos interesses do povo.

Simón Bolívar, exímio militar e estrategista em suas cartas e discursos tinha como base a defesa e liberdade do povo e da nação, ainda que no início não buscasse trazer para as fileiras o grupo de venezuelanos os excluídos que eram em grande escala formado por escravos e índios.

A independência venezuelana foi uma disputa de interesse aonde nenhum grupo queria perder seus privilégios. Assim nos aponta Arturo Uslar Pietri quando faz apontamentos históricos na sua obra *“Historia de la rebelión popular de 1814”*, em que diz que aqueles que declararam a independência formavam “um grupo de homens moderados [...] Queriam a independência da pátria enquanto essa independência não significasse [...] lesão dos interesses pelos quais efetuavam semelhante movimento¹⁷¹” (PIETRI, 1962, p. 15. Tradução nossa). Ao observarmos a citação de Pietri, evidencia-se que as lutas revolucionárias venezuelanas vieram acompanhadas de transformações, fossem elas positivas ou não; muito embora a instabilidade política proporcionasse uma disputa no que o governo era destituído e substituído por outro.

Essa falta de amparo aos excluídos foi o que levou os militares caudilhos como Domingo de Monteverde e Tomas Boves, defensores dos interesses da coroa espanhola que queriam recuperar o território venezuelano, a usarem o rancor e o ressentimento desse grupo de excluídos. O ódio entre classes, a polarização, já era utilizado pelas forças políticas antagônicas, que naquele momento eram preenchidos pelos Patriotas, aqueles que buscavam a independência e os Realistas, os que buscavam retornar o país ao comando da Espanha.

Pietri (1962) afirma que Boves foi o “primeiro condutor das massas”, que “Boves veio a ser então o caudilho que aquelas massas cheias de ódio estavam esperando. Apenas precisava do homem com a força de aproximar o fogo à pólvora. E assim o fez¹⁷²” (p. 83. Tradução nossa). Boves derrubou a República de Bolívar, derrotando os patriotas, alimentando o ódio, usando o rancor e o ressentimento dos pobres, negros e escravos. O povo nada mais era que uma massa desforme moldada por interesses de caudilhos e militares. Não obstante, as disputas ainda iriam cruzar décadas de história política tendo como características as mesmas bases de ódio entre classes:

¹⁷¹ Do original: “un conjunto de hombres moderados [...]. Querían la independencia de la patria mientras esa independencia no significara [...] lesión de los intereses por los cuales efectuaban semejante movimiento” (PIETRI, 1962, p. 15).

¹⁷² Do original: “Boves vino a ser entonces el caudillo que aquellas masas ahítas de odio estaban esperando. Tan solo se necesitaba el hombre que con firmeza acercara el fuego al polvorín. Y lo hizo” (PIETRI, 1962, p. 83).

[...] quando a República se estabeleça definitivamente, continuarão divididos eles e seus descendentes promovendo as revoluções intestinas, predicando os mais avançados princípios políticos, se agrupando ao redor de todas as bandeiras; e diante da suprema necessidade de viver, silenciando os antigos exclusivismos de classe para render palmas aos caudilhos de todo tipo, arrancados das capas inferiores da sociedade pelo furacão das revoluções e enaltecido pelas suas qualidades pessoais, em um povo arrastado fatalmente ao igualitarismo por suas imposições étnicas e geográficas¹⁷³ (LANZ, 1991, p. 48. Tradução nossa).

Essa relação sistêmica entre o caudilhismo e o militarismo só ocorria pela ausência de um setor civil que impedisse os excessos dos militares (SÁEZ, 2015). E dentre estas disputas de “clãs”, de militares-caudilhos, a palavra democracia era entoada sempre como era utilizada pelos agora Conservadores e Liberais. Talvez, compartilhando da ideia de Morón, o problema herdado dos tempos da independência tenha sido a questão da democracia, que, como bem ele diz: “a procura de uma fórmula democrática para o Estado venezuelano orientou toda a história política do século XIX. O caudilho é uma expressão dessa busca. A ditadura dos caudilhos é a contrapartida¹⁷⁴” (MORÓN, 1977, p. 353. Tradução nossa).

Durante os governos caudilho-militares as reformas constitucionais eram frequentes, uma constante, o que, por um lado, denota uma instabilidade política e institucional, enquanto por outro lado, como aponta Mariano Picón Salas, tais reformas constitucionais “permitiam prolongar o governo dos caudilhos e satisfazer seus interesses privados ou a dos seu círculo¹⁷⁵” (SALAS, 2017, p. 128. Tradução nossa). Ou seja, as reformas constitucionais eram as formas pelos quais os militares e caudilhos criavam meios de legitimação, bem como de permanência no poder. Exemplo mais claro é a do caudilho-militar Juan Vicente Gómez que, durante seus

¹⁷³ Do original: “[...] y cuando la República se constituya definitivamente, continuarán divididos ellos y sus descendientes promoviendo las revoluciones intestinas, predicando los más avanzados principios políticos, agrupándose alrededor de todas las banderas; y ante la suprema necesidad de vivir, acallando los rancios exclusivismos de clase para rendir palmas a los caudillos de toda condición, arrancados de las capas inferiores de la sociedad por el huracán de las revoluciones y encumbrados por sus cualidades personales, en un pueblo arrastrado fatalmente al igualitarismo por imposiciones étnicas y geográficas” (LANZ, 1991, p. 48).

¹⁷⁴ Do original: “la búsqueda de una fórmula democrática para el Estado venezolano orientó toda la historia política del siglo XIX. El caudillismo es una expresión de esa búsqueda, el polo negativo de la misma. La dictadura de los caudillos es la contrapartida” (MORÓN, 1977, p. 353).

¹⁷⁵ Do original: “permitían prolongar el mando de los caudillos y satisfacer sus intereses privados o los de su círculo” (SALAS, 2017, p. 128).

27 anos de ditadura, realizou ao todo 7 reformas constitucionais. A sua legitimidade também era proveniente do apoio político que recebia e da sua influência no Exército Nacional, ao ponto de ser comum nomear “presidentes” para assim poder se dedicar ao Exército.

Por certo, a origem dos caudilhos e dos militares na América Latina, até o momento, chega a ser uma incógnita. De acordo com Sáez (2015), tal origem divide opiniões, pois alguns autores acreditam que surgiu dentro das lutas de independência ou ainda durante os anos de dominação da coroa espanhola. Embora seja incerto qual seja a real origem, no entanto, pode-se afirmar que ambas hipóteses podem ter sido a causa primordial de origem, muito embora pareça paradoxal afirmar, pois um fato não existiria sem a ausência do outros, e vice-versa.

No ano de 1998 o panorama venezuelano mudou drasticamente (LUCENA, 1999) com a vitória de Hugo Chávez que trouxe uma renovação político-partidária dentro e fora do Senado. Seu projeto era implementar essas mudanças, e assim as defendeu buscando polarizar e criticar os partidos clássicos como AD e COPEI. No seu ponto de vista, era a política antipartidária, quando os partidos tradicionais perderam espaço nas eleições de 1998, e mais ainda após a promulgação da nova Constituição de 1999, que deu amplo espaço aos partidos emergentes de centro esquerda e progressistas, que tivessem maioria na Câmara e nos demais espaços políticos. E, além dos civis, contava ainda com a presença de militares tanto na política, quanto nos demais órgãos governamentais. José Antonio Rivas Leone afirma que:

Um dos fenómenos registrados na experiência venezuelana com Chávez no poder é o relacionado à militarização da política que em Venezuela tem se expressado na composição da Assembleia Nacional Constituinte em 1999; o Plano Bolívar 2000, uma quantidade importante de militares adeptos a Chávez optando por cargos de eleição popular em repetidas eleições regionais na qualidade de governadores e em menor medida prefeitos, ministros, assessores, e inclusive, PDVSA e o serviço exterior ou a chancelaria tem sido ocupados por homens de uniforme¹⁷⁶ (RIVAS LEONE, 2012, p. 15. Tradução nossa).

¹⁷⁶ Do original: “Uno de los fenómenos registrados en la experiencia venezolana con Chávez en el poder es el relativo a esa suerte de militarización de la política²³ que en Venezuela se ha expresado en la composición de la Asamblea Nacional Constituyente en 1999; el Plan Bolívar 2000²⁴, una importante cantidad de militares adeptos a Chávez optando por cargos de elección popular en reiteradas elecciones regionales en calidad de gobernadores y en menor medida alcaldes, ministros,

O *Plan Bolívar 2000* abriu as portas para a participação ativa dos soldados das *Fuerza Armada Nacional* (FAN)¹⁷⁷ penetrarem nas comunidades e bairros da população venezuelana.

Embora o plano possua um caráter social a princípio, não deixou de chamar a atenção de críticos, analíticos e opositoristas, pois toda a estrutura político-social venezuelana estava em franco processo de militarização. Não bastasse a participação destes na política como governadores, prefeitos, ministros e secretários, ampliou-se o leque para que estes pudessem atuar em obras sociais, escolas e hospitais.

3.2.1.1 “*Viva el Pueblo*” – (neo)populismo chavista?

Chávez encarna o líder carismático que surge como esperança para a população, como sendo aquele que viria solucionar os seus problemas. (DANCINI e NETO, 2016). Nele se encarnava a imagem do candidato que iria romper com os velhos paradigmas implantados pelos partidos tradicionais, que no caso eram a AD e o COPEI, exemplos de um bipartidarismo proveniente do *Pacto de Punto Fijo*.

Crítico dos governos, partidos, carismático e com um discurso que sempre que possível falava de Deus, Chávez trazia para o povo a certeza de que ele possuía a capacidade de ser diferente de todos os seus antecessores, frisava que o mais importante para o momento, era a recuperação da economia venezuelana que se encontrava em total declínio.

A economia em declínio e o crescente descrédito da população com a classe política culminaram no *impeachment* de Carlos Andrés Pérez em 1992, que permitiu o surgimento de Chávez no cenário político signatário da esperança da nação.

Para Barros (2007, p.), “Hugo Chávez assumiu o poder com uma proposta pouco definida”, porém, ficava evidente o seu desprezo ao expressar frases

asesores, e incluso, PDVSA y el servicio exterior o la cancillería han sido copados por hombres de uniforme” (RIVAS LEONE, 2012, p. 15).

¹⁷⁷ Durante o Governo de Hugo Chávez, a FAN passou a se chamar *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (FANB).

ameaçadoras a AD, tais como “Vou fritar no óleo a cabeça dos adecos; se eu fosse presidente, o Congresso não duraria minutos; tenho uma mão no povo e outra nos quartéis; revisarei a política petrolífera¹⁷⁸”. Esse comportamento agressivo de Chávez, por um lado, permitiu uma polarização na política, pois a população passou a se manifestar movida pelo descontentamento e pela desilusão política. Por outro lado, Chávez, apoiado por partidos de esquerda, e como um candidato da esquerda, com o seu carisma expressava com desenvoltura o seu populismo. E é neste ponto que se centra a análise deste subcapítulo “o populismo”, tema bastante recorrente no campo acadêmico, em especial, por aqueles que buscam compreender os traços do regime chavista.

Angélica Abad Cisneros (2012) afirma que no início dos anos 1980, acreditava-se que na América Latina os governos populistas teriam sido extintos pelas ditaduras. No entanto, com a ascensão de Hugo Chávez, voltou-se a discutir o ressurgimento do populismo, bem como da discussão de uma nova categoria denominada de neopopulismo.

Em uma primeira análise, busquemos a definição do termo populismo de Norberto Bobbio. O populismo seria “as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1983, p. 980). Guy Hermet (2003), em um sentido inverso, caracteriza o populismo chamando-o de “síndrome”, já que não existe um consenso quanto à sua definição. No entanto, poder-se-ia dizer que o populismo tem como base fundamental o povo, entendido aqui como a massa, cabendo ao líder populista seduzir, insuflar e redirecionar os seus sentimentos para angariar votos, legitima-se no poder e governar.

Dussel (2012), no entanto, faz uma análise crítica a respeito do termo populismo. Em um primeiro momento o autor analisa o surgimento do populismo latino-americano que no seu ponto de vista iniciou-se a partir de 1910, estendendo até o ano de 1954, com o “golpe de Estado contra J. Arbenz” (DUSSEL, 2012, p.

¹⁷⁸ Do original: Voy a freír en aceite la cabeza de los adecos; si fuese presidente, el Congreso no duraría minutos; tengo una mano en el pueblo y otra en los cuarteles; revisaré la política petrolera. Frase originalmente retirada do site: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-767011>. Em resposta às ameaças de Hugo Chávez á AD, a mesma fez uma propaganda política usando as frases de Hugo Chávez com a resposta da população. Para mais detalhes ver: <https://www.youtube.com/watch?v=our-KNi07j0>.

160). Além desta análise histórica, Dussel observa que o termo populismo utilizado para se referir a governos nacionalistas que se opõe ao modelo político imposto por Washington, não condizem com as características do populismo histórico. Qualificando o populismo atual de governos populares, nacionalistas (DUSSEL, 2012) Enquanto o populismo de esquerda surgiu a partir de 1999, quando aconteceu na Venezuela o fenômeno Hugo Chávez, que seria o ponto de ignição para governos populistas e neopopulistas em toda a América Latina, como Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Lula da Silva no Brasil, dentre outros.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, pode-se dizer que “todos os movimentos populares e políticos a partir de 1999 (tomando como data de referência a promulgação da Constituição bolivariana de 1999) que se opõe ao projeto neoliberal serão taxados de “populistas”¹⁷⁹ (DUSSEL, 2012, p. 4). A crítica consistiria no fato de que:

[...] a ciência social [...] deveria rechaçar o seu uso, porque não cumpre com clareza semântica de ser uma denominação que tenha um conteúdo epistêmico preciso. Se trata simplesmente de um insulto, de um enunciado ideológico encobridor, usado para confundir o oponente sofisticadamente¹⁸⁰ (DUSSEL, 2012, p. 4).

Weyland (2016) prefere ver o populismo pelo prisma político, pois para o autor o governo populista “poder ser de direita ou esquerda, pode ser neoliberal ou realizar intervenções através do Estado – como o fizeram de forma diferente Alberto Fujimori e Hugo Chávez -, entretanto o que tem em comum os líderes populistas é a estratégia política¹⁸¹” (p. 164). O autor afirma que “o populismo sempre estará em tensão com a democracia,” pois “Eles [os populistas] minam as proteções

¹⁷⁹ Do original: todos los movimientos populares y políticos desde 1999 (por tomar como fecha de referencia la promulgación de la Constitución bolivariana en Venezuela) que se oponen al proyecto neoliberal serán tachados de “populistas” (DUSSEL, 2007, p. 4).

¹⁸⁰ Do original: [...] la ciencia social [...] debería rechazar su uso, porque no cumple con la claridad semántica de ser una denominación que tenga un contenido epistémicamente preciso. Se trata simplemente un insulto, de un enunciado ideológico encubridor, usado para confundir al oponente sofisticadamente (DUSSEL, 2012, p. 4).

¹⁸¹ Do original: puede ser derecha o de izquierda, puede ser neoliberal o realizar intervenciones desde el Estado –como lo hicieron de diferente modo Alberto Fujimori y Hugo Chávez–, pero lo que tienen en común los líderes populistas es la estrategia política (WEYLAND, 2016, p. 164).

constitucionais contra o abuso de poder e buscam hegemonia política¹⁸² (WEYLAND, 2013, p. 21. Tradução nossa).

Quanto ao termo neopopulismo, conforme observa Conniff (2004), ressurgiu em 1990, porém com uma ligação mais próxima com o modelo neoliberal, muito embora preservasse as características do populismo clássico como o carisma, com a desenvoltura. O populismo clássico, segundo Conniff (2003, p. 32. Tradução nossa), é um: “movimento político encabeçado por um líder carismático, com seguidores de todas as classes sociais, e cuja atuação produziu uma grande expansão eleitoral¹⁸³”. Ainda com o mesmo autor, o neopopulismo surgiu em três momentos: os anos 1980; nos anos 1990, considerado por ele o verdadeiro neopopulismo; e finais dos anos 1990, quando, afirma o autor, ter surgido: “um neopopulismo militar (ou talvez militarismo populista), representado por figuras como Hugo Chávez, Lucio Gutiérrez e Lino Oviedo¹⁸⁴” (CONNIFF, 2003, p. 33).

Alguns teóricos consideram o governo de Chávez como populista ou neopopulista militar (CONNIFF, 2003). No entanto, Arenas (2004) afirma que o seu governo, muito embora “combine características de ambos” é mais próximo do populismo clássico.

Outro ponto preponderante no populismo venezuelano durante o governo de Chávez é a ligação com o nacionalismo bolivariano. A constante presença do libertador na vida política e social venezuelana proporcionou aos líderes políticos a sustentação de seus discursos e ideais na imagem de Simón Bolívar. Teodoro Petkoff observa que o governo chavista

Ideologicamente, [apoia-se] na utilização instrumental do potente mito bolivariano, sorte de religião laica venezuelana, de difícil compreensão em outros países do continente, onde o rastro do prócer libertador não possui, nem de longe, a profundidade que tem na alma venezuelana. A lembrança de Bolívar, paradoxalmente, tem sido cultivada há muito mais de um século, sobretudo por nossos homens fortes, como uma maneira de legitimar seus abusos com o

¹⁸² Do original: Populism will always stand in tension with democracy [...] They undermine institutional protections against the abuse of power and seek political hegemony (WEYLAND, 2013, p. 21).

¹⁸³ Do original: “movimiento político encabezado por un líder carismático, con seguidores de todas las clases sociales, y cuya actuación produjo una gran expansión electoral. Sus programas prometían reforma, y sus líderes apelaron a la cultura del pueblo como fuente de legitimidad” (CONNIFF, 2003, p. 32).

¹⁸⁴ Do original: “: “un neopopulismo militar (o tal vez militarismo populista), representado por figuras como Hugo Chávez, Lucio Gutiérrez y Lino Oviedo” (CONNIFF, 2003, p. 33).

aval de além-túmulo de El Libertador, entrando profundamente na psicologia popular venezuelana pelas arduas trilhas das frustrações coletivas. Outros também o utilizaram como ferramenta política, mas nenhum com a força e a eficiência de Chávez (PETKOFF, 2007, p. 183).

Conforme abordado, o caráter populista de Hugo Chávez foi apresentando certas características que condizem ao modelo clássico populista. No entanto como apontado por Nelly (2004), Hugo Chávez configura o modelo clássico populista no que se confirma ao exposto por Torre (2013), pois, embora Chávez tenha postura: “contra o domínio da partidocracia, [...] suas políticas econômicas nacionalistas e redistributivas são opostas ao neoliberalismo. Se parecendo mais aos populistas clássicos¹⁸⁵” (TORRE, 2013, p. 125).

Em um primeiro momento, Chávez se sustentava em um constante ataque à elite venezuelana, no antipartidarismo, *outsider*, no nacionalismo bolivariano e na retórica das mudanças políticas, dentre elas, a promulgação de uma nova Constituição. Em um segundo momento, adotou um caráter anti-imperialista após as eleições de 1999, mais especificamente, a partir de 2005, quando se tornaram constantes os ataques de Chávez a George W. Bush e Barack Obama, presidentes dos Estados Unidos da América.

Por fim, a respeito do modelo populista, pode-se afirmar que “o chavismo está longe de ser uma ideologia estruturada. Mais bem, se assemelha a um conglomerado de ideias e referências levadas por um líder carismático¹⁸⁶” (LANGUE, 2008, p. 195. Tradução nossa). No entanto, não deixa de chamar a atenção de analistas e estudiosos.

¹⁸⁵ Do original: “en contra del dominio de la partidocracia, [...] sus políticas económicas nacionalistas y redistributivas son opuestas al neoliberalismo. Se parecen más bien a los populistas clásicos” (TORRE, 2013, p. 125).

¹⁸⁶ Do original: “el chavismo dista de ser una ideología estructurada. Se asemeja más bien a un conglomerado de ideas y referencias llevadas por un líder carismático y de ninguna manera al horrendo proyecto marxista o comunista estigmatizado por parte de la oposición” (LANGUE, 2008, p. 195).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1998, em meio a crise econômica e desilusão dos venezuelanos com os partidos políticos que Chávez foi eleito. A característica era de ataque às elites, ao pacto e à Constituição. Muito embora não possuísse um plano de governo, tais características marcaram o seu discurso durante a campanha eleitoral. Eleito em 1999, extinguiu a Constituição de 1961 proveniente do acordo político democrático entre os partidos signatários e, no mesmo ano, foi aprovada uma nova Constituição, dando início ao que ele denominava a Quinta República.

A ascensão de Hugo Chávez à presidência direcionou o país a uma busca por posição de liderança, tanto no âmbito doméstico quanto no cenário internacional que raramente era presenciado nos países latino-americanos.

O ponto de ruptura com os governos anteriores evidenciou-se durante a administração chavista, que buscava uma integração com os países latino americanos além de dar uma certa continuidade à política externa dos governos anteriores. No entanto, as inúmeras divergências no campo político e teórico sobre as políticas adotadas por Chávez passaram a ganhar força e voz.

A polarização existente entre os apoiadores e a oposição do governo chavista configurou um cenário de ataques e ofensas que, as mídias como a RCTV, acusada de apoiar o golpe de 2002, tiveram a sua concessão não renovada em 2007, gerando um mal-estar no cenário internacional; seu governo, desta forma, passou a ser considerado autoritário.

A democracia venezuelana durante o governo de Chávez, teve como principais características o nacionalismo bolivariano, o populismo e o militarismo,

que estiveram presentes no seu governo, visto que Chávez era um militar. A presença dos militares na sociedade e na política venezuelana ganharam espaço por meio do *Plan Bolívar 2000*, proporcionando uma participação mais direta frente às obras sociais realizadas durante o seu governo.

Entende-se que tratar de compreender a Venezuela através dos processos políticos e lutas pela busca da implantação e construção da democracia requer, ainda que breve, fazer uma análise das lutas intestinais da independência que na historiografia venezuelana corresponderiam a 1810-1830

Esta fase do país serve para não apenas tratar das lutas entre a Venezuela e a Espanha, que queria recuperar o controle da capitania, mas também, é nesse período que vai se formando toda a construção política, ideológica, heroica e por que não dizer mítica da imagem de Simón Bolívar, que fora utilizada como base de todo o discurso e ideologia política do governo chavista.

Ao se inquirir sobre a política adotada durante o governo Chávez, percebe-se que a sua imagem do Libertador viria a persistir e ser utilizada com maior frequência nos discursos de Chávez e na vida política e cultural da Venezuela. No tempo presente, Bolívar representa o arquétipo de justiça, virtude e luta contra a tirania. Arquétipo que foi bastante evocado e invocado nos discursos de Hugo Chávez frente à nação venezuelana.

No que tange à democracia venezuelana, esta começou a se desenvolver a partir de 1830, quando o país saiu da Grã-Colômbia e deu início à chamada Quarta República. Tecnicamente este período da Quarta República perdurou até 1998, ano em que Hugo Chávez foi eleito presidente.

As lutas políticas entre grupos conservadores e liberais durante a República, constituídas por caudilhos, terminaram por enquadrar o país em um cenário de conflito de Guerras Civas e Guerras Federais, direcionando o país a um aprofundamento de repetidas crises políticas, sociais e econômicas. As lutas entre caudilhos começaram a ter um “fim” com a ascensão de José Cipriano Castro Ruíz em 1899, liberal que ascendeu ao poder após a chamada Revolução Liberal Restauradora.

Com o Golpe realizado por Juan Vicente Gómez a Cipriano Castro em 1908, iniciou-se o processo de uma ditadura que, embora fosse caracterizada por uma fachada democrática de eleições, presidentes fantoches, reformulações da constituição, perdurou até 1954, ano em que viria a falecer.

Após 27 anos de ditadura militar, tem-se uma abertura política e democrática no país, bem como o surgimento da classe operária, da classe média, dos partidos políticos, e com a crescente modernização do país, proveniente da renda petrolífera, exigiam-se mudanças nos cenários político, econômico e democrático.

Com o breve retorno da ditadura, que perdurou de 1952 a 1958. Tais episódios fizeram com que os líderes dos partidos AD, COPEI e URD articularsem um acordo no qual prevalecia a mútua cooperação e a defesa da democracia. O acordo que levou o nome de *Pacto de Punto Fijo* (1958), teve o seu expoente por meio da Constituição venezuelana de 1961.

Os próximos quarenta anos que se seguiram o Pacto alcançou um esgotamento que veio a dar sinais a partir dos anos 1980, marcado pela chamada “sexta-feira negra” em que se destaca a desvalorização da moeda e o controle de câmbio. Outro fator econômico que contribuiu para acentuar a crise foi a implantação do pacote neoliberal durante o segundo governo de Carlos Andrés Pérez, que teve como consequência o *Caracazo*, bem como das duas tentativas de golpes sofridas por Pérez em 1992.

Tudo isso mais a descrença da população com os partidos políticos, ao ponto de haver uma crescente abstenção durante as eleições, o presente bipartidarismo, somado às denúncias de corrupção e a busca de reformas na constituição que caminhavam a passos lentos, proporcionaram o esgotamento do modelo *puntofijista* e crise na democracia venezuelana.

Neste sentido, desde que a Venezuela se constituiu como Estado, em 1830, o país vem enfrentando uma constante crise democrática acompanhada de momentos de estabilidade, como é o caso do *Pacto de Punto Fijo*. Tentar ver o desenvolvimento da democracia na Venezuela e sua análise através de alguns dos critérios de análise democrática tornaram-se necessárias para ter uma compreensão mais ampla quanto à qualidade democrática do país, bem como do seu enquadramento como sendo uma Poliarquia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIZO, M. *Correo del Orinoco*. A Medina Angarita no lo tumbaron los adecos sino la Creole, la Standar Oil y Rockefeller, Caracas', 17 octubre 2019. online. Disponível em: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/a-medina-angarita-no-lo-tumbaron-los-adecos-sino-la-creole-la-standar-oil-y-rockefeller/>. Acesso em: 24 fevereiro 2020.

AGUILAR, R. *Animal Político*. www.animalpolitico.com, 11 marzo 2013. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/plumaje/>. Acesso em: 21 fevereiro 2020.

ALEXANDER, R. J. *A Revolução Democrática Venezuelana - Perfil do Regime de Rómulo Betancourt*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1965.

ALMADA, I. *Venezuela, Povo e Forças Armadas*. 1. ed. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.

AMIGÓ, V. A. *analítica.com*, 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080206163333/http://www.analitica.com/va/politica/opinion/4117749.asp>. Acesso em: 23 setembro 2019.

ANSART, P. *As Humilhações Políticas*. In: MARSON, I.; NAXARA, M. *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 15-48. Acesso em: 19 janeiro 2020.

ARENAS, N. *El gobierno de Hugo Chávez: populismo de otrora y de ahora*. Nueva Sociedad, Noviembre 2004. ISSN 200. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/3295_1.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2020.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Editora Escala, v. 16, 1995.

AZEREDO, M. M. D. *A Crise da democracia Venezuelana: Relações com os Estados Unidos*. In: *Venezuela: Visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2001. p. 111-156.

BARROS, P. S. *Venezuela: Mudanças e Perspectivas - A razão chavista*. In: *Mudanças e Perspectivas*. Brasília: FUNAG, v. Coleção América do Sul, 2007.

BETANCOURT, R. *El Petróleo de Venezuela - Obras selectas*. Barcelona: EDITORIAL SEIX BARRAL, S. A., v. 3, 1978.

BETANCOURT, R. *Rómulo Betancourt Antologia Política 1945-1948*. Caracas: Fundación Romulo Betancourt, v. IV, 2006. 462 p. Disponível em: <http://www.c3ig.com/webFRBAgosto2006/EdicioElectroFRB.htm>. Acesso em: 14 setembro 2019.

BETANCOURT, R. *Venezuela, Política y Petróleo*. Caracas: ACADEMIA DE CIENCIAS POLÍTICAS Y SOCIALES, 2007. Disponível em: <https://ia800904.us.archive.org/7/items/venezuela-politica-y-petroleo-romulo-betancourt-2007/%7B00FFA26C-0D85-42AF-AA70-A384B0033260%7D.pdf>.

BEZERRA, A. A. S. *Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da RCTV*. Dissertação, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-06012012-090753/pt-br.php>. Acesso em: 27 janeiro 202.

BOBBIO, N. *Liberalismo e Democracia*. 3. ed. SP: Editora Brasiliense, 1990.

BOBBIO, N. *Liberalismoe Democracia*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Tradução de Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini Carmen C. Varriale. 11. ed. Brasília: Editora UNB, v. 1 e 2, 1983. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

BOLÍVAR, L. N. *Un Presidente Contra el Império: A 100 años de derrocamiento de Cipriano Castro*. Memórias de Venezuela, v. Nº5, p. 32-51, Noviembre-Dciembre 2008. Disponível em: <http://cnh.gob.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/Memorias6.pdf>. Acesso em: 09 abril 2019.

BOTELHO, J. C. A. *A Democracia na Venezuela da Era Chavista*. Aurora, v. 1, n. 2, p. 18-25, Junho 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_dossie_03.pdf. Acesso em: 18 Fevereiro 2019.

BRENNAN, J. *Contra la Democracia*. Tradução de Ramón González Férriz. [S.l.]: Editorial: Deusto, 2017. Disponível em: <https://www.lectulandia.co/book/contra-la-democracia/>. Acesso em: 06 janeiro 2020.

BREWER CARÍAS, A. R. *Recordatório sobre del "Pacto de Punto Fijo" de 1958: Su importancia, significado y efectos políticos*. allanbrewercarias, 2018. Disponível em: <http://allanbrewercarias.com/wp-content/uploads/2018/11/185.-Brewer.-doc.-Recordatorio-sobre-el-pacto-de-Punto-Fijo-1958.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2019.

BREWER-CARÍAS, A. R. *História Constitucional de Venezuela - Colección Tratado de Derecho Constitucional*. Segunda edição. ed. Caracas: Editorial Jurídica Venezolana, v. Tomo I, 2013. Disponível em: <http://allanbrewercarias.com/wp-content/uploads/2014/03/BREWER-TRATADO-DE-DC-TOMO-I-9789803652296-txt.pdf>. Acesso em: 11 fevereiro 2020.

BRICEÑO LEÓN, R. *A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1223-1233, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232006000500012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 janeiro 2020.

BRICEÑO, M. P. D. *Movimientos estudiantiles: profecía de lo posible*. SIC, Caracas, p. 344-346, Sep.-Oct 2007. ISSN 698. Disponível em: http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/SIC2007698_344-346.pdf. Acesso em: 11 janeiro 2020.

BUZETTO, M. *As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana*. Lutas Sociais, SP, 19/20, 2008. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/14.pdf. Acesso em: 24 setembro 2019.

CABALLERO, M. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas: Monte Avila editores, 1998.

CABALLERO, M. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1932)*. [S.l.]: Alfadil Ediciones, 2003.

CALCAÑO, L. G.; ARENAS, N. *¿Modernización autoritaria o actualización del populismo? La transición política en Venezuela*. Cuestiones Políticas, Caracas, 26, 2001. Disponível em: <http://produccioncientificaluz.org/index.php/cuestiones/article/download/14196/14175>. Acesso em: 8 junho 2019.

CANELÓN, F.; GONZÁLEZ, F. *El Modelo Político Puntofijista, Desarrollo, Agotamiento y Perspectiva*. Revista Venezolana de Análisis de Conyuntura, Caracas, v. IV, p. 11-42, ene-jun 1998. ISSN 1. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ac/article/view/11158/10877. Acesso em: 24 janeiro 2020.

CARÍAS, A. R. B. *La Institucionalidad Democrática (1958-1998)*. In: OSORIO, F. O.; STRAKA, T. *Venezuela: República democrática*. Barquisimeto: Grupo Jirahara, 2011. p. 379-410. Disponível em: <https://allanbrewercarias.com/wp-content/uploads/2011/06/676.-660-La-institucionalida-democr%C3%A1tica-1958-1999.doc.pdf>.

CARILLO BATALLA, T. E. C.; CRAZUT, R. J. *Processo Histórico de la Deuda venezolana*. Disponível em: <http://ance.msinfo.info/bases/biblo/texto/BA/BA.04.01.pdf>.

CASSIRER, E. *O mito do Estado*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Conex, 2003.

CAVET, G.; BASTOS, J. D. *Resurgimiento del Movimiento Estudiantil Venezolano: Causas y Consecuencias*. Caracas: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://jovenesenmovimiento.celaju.net/wp-content/uploads/2012/09/VEN-03.pdf>. Acesso em: 25 agosto 2019.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. MG: Autêntica Editora, 2007.

CHÁVEZ, H. *Hugo Chávez Frías | 1998/10/18 | Marcel Granier*. Entrevista concedida a Marcel Granier, Caracas, 18 outubro 1998. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8uxmOEwZcw>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

CHÁVEZ, H. *Con el mazo dando*, 02 fevereiro 2019. Disponível em: <https://www.conelmazodando.com.ve/4-de-febrero-de-1992-alba-de-un-lider-que-desperto-la-llama-revolucionaria-de-un-pueblo>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

CHOURIO, J. G. G. *El discurso del Poder Popular en Venezuela: Mitos y realidades de la Revolución Bolivariana de HugoChávez*. Diálogos Latinoamericanos, p. 1-19, 2011. ISSN 18. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16220050003.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

CISNEROS, A. A. *¿QUÉ ES EL NEOPOPULISMO? REPLANTEAMIENTO CONCEPTUAL PARA UNA INVESTIGACIÓN EMPÍRICA*. Instituto de Iberoamérica - Universidad de Salamanca, 2012. Disponível em: http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/abad_neopopulismo_seminarioinvestigacion_0.pdf. Acesso em: 20 janeiro 2020.

COMANDANTE Invicto: *¡En Pdvsa no regía la meritocrácia sino mitocrácia! Intérpretes: Hugo Chávez*. [S.l.]: Aló Presidente. 2002.

CONDE, E. M. C. *Venezuela 1984-1999: 15 años de historia (La Comisión Presidencial para la Reforma del Estado (COPRE) como mecanismo de innovación política)*, Zulia, v. 20, 2004. ISSN 33. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/cuestiones/article/view/14388>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

CONNIFF, M. *Neo-Populismo en América Latina*. La década de los 90 y después. Revista de Ciencia Política, Santiago, v. vol. 23, p. 31- 38, 2003. ISSN 001. Disponível em: <http://www.revistacienciapolitica.cl/index.php/rcp/article/view/894/546>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

CONNIFF, M. *Neopopulismo en América Latina. ¿Fantasma o realidad?* ed.2. ed. Santo Domingo: Fundación Global Democrácia y Desarrollo, 2004.

CONSTANT, B. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, 1819. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em: 05 janeiro 2020.

CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *CONSTITUCION DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA*. Caracas: [s.n.], 1999.

CONSTITUCION DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA. *Constitucion de los Estados Unidos de Venezuela*. [S.I.]: [s.n.], 1901. Disponível em: <http://clbec.gob.ve/pdf/CONSTITUCION%201901.pdf>. Acesso em: 26 setembro 2020.

CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA. *Constitución de los Estados Unidos de Venezuela*. [S.I.]: [s.n.], 1909. Disponível em: https://derechodelacultura.org/legislacion_nacional/constitucion-de-los-estados-unidos-de-venezuela-de-1909-7489/. Acesso em: 14 fevereiro 2020.

CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA. *Constitución de los Estados Unidos de VENEZUELA de 1922*. Constituciones (1901 -1929), 1922. Disponível em: http://constituciones1857-1894.blogspot.com/2008/07/6_5367.html. Acesso em: 23 agosto 2019.

CONSTITUCION DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA. *Constitución de los Estados Unidos de Venezuela*. [S.I.]: [s.n.], 1936. Disponível em: https://derechodelacultura.org/legislacion_nacional/constitucion-de-venezuela-de-1936-7485/. Acesso em: 09 setembro 2019.

CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA. *Constitución Nacional de 1945*. [S.I.]: [s.n.], 1945. Disponível em: <https://constitutii.files.wordpress.com/2013/01/5.pdf>. Acesso em: 24 fevereiro 2020.

CRESPO, R. El índice de miseria en Venezuela. *Nueva Economía*, Caracas, p. 187-194, noviembre 2011. ISSN 34.

CROES, H. *El Movimiento Obrero Venezolano* (Elementos paea su História). Caracas: Ediciones Movimiento Obrero (E.M.O), 1973.

CUNHA, W. F. D. *Introdução à Ciência Política*. Goiânia: Editora do autor, 1999.

DAHL, R. *Polyarchy*. New Haven and London: Yale University, 1971.

DAHL, R. A. *Sobre a Democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora UNB, 2001.

DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DAMAS, G. C. *El culto a Bolívar y la historiografía venezolana: talla con el historiador Germán Carrera Damas*. Historia da Historiografia. Entrevista concedida a: Anatólio Medeiros Arce, Ouro Preto, p. 200-2011, dezembro 2015. ISSN 19. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwiMqtDIs97nAhVSA9QKHXYACJEQFjAAegQIBRAB&url=https%3A%2F%2Fwww.historiadahistoriografia.com.br%2Frevista%2Farticle%2Fdownload%2F965%2F606&usg=AOvVaw1O3XGpqq5R0azsrzwd7ZRR>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

DANCINI, A. D. N.; NETO, J. J. P. *O caudilhismo venezuelano e suas implicações para a Revolução Bolivariana*. Lutas Sociais, SP, v. 20, p. 114-125, jan-jun 2016. ISSN 36. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/31851/pdf>. Acesso em: 20 janeiro 2020.

DICCIONÁRIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Real Academia Española, 2019. Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 16 dezembro 2019.

DOMÍNGUEZ, F.; FRANCESCHI, N. *HISTORIA GENERAL DE VENEZUELA*. Caracas: Editorial Colegial Bolivariana, 2010.

DOMÍNGUEZ, F.; FRANCESCHI, N. *HISTORIA GENERAL DE VENEZUELA*. Caracas: Editorial Colegial Bolivariana, 2010.

DUHEM, M. *La importancia de definir un concepto de calidad de la democracia*. El Cotidiano, Distrito Federal, v. vol. 21, p. 58-66, noviembre-diciembre 2006. ISSN 140. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32514006.pdf>. Acesso em: 22 fevereiro 2020.

DUSSEL, E. *Cinco Tesis sobre el "populismo"*. In: RESTREPO, M. L. M.; BUELVAS, E. P.; VÁSQUEZ, G. H. *El eterno retorno del populismo en América Latina y el Caribe*. ed.1. ed. Bogotá: CLACSO, 2012. Acesso em: 22 janeiro 2020.

ELIADE, M. *Mito e Realidade*. SP: Editora Perspectiva S.A, 1972.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 8°. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

FRANCESCHI, N. *El Gobierno de Juan Vicente Gómez: 1908-1914*. Caracas: Universidad Metropolitana, 2018. 112 p. Disponível em: <https://www.unimet.edu.ve/unimetsite/wp-content/uploads/2018/11/Gob-JVG-Napoleon-Franceschi-pub.pdf>. Acesso em: 14 fevereiro 2020.

FREUD, S. *Obra Completas: Psicologia das Massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, v. 15, 2011. 300 p.

FUKUYAMA, F. *Identidad: La demanda de dignidad y las políticas de resentimiento*. Barcelona: Planeta, 2019. Disponível em: https://www.marcialpons.es/media/pdf/40231_Identidad.pdf. Acesso em: 19 janeiro 2020.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estagnação Na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GAMUS, R. *El Contenido de la Política Exterior de Carlos Andrés Pérez (1974-1979)*. Expectativas para el nuevo Quinquenio (1989-1993). Dossier. La socialdemocracia y las transiciones a la democracia de la tercera ola (1974-1992), Caracas, 1989. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/socdemo_gamus.pdf. Acesso em: 24 setembro 2019.

GARCÍA, G. P. *El gobierno de Isaías Medina Angarita (1941-1945): Democracia y Rasgos Autoritarios*. Saber, v. 14, n. 2, p. 151-161, 2002. Acesso em: 10 setembro 2019.

GIANFORCHETTA, N. *La Democracia Venezolana en el contexto de la Constitución de 1999: Entre el Es y el Deber Ser*. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), Caracas, p. 1-26, Octubre 2011. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/08762.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. SP: Companhia da Letras, 1987.

GOTT, R. *À Sombra do Libertador*. Maringá: Expressão Popular, 2004.

HERMET, G. *El Populismo como concepto*. REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA, Chile, v. XXIII, p. 5-18, 2003. ISSN 1. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/324/32423101.pdf>. Acesso em: 20 janeiro 2020. Texto traduzido por Jearim Contreras Godoy.

HERNÁNDEZ, A. P. *Escuadra Venezolana en Tiempos de Castro (1902-1903)*. Tiempo y Espacio, Caracas, v. XXXIII, p. 475-490, Julio-Diciembre 2015. ISSN 64. Disponível em: <http://ve.scielo.org/pdf/te/v25n64/art22.pdf>. Acesso em: 09 fevereiro 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Una Década de Chávez: Intolerancia política y oportunidades perdidas para el progreso de los derechos humanos en Venezuela*. Human Rights Watch. United States of America, p. 1-273. 2008.

JUNG, C. G. *Psicologia do Inconsciente*. 2 edição. ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, v. Volume VII/1, 1980.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. RJ: Editora Vozes, v. Volume IX/I, 2000.

KORNBLITH, M. *Crisis y transformación del sistema político venezolano: nuevas y viejas reglas de juego*. In: ALVAREZ, A. (org.) *Crisis y Transformación del Sistema Político Venezolano*. Caracas: [s.n.], 1996. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa97/kornblith.pdf>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

KORNBLITH, M. *Del puntofijismo a la Quinta República: Elecciones y democracia en Venezuela*. Colombia Internacional, Bogotá, p. 160-194, julio-diciembre 2003. ISSN 58. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/812/81205807.pdf>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

LANDER, E. *tni. tni*, 2002. Disponível em: <https://www.tni.org/es/art%C3%ADculo/venezuela-un-dialogo-por-la-inclusion-social-y-la-profundizacion-de-la-democracia>. Acesso em: 23 setembro 2019.

LANGUE, F. *El retorno del pretorianismo venezolano*. Encuentro, p. 195-209, diciembre 2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj8hLv236bnAhVqJ7kGHbjOCiwQFjAAegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.cubaencuentro.com%2Frevista%2Fcontent%2Fdownload%2F82743%2F579961%2Fversion%2F3%2Ffile%2F43f1195.pdf&usg>. Acesso em: 26 janeiro 2020. Traduzido por Xavier Ricardo.

LANGUE, F. *La Venezuela de Hugo Chávez, ¿de la "Revolución pacífica y democrática" a la "paz violenta"? Un ensayo de historia inmediata 1998-2004*. Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona, p. 193-213, 2008. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/BoletinAmericanista/article/view/13220/16557>. Acesso em: 22 janeiro 2020.

LANZ, L. V. *Cesrismo democrático y otros textos*. Caracas: Fundación Ayacucho, 1991.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Diccionario de psicoanálisis*. 6º edição. ed. Buenos Aires: Paidós, 2004.

LEFORT, C. *El Problema de la Democracia*. In: (CERC), C. D. E. D. L. R. C. *Marxismo y Democracia*. [S.l.]: [s.n.], 1985. p. 73-86. ISBN 6.

LEONOV, N. *La Inteligencia Soviética en América Latina durante la Segunda Guerra Mundial*. Estudios Públicos, v. 73, p. 31-63, 1999. Disponível em: [www.hacer.org › pdf › Leonov01](http://www.hacer.org/pdf/Leonov01). Acesso em: 23 setembro 2019.

LIPJHART, A. *Modelos de Democracia: Formas de gobierno y resultadp en treinta y seis países*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A, 2000.

LUCENA, T. *Democr cia cívico-militar o las tentaciones del poder*.  conos - Revista de Flacso - Ecuador, abril 1999. ISSN 7. Disponivel em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/660/646>. Acesso em: 20 janeiro 2020.

LUONGO, L. J. S. *De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez*. Caracas: Monte Avila Editores Latinamericana, 2000.

MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal: Origens e Evolu o*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MANTOVANI, E. T. *El fantasma de la Gran Venezuela: un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-Estado en la Revolución Bolivariana*. Caracas Lugar: CELARG Editorial/Editor, 2014. Disponivel em: "http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/celarg/20160314012622/fantasma_gran_venezuela.pdf" URL.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. SP: Atlas S.A, 2003.

MARINGONI, G. *A Venezuela que se Inventa*. 1. ed. SP: Funda o Perseu Abramo, 2004.

MARINGONI, G. *A Revolu o Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MÁRQUEZ, T. *Presidencialismo, autoritarismo y culto a la personalidad* (Hugo Chávez y el ejercicio del poder). Revista venezolana de análisis de coyuntura, Caracas, v. X, p. 57-77, jul-dic 2004. Disponivel em: <https://www.redalyc.org/pdf/364/36410204.pdf>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

MAYA, M. L. *Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo*. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, p. 55-82, septiembre-diciembre 2008. Disponivel em: <https://www.redalyc.org/pdf/177/17721699005.pdf>. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

MELLADO, C. X. *Hugo Chávez y Venezuela: ¿Por qué tanta controversia? Aportes*, Revista de la Facultad de Economía. BUAP, v. 26, mayo 2004. ISSN IX. Disponível em:

www.eco.buap.mx/aportes/revista/26%20Ano%20IX%20Numero%2026,%20Mayo-Agosto%20de%202004/08%20Hugo%20Chavez%20y%20Venezuela.%20Por%20que%20tanta%20controversia-Cristina%20Xalma%20Mellado.pdf. Acesso em: 8 setembro 2017.

MIGUEL, L. F. *Democracia e Representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MINISTÉRIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN. Gobierno Bolivariano de Venezuela - *Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información*. <http://www.minci.gob.ve>, 2017. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/hace-18-anos-chavez-juro-y-cumplio-la-transformacion-social-y-politica-de-venezuela/>. Acesso em: 21 fevereiro 2020.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. *Libro Blanco sobre RCTV*. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2007.

MIQUILENA, M. A. *El mito bolivariano y la heroicidad trágica*. Anuario ININCO/Investigaciones de la Comunicación, Caracas, v. 29, p. 146-183, enero-junio 2017. ISSN 1. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ai/article/download/15017/144814481690. Acesso em: 21 fevereiro 2020.

MOREIRA, T. C. F. *Qualidade da democracia, representação e congruência política: Um debate teórico-normativo e empírico*. 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, p. 1-29, 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/archivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjI3ODMiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYjg0MGlwZTQzMTIzMmlyYjliNzRiODE3MGE0MTk2ZDMiO30%3D>. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

MORÓN, G. *A History of Venezuela*. Tradução de John Street. London: George Allen & Unwin Ltd, 1964.

MORÓN, G. *A History of Venezuela*. Tradução de John Street. London: George Allen & Unwin Ltd, 1964.

MORÓN, G. *História política contemporânea de Venezuela (1936-1976)*, 1977. Disponível em: <https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/jbla.1977.14.issue-1/jbla-1977-0114/jbla-1977-0114.pdf>. Acesso em: 20 janeiro 2020.

NAZOA BOLÍVAR, L. *Un Presidente Contra el Império: A 100 años de derrocamiento de Cipriano Castro*. Memórias de Venezuela, v. Nº5, p. 32-51, Noviembre-Diciembre 2008. Disponível em: <http://cnh.gob.ve/images/PDDrmemoriasdevenezuela/Memorias6.pdf>. Acesso em: 09 abril 2019.

NEVES, F. J. T. *Tocqueville e Stuart Mill: Reflexões sobre o Liberalismo e a Democracia*. [achegas.net](http://www.achegas.net), maio/junho 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezessete/fabricio_neves_17.htm. Acesso em: 17 janeiro 2020.

NEVES, R. F. *CULTURA POLÍTICA E ELEMENTOS DE ANÁLISE DA POLÍTICA VENEZUELANA*. Brasília: FUNAG, 2010.

NEVES, R. F. *Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: funag.gov.br/loja/download/682-Cultura_politica_e_elementos_de_analise_da_politica_venezuelana.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.

P., Y. U. V. *La política exterior de Venezuela: continuidad y discontinuidad con el pasado*. Cuestiones políticas, Zulia, v. 24, julio - diciembre 2008. ISSN 41. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/cuestiones/article/view/14479/14456>. Acesso em: 26 janeiro 2020.

PACTO DE PUNTO FIJO. *Pacto de Punto Fijo (1958)*. Revista de Artes y Humanidades UNICA, Maracaibo, v. 6, n. 13, p. 237-246, maio-agosto 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1701/170121652013>. Acesso em: 16 setembro 2019.

PARRA, B. B. *Los votos y sus cuentas*. In: BAPTISTA, A. **Venezuela siglo XX: visiones y testimonios**. [S.l.]: Fundación Polar, v. 3, 2000. Disponível em: http://bibliofep.fundacionempresaspoler.org/media/1280139/vsxx_l3_6_convivencia_y_controversias_5_t.pdf. Acesso em: 22 fevereiro 2020.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PDVSA. *Petróleos de Venezuela S.A*, 2020. Disponível em: http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8917&Itemid=569&lang=es. Acesso em: 16 fevereiro 2020.

PERDOMO, R. P. *Estado y justicia en tiempos de Gómez (Venezuela 1909-1935)*. Politeia, Norteamérica, 30, 2007. Disponível em: http://190.169.94.12/ojs/index.php/rev_pol/article/view/2903. Acesso em: 2019 outubro 23.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. 3°. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

PETKOFF, T. *As duas esquerdas*. Nova sociedade, p. 174-187, outubro 2007. Disponível em: https://www.nuso.org/media/articles/downloads/p8-11_1.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2020. "Este artigo é cópia fiel do publicado na revista NUEVASOCIEDAD especial em português, outubro de 2007, ISSN: 0251-3552,".

PIETRI, J. U. *História de la Rebelión Popular de 1814*. Caracas-Madrid: Edime, 1962. Disponível em: <http://biblioteca2.ucab.edu.ve/anexos/biblioteca/marc/texto/AAB2348.pdf>.

POCATERRA, J. R. D. *Memórias de un venezolano de la decandencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, v. Tomo 1, 1990.

PUERTA R, M. I. *Aproximacion al estudio de la crisis del ademocracia y de la representación en Venezuela*. Mañongo, Valencia, p. 35-152, 2006. ISSN 26. Disponível em: <http://servicio.bc.uc.edu.ve/postgrado/manongo26/26-7.pdf>. Acesso em: 06 janeiro 2020.

PURROY, M. I. *Evaluacion del programa económico*. SIC, 52, 1989. 122-130. Disponível em: http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/SIC1989513_122-130.pdf. Acesso em: 24 setembro 2019.

QUIRINO, C. G. *Tocqueville: Sobre a Igualdade e a Liberdade*. In: WEFFORT, F. C. Os Clássicos da Política. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, v. 2, 2001.

RABENHORST, E. R.; CAMARGO, R. P. D. A. *(Re)presentar: contribuições das teorias feministas à noção da representação*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, p. 981-1000, 2013. ISSN 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300013>. Acesso em: 06 janeiro 2020.

REY, J. C. *Castro, Gómez y la integración nacional*. Fundación Universidad Metropolitana, "Apreciación del proceso histórico venezolano", Caracas, 26 agosto 1988. 60-64.

REY, J. C. *El decenio posgomecista y predemocrático, 1936-1945*. Cuaderno de la Fundación, Caracas, 2017. ISSN 19. Disponível em: https://www.academia.edu/11902304/El_decenio_posgomecista_y_predemocr%C3%A1tico_1936-1945. Acesso em: 26 janeiro 2020.

RIVAS LEONE, J. A. *La experiencia populista y militarista en la Venezuela contemporánea*. WORKING PAPERS, Mérida, 2012. ISSN 307. Disponível em: <https://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/wp307.pdf?noga=1>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

RIVAS TORRES, F. E.; ROJAS G., B. Y. *La conformación de los partidos políticos en Venezuela 1928-1948: Un espejo del presente*. Revista Venezolana de

Sociología y Antropología, Mérida, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70517459008>. Acesso em: 14 julho 2019.

ROCHA, E. *Coleção Primeiros Passos*. [S.l.]: Brasiliense, 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxjb250ZW1wb3JhbmVvc2FycXVpdm9zfGd4OjZkMDMzY2UwNTZiZWZWM2ZDE>. Acesso em: 28 novembro 2018.

ROMERO JIMÉNEZ, J. E. *Cambios socio-políticos e insituacionales de la democracia venezolana en el gobierno de Hugo Chávez (1992-2002)*. Utopia y Praxis Latinoamericana, Maracaibo, v. 8, p. 7-43, julio-septiembre 2003. ISSN 22. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/utopia/article/view/2644>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

ROUSSEAU, J. J. *O Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 2008.

SÁEZ, E. C. *El caudillismo y militarismo en Venezuela. Orígenes, conceptualización y consecuencias*. Procesos Históricos. Revista de Historia y Ciencias Sociales, Mérida, p. 143-153, julio-diciembre 2015. ISSN 28. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/200/20041006012.pdf>. Acesso em: 19 janeiro 2020.

SALAMANCA, L. *Crisis de la Modernización y Crisis de la Democracia en Venezuela*. Caracas: ILDIS, 1997.

SALAS, M. P. *Realismo y Cultura en Hispano-América*. Atenea, Concepción, v. 500, p. 33-319, 2009. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/atenea/n500/art_23.pdf. Acesso em: 29 novembro 2019.

SALAS, M. P. *Suma de Venezuela*. digital. ed. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2017. Disponível em: http://www.elperroylarana.gob.ve/wp-content/uploads/2017/01/suma_de_venezuela.pdf. Acesso em: 29 setembro 2020.

SARTORI, G. *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Editora ática, v. Vol.1, 1994.

SARTORI, G. *La Democracia en Treinta Lecciones*. Tradução de Alejandro Pradera. [S.l.]: Editora Taurus, v. Mexico, 2009.

SCHEIDT, E. *A questão nacional nos discurso do Presidente Hugo Chávez*. OPSIS, Catalão, v. 14, n. Especial, p. 496-516, 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=2ahUK EwiCgsqCtqbnAhXkHrkGHRKBC8oQFjAGegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.ufg.br%2FOpsis%2Farticle%2FviewFile%2F29805%2F18254&usg=AOvVaw 2TvIVmPbul1fal3j2sKQ9p>. Acesso em: 27 janeiro 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. *A Pesquisa Científica*. In: SILVEIRA, T. E. G. E. D. T. *Métodos de Pesquisa*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMÓN, P. *El Príncipe Moderno: democracia, política y poder*. Barcelona: Debate, 2018.

SKORUPSKI, M. A. *Reflexões sobre os conceitos de Democracia e Estado*. Revista Estudos, Goiânia, v. 21, p. 125-143, jan/jun 1994.

SUGIZAKI, E. *A Democracia na Política de Aristóteles*. Fragmentos da Cultura, Goiânia, v. 10, p. 535-561, maio/jun 2000. ISSN 3.

TAMAYO, P. *Homenaje y Demanda del Indio*. Libros Raros y Manuscritos en La Biblioteca Nacional, 1928. Disponível em: <http://manuscritosantiguos.blogspot.com/2009/10/pio-tamayo.html>. Acesso em: 14 julho 2019.

TOCQUEVILLE, A. D. *Democracia na América: Sentimentos e Opiniões*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2004.

TOCQUEVILLE, A. D. *A Democracia Americana: Leis e Costumes*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2005.

TORRE, C. D. L. *El populismo latinoamericano: entre la democratización y el autoritarismo*. Nueva Sociedad, p. 120-137, octubre 2013. Disponível em: https://nuso.org/media/articles/downloads/3983_1.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2020.

"Este artículo es copia fiel del publicado en la revista Nueva Sociedad No 247, septiembre-octubre de 2013, ISSN: 0251-3552,"

TOVAR, M. *RCTV: 12 años bajo la censura del chavismo*. El Estímulo, 2019. Disponível em: <https://elestimulo.com/rctv-12-anos-bajo-la-censura-del-chavismo/>. Acesso em: 10 janeiro 2020.

UNHCR. *UNHCR STATISTICS*. unhcr.org, 2020. Disponível em: http://popstats.unhcr.org/en/overview#_ga=2.27636345.411609277.1582408526-1198848044.1582408526. Acesso em: 21 fevereiro 2020.

VALLES, H. T. *La renta petrolera y los latifundistas durante el gomecismo*. 1°. ed. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2016.

VELASQUEZ, R. J. *Betancourt en la historia de Venezuela del siglo XX*. Caracas: Ediciones Centauro, 1980.

VENEZUELA, C. D. E. D. *Constitución del Estado de Venezuela*. Caracas: [s.n.], 1830. Disponível em: http://catalogo.mp.gob.ve/min-publico/bases/marc/texto/Otros_documentos/septiembre_1830.pdf. Acesso em: 16 dezembro 2019.

VENEZUELA, C. D. L. E. U. D. *Constitución de los Estados Unidos de VENEZUELA de 1922*. Constituciones (1901 -1929), 1922. Disponível em: http://constituciones1857-1894.blogspot.com/2008/07/6_5367.html. Acesso em: 23 agosto 2019.

VENEZUELA, C. D. L. E. U. D. *Portal Iberoamericano de Derecho de la Cultura*. Portal Iberoamericano de Derecho de la Cultura, 1928. Disponível em: https://derechodelacultura.org/legislacion_nacional/constitucion-de-los-estados-unidos-de-venezuela-de-1928-7488/. Acesso em: 29 abril 2019.

VILLALBA, J. *Historia Contemporánea de Venezuela*. Historia Contemporánea de Venezuela, 1928. Disponível em: <https://historiadevzla.wordpress.com/2012/06/03/discursोजovitovillalbageneracion928/>. Acesso em: 14 julho 2019.

VINOGRADOFF, L. *Carlos Andres Pérez, encarcelado por corrupción*. elpais.com, 19 may 1994. Disponível em: https://elpais.com/diario/1994/05/19/internacional/769298409_850215.html. Acesso em: 16 fevereiro 2020.

VINOGRADOFF, L. *Caracas despierta con saqueos*. La salida de Chávez del poder provoca violentos enfrentamientos entre sus partidarios y los del nuevo Gobierno. elpais.com, 2002 abril 2002. Disponível em: https://elpais.com/diario/2002/04/14/internacional/1018735205_850215.html. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

VIZENTINI, P. F. *A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001)*. In: GUIMARÃES, S. P. G.; CARDIM, C. H. *Venezuela: Visões brasileiras*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2001. p. 57-84.

VIZENTINI, P. F. *A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001)*. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. *Venezuela: Visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 57-84. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/257-Venezuela_Visoos_Brasileiras.pdf. Acesso em: 24 setembro 2019.

WATCH, H. R. *Una Década de Chávez - Intolerancia política y oportunidades perdidas para el progreso de los derechos humanos en Venezuela*. Human Rights Watch. [S.l.]. 2008.

WEBER, M. *El Político y el Científico*. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

WEYLAND, K. *The Threat from the Populist Left*. Journal of Democracy, v. 24, p. 18-32, July 2013. ISSN 3. Disponível em: http://media.library.ku.edu.tr/reserve/resspring16/Intl532_ZOnis/6_Optional.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2020.

WEYLAND, K. *El populismo: ¿una amenaza a la democracia en América Latina? Un diálogo con Kurt Weyland*. Revista de ciencias sociales Íconos, Quito, v. 20, p. 163-168, May 2016. ISSN 55. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/8766/1/RFLACSO-Ic55-08->

Ponton.pdf. Acesso em: 22 janeiro 2020. Entrevista concedida a Jenny Pontón Cevallos.

XALMA, C. *Manipulación mediática y estrategia de derrumbe de una Reforma Progresista - Hugo Chávez y Venezuela: ¿Por qué tanta controversia?* aporrea, 2004. Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/a7525.html>. Acesso em: 23 setembro 2019.

ZERO, M. *Para Entender a Venezuela*, agosto 2017. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Para-Entender-a-Venezuela.pdf>. Acesso em: 27 janeiro 2020.

ANEXOS

ANEXO A - DISCURSO DE JOSÉ CIPRIANO CASTRO RUIZ

Discurso de Cipriano Castro

(Caracas, 9 de diciembre de 1902)

Venezolanos:

¡La planta insolente del Extranjero ha profanado el sagrado suelo de la Patria!

Un hecho insólito en la historia de las Naciones cultas, sin precedentes, sin posible justificación, hecho bárbaro, porque atenta contra los más rudimentarios principios del Derecho de Gentes; hecho innoble, porque es fruto del contubernio inmoral y cobarde de la fuerza y la alevosía, es el hecho que acaban de realizar en la rada de La Guaira hace pocos momentos las Escuadras alemana e inglesa: sorprendieron y tomaron en acción simultánea y común, tres vapores indefensos de nuestra armada que habían entrado en dique para recibir reparaciones mayores.

Venezolanos:

El duelo es desigual porque el atentado ha sido consumado por las dos naciones más poderosas de Europa contra éste nuestro País que apenas convalece de largos y dolorosos quebrantos y porque ha sido realizado de aleve manera, pues Venezuela no podía esperar tan insólita agresión desde luego que no habían precedido las fórmulas de estilo en semejantes casos. Pero la justicia está de nuestra parte, y el Dios de las Naciones que inspiró a Bolívar y a la pléyade de héroes que le acompañaron en la magna obra de legarnos, a costa de grandes sacrificios Patria, Libertad & Independencia, será el que en estos momentos decisivos para la vida de nuestra nacionalidad, nos inspire en la lucha, nos aliente en el sacrificio y nos asista en la obra también magna de consolidar la Independencia Nacional. Por mi parte, estoy dispuesto a sacrificarlo todo en el altar augusto de la Patria; todo, hasta lo que pudiera llamarse mis resentimientos por razón de nuestras diferencias intestinas. No tengo memoria para lo que de ingrato pueda haber en el pasado. Borrados quedan en mi pensamiento de político y de guerrero todo lo que fue hostil a mis propósitos, todo lo que ha podido dejar una huella de dolor en mi corazón. Delante de mí no queda más que la visión luminosa de la Patria, como la soñó Bolívar, como la quiero yo.

Y puesto que ésta no puede ser grande y poderosa sino en el ambiente de la confraternidad de sus hijos, y las circunstancias reclaman el concurso de todos éstos, en nombre de aquellos mis sentimientos y de éstas sus necesidades, abro las puertas de todas las cárceles de la República para los detenidos políticos que aún permanecen en ellas; abro asimismo las puertas de la Patria para los venezolanos que por iguales razones se encuentren en el Extranjero y restituyo al goce de las garantías constitucionales las propiedades de todos los revolucionarios que estaban empobrecidas por razones de orden público. Más todavía, si sobreviviere a los acontecimientos y fuere preciso para la salud de la Patria despojarme del elevado carácter con que me han honrado los pueblos y con el cual voy a la lucha, estoy listo a mi separación a la vida privada, quedando siempre mi espada, por supuesto, al servicio de la República, y podéis estar seguros de que me retiraré satisfecho sin las nostalgias del Poder, porque mi aspiración mayor es ver a mi Patria grande, próspera y feliz.

Venezolanos:

El sol de Carabobo vuelve a iluminar los horizontes de la Patria y de sus resplandores surgirán temeridades como la de las Queseras del Medio, sacrificios como el de Ricaurte, asombros como el de Pantano de Vargas, heroísmos como el de Ribas y héroes como los que forman la Constelación de nuestra grande Epopeya. Hoy por una feliz coincidencia conmemoramos la fecha clásica de la gran Batalla decisiva de la Libertad Sudamericana, la batalla de Ayacucho, hagamos votos porque nuevos Sucre vengán a ilustrar las gloriosas páginas de nuestra Historia Patria.

Cipriano Castro.

Caracas, 9 de diciembre de 1902.

ANEXO B - COMUNICADO DA JUNTA REVOLUCIONÁRIO DE GOVERNO

PRIMER COMUNICADO A LA NACIÓN DE PARTE DE LA JUNTA REVOLUCIONARIA DE GOBIERNO CONSTITUIDA COMO PRODUCTO DE LA “REVOLUCIÓN DE OCTUBRE” DE 1945 (19 DE OCTUBRE DE 1945)

Esta noche, después del triunfo alcanzado por el Ejército y el pueblo unidos contra el funesto régimen político que venía imperando en el país, ha quedado constituido un Gobierno Revolucionario Provisional. Lo integran dos oficiales del Ejército, el Mayor Carlos Delgado Chalbaud y el Capitán Mario Vargas; cuatro dirigentes de Acción Democrática, señor Rómulo Betancourt, doctor Luis B. Prieto F., doctor Gonzalo Barrios y doctor Raúl Leoni; y el doctor Edmundo Fernández, de filiación política independiente. Lo preside el señor Rómulo Betancourt. Este Gobierno Provisional tendrá como misión inmediata la de convocar al país a elecciones generales, para que mediante el sistema de sufragio directo, universal y secreto, puedan los venezolanos elegir sus representantes, darse la Constitución que anhelan y escoger el futuro Presidente de la República. Este Gobierno constituido hoy hará enjuiciar ante los Tribunales, como reos de peculado, a los personeros más destacados de las administraciones padecidas por la República desde fines del pasado siglo. Están presos, y deberán comparecer ante los Tribunales a explicar el origen de sus fortunas, la mayor parte de esos reos contra la cosa pública. El General López Contreras y el General Medina Angarita, se encuentran entre los detenidos. Ninguno de ellos ha sufrido ni sufrirá vejamen en su persona, ni atropello de ninguna naturaleza. Pero deberán devolver a la Nación y al pueblo lo que le usurparon mediante el deshonesto manejo de los dineros públicos. Severo, implacablemente severo será el Gobierno Provisional contra todos los incursos en el delito de enriquecimiento ilícito, al amparo del Poder. Tomaremos inmediatas medidas encaminadas a abaratar el costo de la vida y a elevar las condiciones económicas y sociales en que vive el pueblo. Sin demagogia ni aparatosidad, con la sencillez de quienes están cumpliendo con su deber hacia la colectividad, afrontaremos con ánimo de contribuir a su solución las más apremiantes necesidades de las clases media, obrera y campesina.

Garantizaremos el orden público, sin apelar a violencias coercitivas. Habrá garantía para el libre desarrollo de las actividades de todas las clases sociales. Será mantenido en vigencia el Decreto de Suspensión de Garantías Constitucionales, hasta tanto no sea recuperado el orden público turbado, para cuyo efecto pedimos y esperamos la colaboración ciudadana. Por todo cuanto de promisorio tiene para Venezuela el advenimiento de un régimen de intención honrada y de manos limpias, éste necesita ser asistido y respaldado por toda la Nación. Los enemigos de la Revolución Popular y Democrática triunfante querrán detenerla, para que de nuevo se entroniquen la inmoralidad administrativa y 104 la despreocupación ante los problemas públicos que secularmente han venido caracterizando a los gobiernos venezolanos. El pueblo venezolano, todas las clases sociales democráticas de la Nación, nos respaldarán con su fervor solidario; y ese respaldo hará posible el logro de nuestro objetivo central como Gobierno Provisional: garantizar unas elecciones libérrimas, sin imposición ni parcialización ejecutivista por ninguna de las corrientes políticas en pugna, para que de las limpias manos del pueblo surja un Presidente de la República lealmente asistido de la confianza nacional. En política internacional mantendremos relaciones permanentes con todas las Naciones Democráticas, especialmente con los países de Latino América, Estados Unidos del Norte, la Inglaterra Laborista y la Unión Soviética. Al hablarle a la Nación, este Gobierno Provisional quiere exaltar el desinterés generoso y patriótico de la oficialidad, clases y soldados del Ejército, la Marina y la Aviación, virtudes de las que han dado impresionante revelación con esta jornada magnífica, la cual ha contribuido a que Venezuela comience a incorporarse al número de las Naciones realmente democráticas de América. Su actitud, unida a la valerosa decisión del pueblo, ha hecho posible esta hora en que la nueva Venezuela afirma su voluntad de hacer historia.

Miraflores, 19 de octubre de 1945

ROMULO BETANCOURT
CAPITAN MARIO VARGAS
LUIS B. PRIETO F.
DOCTOR GONZALO BARRIOS

MAYOR CARLOS DELGADO CHALBAUD
DOCTOR RAUL LEONI DOCTOR
DOCTOR EDMUNDO FERNÁNDEZ

ANEXO C- A CONFERÊNCIA ANTICOMUNISTA

LA X CONFERENCIA INTERAMERICANA DE CARACAS¹⁸⁷

De todos los asuntos que se han debatido durante los veintiocho días que ha durado la X Conferencia Interamericana de Caracas, han destacado por su importancia el problema comunista y la cuestión del colonialismo.

El problema económico que parecía iba a ser la base de la Conferencia, indudablemente por falta de tiempo solamente, se ha planteado en líneas generales, y de él se tratará en una próxima reunión del ministro Hacienda y Economía, que tendrá lugar en el último trimestre del presente año en Río de Janeiro.

El problema comunista. — El representante de los Estados Unidos en la Conferencia, secretario de Estado de este país, señor Foster Dulles, presentó ante la Comisión de Asuntos Políticos una moción anticomunista que más tarde iba a ser aprobada plenamente.

Gracias a la habilidad de este alto funcionario, (jue en sus discursos rehuyó cualquier ataque directo a ningún régimen de los países de América española, que con el pretexto del anticomunismo pudiera prever un futuro 'intervencionismo, pudo plantearse el problema del peligro comunista como una amenaza que afecta a la integridad territorial americana y a su independencia nacional y ser, por tanto, esta propuesta una continuación en este siglo de la doctrina de Monroe, que ahora, con carácter de declaración conjunta y no unilateral como aquélla, hacen todos los países de América.

La moción anticomunista norteamericana, en líneas generales, concierne a las actividades del movimiento comunista internacional por constituir ello una intervención en los asuntos americanos, expresa la determinación, de los Estados de América para preservarse de este peligro, y recomienda la aplicación de medidas que requieran la declaración de la identidad, actividades y procedencia de los

¹⁸⁷ Fuente: <<https://dialnet.unirioja.es> > descarga > artículo >

fondos de que disponen las personas que diseminan propaganda del movimiento comunista internacional, y otras exigiendo el intercambio de información entre los distintos gobiernos para el cumplimiento de los propósitos de esta resolución. Para anidar las posibles suspicacias que pudiera crear esta declaración, la misma Delegación

norteamericana presentó una adición a su propuesta en la que textualmente se dice lo siguiente:

"Esta declaración de política exterior hecha por las Repúblicas americanas en relación con los peligros de origen [extracontinental] está destinada a proteger y no a menoscabar el derecho inalienable de cada Estado americano de elegir libremente su propia forma de gobierno y sistema económico y de vivir su propia vida social y cultural.' La moción fue aprobada con el voto a favor de todas las Delegaciones con excepción de Guatemala, que votó en contra, y de Argentina y [México], que se abstuvieron.

De las enmiendas presentadas por Argentina, [México] y Colombia, solamente la de este último país mereció la aprobación. Problema colonial. — Se presentaron sobre esta materia dos propuestas: una por la República Argentina y otra por los Estados Unidos del Brasil.

La moción Argentina declara que la voluntad de los pueblos de América es que sea eliminado definitivamente el colonialismo y la ocupación de los territorios americanos por países [extracontinentales]. Expresa las simpatías de las Repúblicas americanas a las legítimas aspiraciones de los pueblos dominados de alcanzar su soberanía, y proclama finalmente la solidaridad de las Repúblicas americanas con los justos deseos de los pueblos de América de restaurar la independencia de aquellos territorios ocupados por potencias no americanas, y repudia igualmente el empleo de la fuerza para continuar dicha ocupación. La moción brasileña distingue entre aquellos territorios ocupados por potencias [extracontinentales], donde existen movimientos nacionalistas, como son las posesiones inglesas, holandesas y francesas del Caribe y de aquellos otros territorios que se encuentran en litigio como son las Malvinas, Honduras Británica, Antártida, etc., y declara que la moción presentada se refiere solamente a los primeros, formulando votos para que tales litigios o reclamaciones se resuelvan a la mayor brevedad posible, de acuerdo con las medidas de solución pacíficas previstas en los Tratados vigentes.

Estados Unidos fue el único que se abstuvo en la votación, siendo el resto de los votos favorables a estas propuestas. La abstención norteamericana se fundamentó en la consideración de que los Estados Unidos opinan que estos problemas territoriales deben resolverse por la Organización de las Naciones Unidas y no por la Conferencia Interamericana que consideran incompetente para ello.

La Comisión de Estilo de la Conferencia aprobó con ligeras modificaciones de forma, el texto de ambas propuestas.

Discriminación racial íntimamente ligado al problema comunista, Panamá presentó un proyecto de discriminación racial en el que se recomienda que. "los Estados americanos adopten o vigoricen, donde fuera necesario, las medidas legales y educacionales para hacer efectiva la abolición de la discriminación racial, dando así cumplimiento a la concepción americana de derechos del hombre y como forma de combatir el comunismo internacional".

Finalmente, la Conferencia Interamericana de Caracas aprobó la llamada "Declaración de Caracas", en la que se señala que "la protección de los derechos humanos constituyo uno de los puntos cardinales del sistema interamericano", y en este sentido reafirmó los innegables derechos del individuo sin distinción de raza, nacionalidad, credos, sexo: y del listado de elegir libremente sus instituciones y formas de gobierno. Por último, en la sesión de clausura se acordó que la próxima Conferencia Interamericana tenga lugar en Quito dentro de cinco años.

R. G. J

ANEXO D - CARTA ABERTA AO PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ

Carta abierta a Hugo Chávez del director del canal RCTV¹⁸⁸

Ciudadano Hugo Rafael Chávez Frías. Presidente de la República Bolivariana de Venezuela:

24 de mayo de 2007 - 09:05

Las muestras de fortaleza, dignidad y entereza que han dado los trabajadores de RCTV y sus familias en estos difíciles momentos solo me llenan de admiración y estima.

Es por ellos y por Venezuela, ciudadano Presidente, que seguimos firmes en nuestra decisión de hacer que se respete nuestro derecho a seguir operando. En RCTV hay casi 3.000 personas que tienen el derecho a seguir trabajando en la misma empresa donde han escogido trabajar durante tantos años. Hay más de 5.000 trabajadores indirectos que tienen derecho a continuar en sus trabajos y en sus negocios. Nadie, ni siquiera usted, puede decidir arbitraria e ilegalmente que el producto de su trabajo ahora deba ser sustituido por el producto del trabajo de otros, por más respetable que sea.

En un país donde cada vez se crea más desempleo, mi compromiso y el de los otros accionistas de RCTV, es luchar para que esta empresa de trabajadores venezolanos siga operando bajo las mismas condiciones que hasta ahora lo ha hecho, pues es la única que asegura la estabilidad de la empresa y, por consiguiente, la de los trabajadores. En esta defensa, lo único que no se negocia es la libertad de expresión. No podemos hacerlo aunque quisiéramos, porque pertenece a los venezolanos y no podemos ponerla en una mesa de discusión.

¹⁸⁸ <https://www.abc.com.py/edicion-impres/internacionales/carta-abierta-a-hugo-chavez-del-director-del-canal-rctv-983577.html>

Afectar ese derecho es inaceptable, como lo es afectar los derechos de los trabajadores. Por eso yo le pido ciudadano Presidente que recapacite, porque los verdaderos gobernantes ni dejan sin empleo al pueblo al que deben proteger, ni silencian a sus críticos.

Si observamos a nuestro alrededor, a los gobernantes de América Latina, incluso a quienes como usted, siguen una línea política de izquierda -me refiero a los presidentes Lula, Bachelet, Torrijos, Vázquez o Kirchner- todos gobiernan tolerando a sus opositores. A ninguno de ellos se le ha ocurrido cerrar un medio de comunicación porque le da cabida a quienes piensan distinto.

Esa es la verdadera fortaleza de un líder democrático. La de convencer a los ciudadanos con su visión, pero a la vez la de escuchar opiniones diferentes. La de resistir la fiscalización de los gobernados y de los medios. La de respetar la libertad de pensamiento, información y expresión. Ello forma parte esencial de la democracia.

Lo que Usted pretende en la Venezuela de hoy, en contra del mandato que recibió en las urnas, es algo para lo que no se requiere valor. Pretende una Venezuela en la que nadie opine o exprese una idea distinta al discurso oficial.

Tiene usted ya el control total de la Asamblea Nacional. No contento con ello, logró que ese organismo le otorgara poderes ilimitados para legislar y reformar la Constitución. El Poder Judicial está sometido constantemente a la intimidación y la presión de su gobierno. Algunos medios, como usted mismo lo ha dicho y lo sabe ya todo el mundo, han modificado su línea editorial para garantizar su supervivencia, "por ahora".

Hoy se busca el cierre del canal más antiguo de la televisión venezolana.

El canal que le llega al corazón de todos; un canal que resume buena parte de la historia de nuestro país y que hace posible que el pueblo le diga lo que sus asesores jamás le dirán.

Yo no sé y me lo he preguntado mucho en estos tiempos quién le ofreció semejante recomendación política tan desacertada.

Esta pretensión de cerrar el canal de todos los venezolanos para iniciar otro canal oficial más, que repita sin descanso el mensaje del Gobierno, lo ha enfrentado a más del 80% de los venezolanos, a buena parte de los seguidores chavistas, a gremios periodísticos de todo el mundo, a organizaciones de defensa de los derechos humanos reconocidas mundialmente, a organismos multilaterales de diverso tipo, a congresos de varios países, incluyendo el Senado y la Cámara de Diputados de Chile, a presidentes, a profesores y académicos y, por supuesto, a las más de ocho mil familias que dependen de RCTV. ¿Quién se beneficia con esta decisión, ciudadano Presidente?

Yo le pido, Presidente, que escuche a la gente y que asuma la responsabilidad de gobernar conviviendo con quienes no piensan como usted. Permita que en la Venezuela de hoy existan otras opiniones. Nuestro país es una mezcla de razas, identidades, voces, culturas y nadie puede encerrarlas todas dentro de un modelo único.

Un buen estadista sabe que la verdadera fuerza no reside en aplastar al adversario, ni en ocultar las verdades o silenciar a los críticos. La verdadera fuerza descansa en la conciliación, en el pluralismo y la tolerancia.

Todos sus asesores comunicacionales, a pesar de una campaña desmedida, abusiva y violatoria de los derechos humanos, no han podido convencer al pueblo de que esta es una decisión legal. Todo el mundo sabe, puesto que usted lo ha dicho reiteradamente, que es su decisión personal y que se debe a la línea editorial de este canal, por lo tanto es arbitraria e ilegal.

En este tema tiene usted en sus manos una decisión histórica. ¿Es un dirigente de la nueva izquierda latinoamericana o es un populista totalitario más? ¿Es fuerte porque sus convicciones también lo son o es débil y necesita anular a todo el que le lleve la contraria? ¿Gobierna usted Presidente o gobiernan los asesores que ven en la supresión de los contrarios oportunidades de negocios?

Son preguntas que hoy no me hago solamente yo; o los trabajadores del Canal; o los millones de televidentes que quieren a Radio Caracas Televisión. Son preguntas que se hacen muchos en el mundo entero, pero sobre todo los venezolanos. Y son preguntas que merecen una respuesta de su gobernante, si este tiene el coraje de responderlas.

Respetuosamente,

Marcel Granier,
director general RCTV

© www.aipenet.com